PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DO IFBA



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DO IFBA

Salvador, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

IFBA-REITORIA

Reitora
Aurina Oliveira Santana

Chefe de Gabinete
Vera Lúcia Ferreira Mendes dos Santos

Pró-Reitora de Ensino (PROEN)
Lívia Santos Simões

Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias (PROEX)
Carlos D'Alexandria Bruni

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN)
Anilson Roberto Cerqueira Gomes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)
Renato Anunciação Filho

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PRPGI)
Rita Maria Weste Nano

Coordenadora da Unidade de Auditoria (UAI)
Marlene Pereira Vilas Boas

Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)
Edmilson dos Santos Pinto

Diretora de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)
Edna da Silva Matos

Diretora de Gestão da Comunicação Institucional
Laís Andrade Souza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

IFBA – DIRETORIA GERAL DOS CAMPI

Diretora Geral do *Campus* de Barreiras
Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro

Diretor Geral do *Campus* de Brumado
Acimarney Correia Silva Freitas

Diretor Geral do *Campus* de Camaçari
Affonso José de Sousa Alves Filho

Diretor Geral do *Campus* de Eunápolis
Ricardo Torres Ribeiro

Diretor Geral do *Campus* de Feira de Santana
Juliano Marques Aguilar

Diretor Geral do *Campus* de Ilhéus
José Roberto Nunes Costa

Diretor Geral do *Campus* de Irecê
Robério Batista da Rocha

Diretor Geral do *Campus* de Jacobina
Epaminondas Silva Macêdo

Diretor Geral do *Campus* de Jequié
Antônio Moab Silva

Diretor Geral do *Campus* de Paulo Afonso
Arleno José de Jesus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Diretor Geral do *Campus* de Porto Seguro
Ricardo Almeida Gomes

Diretor Geral do *Campus* de Salvador
Albertino Ferreira Nascimento Junior

Diretor Geral do *Campus* de Santo Amaro
Marcos Antonio Ramos Andrade

Diretora Geral do *Campus* de Seabra
Norma Oliveira Sousa

Diretor Geral do *Campus* de Simões Filho
Rui Carlos de Sousa Mota

Diretor Geral do *Campus* de Valença
Cláudio Araújo

Diretor Geral do *Campus* de Vitória da Conquista
Paulo Marinho de Oliveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

ELABORAÇÃO

Comissão Reitoria

Cintia Santos
Fernanda Sanches dos Santos
José Henrique Porto Souza
Keity Barbosa Carneiro
Leandro Teixeira de Andrade Filho
Leomir Costa de Oliveira
Silvia Becher Breitenbach
Rogério Carvalho Barros

Comissão Campus de Barreiras

Anderson Dias Pignata Cruz Macêdo
Bruna Santiago Araujo
Elienai Barroso de Lacerda
Fábio Bordignon
Maria Perpetua Carvalho da Silva
Romilson dos Santos Souza
Wesley dos Santos Branco
Gislaine Nunes de Oliveira Guedes
Jucinara de Castro de Almeida Pinto

Comissão Campus de Camaçari

Ana Paula Lopes Santana
Andréia Santos Ribeiro Silva
Bruna Ariely Laurindo Oliveira Silva
Eliano Soares da Silva
Gabrielle Vilas Boas Nunes e Guido
Klecia Elaine Ramos dos Santos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Eunápolis

Adenilson Souza Chaves
Antenor Alves De Oliveira
Cherly Marcos Bozi
Erhasto Felício De Souza
José Roberto Silva de Oliveira
Lucas Berdague Corrêa
Noeme Silvia Oliveira Santos
Valéria Aparecida Vieira
Laura Elizabeth Ferreyra

Comissão Campus Feira de Santana

Adelmo de Souza Xavier
Alex Queiroz dos Santos
Aline Quaresma Santos Pomponet
Aroldo Moura Batista
Dêdison Santos Moura
Edmilson Felipe de Oliveira Júnior
Jacielly da Silva Santos Santana
João Dantas Almeida Silva
João Pedro Lima Braga
José Alinaldo Pinheiro Brito
José Dihego Da S. Oliveira
Luis Claudio Alves Borja
Luiz Gomes Forte Neto
Matheus Messias R. de Souza
Moisés Leite Santos
Renato Gonçalves de Almeida Neto
Yago Porto Santos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Ilhéus

Annallena de Souza Guedes
Girlene Écio Damasceno Dias
Graciele Souza Rosário
José Alfredo Moura Silva Filho
Ketillyn Nunes Santiago Ferreira
Mariluce de Oliveira Silva
Phillipe Murilo Santana de Carvalho
Sued Mayne Pereira Araujo
Tarsila Santos de Araújo
Marco Antônio Tavares Góes

Comissão Campus de Irecê

Adão Braga Borges.
Élis Franciélis Barbosa Paiva
Emmanuel Victor Hugo Moraes
Juliana Pires de Carvalho Rocha Machado
Lais Viena de Souza
Lara Ferreira Pontes
Midas Avila Ferreira Mergulhão
Rosirene Rodrigues dos Santos
Ancelmo Machado Miranda

Comissão Campus de Jacobina

Alaide Gonçalves Carvalho
Alisson Melo Guimarães
Eduardo Batista Guimarães Nunes dos Santos
Gircelia de Jesus Santos
Jacio Carlos da Silva
Jociane Marta da Silva Correia
José Roberto de Andrade
Paula Eduardo Souza Carvalho
Taiane Dantas Martins



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Jequié

Alexnaldo Santos Silva
Cleide Selma Pereira dos Santos
Deliane dos Santos Urbano
Gabriel Ribeiro Araújo
Maria Olívia Berbet da Silva Franco
Nilma Gonçalves de Jesus
Roseli de Fatima Afonso
Verena Santos Andrade Ferreira
Juarez Silva Sampaio

Comissão Campus de Paulo Afonso

Antônio Adolfo Juliano Oliveira Mendes
Esdriane Cabral Viana
Isabela dos Anjos Bartoloto
Isalete Bezerra de Alencar
Luana Selene Alves Pereira
Marco Ângelo Xavier de Sá
Maria Alice Bandeira de Jesus
Nilda da Silva
Railda de Freitas Santos Campestrini
Renato Victor Lira Brito
Wallace Matos da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Porto Seguro

Danielle Felix Santos
Elis Fabio Lopez Cabral
Fernanda Bastos
George Melgaço
Heitor Pimentel
Jocélia Monteiro Santos Brito
Luana Santana Goés
Luciene Lima Pereira
Marcio Silva Rodrigues
Vinícius Lima Lopez.
Aristide Souto Rocha
Cristiano Raylil

Comissão Campus de Salvador

Albertino Ferreira Nascimento Júnior
Diana Pipolo
Gabriela Bacelar
Gilzete Moreira do Nascimento
Lybia Rocha dos Santos
Micheli Venturini
Telma Brito Rocha
Delma Brandão Boaventura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Santo Amaro

Ademir Sousa Santos
Adriana Vieira Dos Santos
Caroline Isabela Paixão de Jesus
Dayb Manuela Oliveira dos Santos
Eduardo Souto Maior Sales
Elvio Prado da Silva
Fernanda Santos Bastos Ribeiro
Francisco Elano Neris Freitas
Jorge Costa Leite Júnior
Jurema de Castro Souza
Luis Gustavo de Jesus Araujo
Marcele Almeida Santos
Marcos Antonio Ramos Andrade
Marcos Cícero Bittencourt Ferreira
Odete Uzeda da Cruz
Tânia Maria Flores Dantas
Tiago Santos de Santana
Verônica Domingues Almeida

Comissão Campus de Seabra

Adilson Oliveira de Almirante
Azamor Coelho Guedes
Calistene Vieira Teles
Cristiane Copque da C. S. de Santana
Daniel Lopez da Silva
Jardel Jesus Santos Rodrigues
Jefferson dos Santos Costa
Thalia Gonçalves Novaes
Roberto Luiz Da Silva Menezes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Campus de Simões Filho

Ana Maria Dias Galvão
Angêla Oliveira do Nascimento
Jovenice Ferreira Santos
Luis Alberto Dantas Barbosa
Regina Célia Palácio Lambiase
Giovana Dantas da Silva

Comissão Campus de Valença

Carla Matos Leão
Cláudio Araújo do Nascimento
Edlene Araújo do Nascimento
Esaú Santos Muniz
Heráclito dos Santos Barbosa
Hyan da Silva Cardoso dos Santos
Itana Negrão Barbosa Souza
Ivan da Costa Acciolly
Jéssica de Souza Santana
Liz Rodrigues Cerqueira
Matuzalém Guimarães Leal
Weliton Chian Shung M. Ferreira

Comissão Campus de Vitoria da Conquista

Danilo Washington Moreira dos Santos
Edvaldo Moraes Ruas
Fernando Augusto Pereira de Bulhões Carvalho
Kayque Ferraz Costa.
Laécio Amaral Santos dos Reis
Leonardo Barreto Campos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Comissão Organizadora do Congresso em Salvador

Alberto Ribeiro De Oliveira
André Luís Rosa Santos
Cristiano Silva De Oliveira
Fernando O. Real Carneiro
Jancarlos Menezes Lapa.
Keity Barbosa Carneiro
Lívia Santos Simões
Marcos Vinícius Pimentel Dos Santos
Mônica Pinto Sacramento
Noeme Silva Oliveira Santos
Núbia Maria De Cerqueira Almeida
Patrícia Fernandes Lazzaron Novais A. Freitas
Diego Pereira Sacramento

Comissão Organizadora do Congresso em Vitória da Conquista

Esaú Santos Muniz Junior
Hellen Juliana Nunez Rodrigues
Lívia Santos Simões
Marcele Almeida Santos
Marcos Vinicius Ribeiro de Oliveira
Queice Jones Braga Santos
Suede Mayne Pereira Araújo
Veronica Assis Portugal
Wanesca Cunha Dos Anjos
Edvaldo Moraes Ruas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Pró-Reitoria de Ensino

Elaine dos Reis Soeira
Keity Barbosa Carneiro
Lívia Santos Simões
Noeme Silva Oliveira Santos
Núbia Maria De Cerqueira Almeida
Mônica Pinto Sacramento
Patrícia Fernandes Lazzaron Novais A. Freitas

Sumário

APRESENTAÇÃO - A construção do PPI 16
INTRODUÇÃO 18

DIMENSÃO I - Caracterização institucional 22
1. Histórico do IFBA 22
2. Inserção regional 27
3. Perfil Institucional 27
    a) Missão 27
    b) Visão 28
    c) Princípios 28
    d) Finalidades/Objetivos 29
    e) Diretrizes 30
    f) Avaliação 31

DIMENSÃO II - Caracterização da sociedade, conhecimento e educação profissional e tecnológica 33
4. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição 33
    a) Ser Humano, Sociedade e Educação 35
    b) Contexto atual do mundo do trabalho 40
    c) O local e o global: educar para as diversidades. 41

DIMENSÃO III - Dimensão político-pedagógica 45
5. Políticas de Ensino 46
    a) Currículo 48
    b) Diretrizes Curriculares por níveis e modalidades para incluir os princípios educativos específicos de cada um 50
    c) Avaliação 52
    d) Inclusão, acesso e permanência 62
6. Organização didático-pedagógica da instituição 70
    a)Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de 70
    b) Planejamento (níveis de planejamento) 71
7. Políticas de Extensão 71
    a) Fundamentos da política de extensão 72

b) Objetivos da extensão 73
c) Organização das atividades de extensão 74
8. Políticas de Pesquisa 74
a) Fundamentos da política de pesquisa 74
b) Objetivos das atividades de pesquisa 75
c) Organização das atividades de pesquisa 76
9. Políticas de Gestão 77
a) Política de gestão democrática 77
b) Diretrizes da gestão democrática 77
c) Objetivos da gestão democrática 80
d) Mecanismos de Monitoramento da Gestão democrática 81
10. Política Social para o educando 82
a) Fundamentos da política social para o educando 83
b) Objetivos da política social para o educando 85
c) Organização da política social para o educando 86
11. Responsabilidade Socioambiental: O IFBA e o seu papel de fomentador de inclusão socioambiental 87

DIMENSÃO IV - ESTRUTURA EDUCACIONAL 94
12.Arquitetura Curricular: Educação Básica e Superior 95
13. Níveis de ensino 96
a)Formação inicial e continuada de trabalhadores 96
b) Educação profissional técnica de nível médio integradaà educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos– PROEJA 97
c) Educação profissional técnica de nível médio 101
d) Educação de nível superior 106
I. Cursos de graduação - objetivos 107
II. Cursos de tecnologia - objetivos 108
III. Cursos de licenciatura - objetivos 109
IV. Diretrizes para a educação profissional de nível superior –objetivos: 110
V. Pós-graduação -Objetivos 110
VI. Educação a distância - Objetivos 111
14. Diretrizes para o desenvolvimento e acompanhamento e avaliação do PPI 112

ANEXO 114
REFERÊNCIAS 145

APRESENTAÇÃO - A construção do PPI

O processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFBA inicia-se em 2010 com a formação de comissões que seriam responsáveis pela atualização do Projeto Pedagógico Institucional do CEFET – documento elaborado e finalizado em Congresso com a comunidade no ano de 2007.

Com a previsão de novo Congresso em 2011, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o Regimento e o texto de referência para todos os campi e solicitou dos Diretores Gerais que fossem compostas as Comissões Locais. Durante o acompanhamento das atividades, os campi informaram que existiam dificuldades para localizar e reunir interessados em participar das atividades, em especial nos locais recém-implantados.

Com a proximidade do mês de outubro – prazo para conclusão dos trabalhos – foi realizado um balanço do andamento das atividades e foi constatado que era pequena probabilidade de conclusão dentro do prazo. Citam-se como motivos para o atraso o forte movimento de greve que se instalou em 2011 e a realização de poucas reuniões para discussão.Sendo assim, foi solicitada a transferência do Congresso para 2012, a fim de que houvesse tempo hábil para discussões e construção cautelosa do documento.

No entanto, em 2012 houve novamente greve dos servidores, com a consequente desmobilização da comunidade. Após o final da greve de 2012, foi necessário mapear a situação em cada campus. Para tanto, a primeira ação realizada foi à solicitação das portarias com os nomes atualizados dos membros das Comissões Locais, tendo em vista a garantia de paridade entre os três segmentos – docentes, técnico-administrativos e discentes.

A partir do levantamento realizado, a Pró-Reitoria de Ensino realizou oEncontro de Alinhamento com dois representantes de cada comissão, com o objetivo de retomar os trabalhos.Neste Encontro foram cumpridas as seguintes atividades:alinhamento teórico sobre o significado e composição do PPI; definição, em conjunto, do cronograma para construção do documento;construção coletiva do sumário do documento;disponibilização da legislação, textos e documento base (PPI CEFET-BA) para a construção PPI IFBA; definição do *Moodle* como espaço para postagem das contribuições dos Campi e construção coletiva do documento entre os Campi.

A PROEN acompanhou as Comissões Locais durante todo o processo de construção nos Campi, compilando as contribuições encaminhadas e esclarecendo dúvidas que foram manifestadas pelos relatores no *Moodle*. Todas as datas previstas para conclusão das dimensões foram prorrogadas em atendimento às solicitações dos campi, já que constantemente precisavam de reorganização e mais tempo para a discussão do documento.

Mesmo com a dilatação dos prazos, as contribuições restringiram-se a alguns campi e foram escassas em determinadas seções do documento. Contudo, houve ainda uma oportunidade de participação da comunidade acadêmica antes do Congresso – os Fóruns de Discussão Locais. Em posse do documento concluído e divulgado por meio virtual para todo o IFBA,

cada campus foi responsável por realizar o debate com todos os seus servidores, docentes e discentes a cerca do texto já concluído.

Estes Fóruns tinham o objetivo de qualificar os delegados para a participação no Congresso do PPI. Como produto final, foram elaboradas sugestões de alteração do documento e encaminhadas para a Pró-Reitoria de Ensino - responsável por compilar e organizar todas as sugestões recebidas, além de disponibilizá-las de forma clara para a votação da plenária.

Nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, foi realizado o I Congresso do Projeto Pedagógico do IFBA no Campus de Salvador, com a presença de 286 delegados, oriundos dos 16 Campi do IFBA. Do total de 4 dimensões do PPI, neste encontro foram votadas as Dimensões I, II, parte da III e IV.

Durante a Plenária de Encerramento, no dia 18, a Assembleia decidiu pela realização da continuidade do congresso para a conclusão da votação da Dimensão III, com a presença de todos os delegados. O Campus de Vitória da Conquista apresentou-se para sediar o evento. Com o objetivo de garantir a transparência e o aspecto democrático do evento, foi conduzida eleição para composição da comissão organizadora do Congresso posterior. Os trabalhos desta comissão ocorreram sob a Presidência do professor Edvaldo Ruas e o Congresso ocorreu nos dias 30 e 31 de outubro de 2013. O evento contou com a presença de representantes dos Campi de Eunápolis, Vitória da Conquista, Ilhéus, Camaçari, Feira de Santana, Paulo Afonso, Porto Seguro e Salvador.

No dia 31 de outubro de 2013 foi concluída a votação das Dimensões do III Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e o texto foi aprovado pela comunidade presente. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o documento para revisão ortográfica e para a apreciação do Conselho Superior. Nesta instância final, o documento foi aprovado e procedera-se a realização dos ajustes indicados pelo Relator Albertino Ferreira Nascimento Júnior e divulgação da versão final em ambiente virtual para conhecimento de toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal da Bahia.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA nasce com a perspectiva de redimensionamento do perfil institucional da Rede Federal de Educação Profissional, a partir de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892/08; figura como uma Instituição de Ensino Superior, equiparada às Universidades, com atribuições que articulam "educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino." (BRASIL, 2010, p. 18).

A mudança no perfil institucional demanda adequação dos parâmetros pedagógicos, bem como o estabelecimento de princípios e diretrizes que definem a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, indissociáveis por natureza. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA reúne os pressupostos filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicase a organização didático-pedagógica da instituição.

Do ponto de vista conceitual, com base em Veiga (2002, p. 20), "o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.". Tal como defende Veiga (2002), para Silva e Santos (2004, p. 9), através de seu projeto pedagógico - considerado como "documento de identidade" - a instituição educativa procura revelar a sua finalidade, a concepção de sociedade na qual deseja intervir e o tipo de formação pretendida em seu cotidiano pedagógico. Portanto, o documento busca estabelecer os referenciais balizadores das práticas educativas, que são de natureza política e pedagógica, traduzindo ainda as concepções de mundo, homem, educação, ensino, método, aprendizagem, avaliação, extensão e pesquisa, definidaspelo Instituto.

O documento está organizado em quatro grandes dimensões, as quais se subdividem em seções. Na dimensão I, faz-se a caracterização institucional através da descrição sucinta do histórico da instituição, inserção regional, perfil institucional. Na dimensão II, faz-sea caracterização da sociedade, conhecimento e educação profissional e tecnológica, quando tratar-se-á dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Na dimensão III, serão abordadas as políticas de ensino, a configuração didático-pedagógica da instituição, as políticas de extensão, as políticas de pesquisa, as políticas de gestão, a política social para o educando e a responsabilidade socioambiental. Na dimensão IV, que trata da estrutura educacional, estão contemplados os seguintes itens: arquitetura curricular, níveis de ensino e diretrizes para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do PPI.

A construção deste projeto buscou uma metodologia de trabalho que contemplasse a participação de toda a comunidade acadêmica do IFBA. Esta não é uma decisão circunstancial, mas sim uma condição da conjuntura democrática do país e do ato de construção de um Projeto Pedagógico Institucional. Trata-se de considerar como princípio da gestão do IFBA que, na condução dos processos administrativos/diretivos/educativos e nas relações sociais eticamente construídas, reafirmemos e respeitemos o ser humano como parâmetro primeiro e principal. Isto é, só será possível construir uma sociedade democrática, livre e soberana nas relações sociais, de trabalho e educativas, formadas no

ambiente escolar, se pautarmos nossas ações pelos princípios da igualdade, da equidade, da solidariedade, da inclusão e da sustentabilidade.

Aprofundar a democratização dos espaços institucionais é garantir o compromisso com a educação pública, laica, gratuita, inclusiva e com qualidade social, tornando transparentes nossas relações com a “coisa pública”. A ideia de que a democratização pode inviabilizar a administração é superada pela prática do diálogo e pelo respeito às diferenças. Esta mudança estrutural na gestão transforma a instituição em espaço de permanente debate, como também em local onde se processa a síntese democrática necessária à construção de uma educação referenciada nas demandas sociais e na diversidade presente, de forma geral na sociedade, e, particularmente, no IFBA.

Não há novidades onde há somente consensos. O “novo” nasce do confronto de ideias, e é, justamente, do debate entre as diretrizes propostas, das demandas oriundas da sociedade, dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, da reflexão crítica sobre a complexa realidade do país e da educação profissional técnica/tecnológica, que construiremos, pelo diálogo fraterno, um PPI que expresse, em seus princípios e objetivos, os ideais e as necessidades desta comunidade. E, por ser um documento resultante da síntese democrática, deve tornar-se vivo, referência para as práticas educativas e administrativas da Instituição, sendo avaliado, de forma coletiva e sistemática, e revisado, sempre que as demandas sociais e/ou internas assim indicarem.

É nesta perspectiva que o IFBA, no seu Projeto Pedagógico Institucional, assume como princípios balizadores das relações sociais, administrativas e educativas a igualdade e a solidariedade, os valores humanos universais que garantem o respeito, a dignidade e o tratamento com equidade a todos os cidadãos e cidadãs; a inclusão, princípio de respeito às diferenças e o atendimento às necessidades prementes da maioria da população brasileira; a sustentabilidade, princípio de promoção humana e das suas relações com a sociedade e a natureza e, por fim, a democracia, elemento fundante de toda e qualquer ação, individual ou coletiva, desenvolvida na Instituição, não apenas como método de consulta, mas como método de construção das relações sociais, acadêmicas e administrativas.

A construção deste texto tomou como base o Projeto Pedagógico Institucional, aprovado pelo Conselho Superior do então CEFET-BA, a legislação em vigor, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos MEC/IFBA, as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais e a proposta do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

Este documento é fruto da necessidade de pensar e organizar as bases conceituais que fundamentam o trabalho pedagógico da Instituição, fornecendo os princípios dos planos de curso, ementas, planos de ensino, matrizes curriculares dos cursos, além de outros aspectos da dinâmica educacional.

Considerando a legislação educacional vigente no país, destacamos a Lei nº. 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como fundamental para a orientação da educação oferecida na Instituição, reconhecendo os dois níveis de ensino tratados na mesma, a saber, no Título V, Capítulo I: “Da Composição dos Níveis Escolares. Art. 21º. A educação escolar compõe-se de:I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;II - educação superior.” (BRASIL, 1996)

Segundo a LDB (BRASIL, 1996), é finalidade da educação básica desenvolver o educando, assegurando a formação comum como indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo meios para progredir no trabalho e estimular a consequência dos estudos posteriores. Em seu parágrafo 2º, a lei ainda discorre: "o ensino médio, atendidaa formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas."

No que se refere à Educação Superior, a lei trata das várias finalidades específicas para esse nível de ensino, dentre as quais destacam-se no Artigo 43:

> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
>
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996)

Ao salientar esses aspectos reafirmamos a ideia de que este documento legitima o papel dos Institutos Federais como Instituições de Educação Básica e Superior, considerando que a Educação Profissional se integra às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Capítulo III, Art. 39º).

Além da LDB (1996), considera-se também o Decreto nº 5154/2004 como documento legal que revoga o currículo determinado no Decreto nº. 2.208/1997, propondo nova formatação curricular, a exemplo da integração entre o saber propedêutico e o técnico, garantindo a formação no Ensino Médio.

A partir da perspectiva de mudança na concepção curricular, retomamos os princípios balizadores da relação social, administrativa e educativa da Instituição, quesão:a***igualdade***,a***solidariedade***, a***equidade***,a***inclusão***, a***sustentabilidade***ea***democracia***. Esses princípios se justificam na perspectiva de formação de um sujeito omnilateral, objetivo central no processo educacional pensado aqui.

O documento *Pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica: por uma profissionalização sustentável* indica como ideia fundamental que as políticas públicas estejam comprometidas, no mínimo, com três grandes eixos: "inclusão social de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania; desenvolvimento das forças produtivas nacionais e diminuição das vulnerabilidades, sejam elas econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas." (BRASIL, 2004, p. 1). Há que se garantir, portanto, uma *Profissionalização Sustentável* - que englobe, a priori, a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, bem como a atualização e o acompanhamento da rápida transformação tecnológica na qual estamos inseridos.

Sendo assim, o IFBA reafirma com sua missão "Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país***",*** que foi construída de forma coletiva e está apoiada na premissa legal da autonomia pedagógica e administrativa, que ao construir seu Projeto Pedagógico Institucional corrobora o compromisso com uma educação pública, laica, gratuita, inclusiva e com qualidade socialmente referenciada. Neste entendimento, o Instituto busca engajar-se no esforço nacional de tornar a educação profissional

técnica/tecnológica ferramenta na construção de uma nação soberana, que tenha em seu projeto o compromisso com o desenvolvimento igualitário, sustentável e justo.

DIMENSÃO I - Caracterização institucional

1. Histórico do IFBA

O IFBA no contexto da história da educação profissional, técnica e tecnológica

Na Bahia, a primeira iniciativa de “amparar crianças órfãs e abandonadas”, dando instrução teórica e prática teve início no ensino industrial e aconteceu, somente, em 1872 quando foi criado, como sociedade civil, o “Liceu de Artes e Ofícios” de Salvador. Em seguida, por força do incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola no país, são fundadas em 1906, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, diversas escolas públicas comerciais, uma delas na Bahia.

Nilo Peçanha, em 1909 - mantendo a política de traço assistencialista da Monarquia, posteriormente incorporada pela República - cria, nas capitais, 19 Escolas de Aprendizes Artífices “destinadas aos pobres e humildes”, mantidas pelo Estado. Em Salvador a “Escola de Aprendizes Artífices”, que deu origem ao IFBA, foi instalada, provisoriamente, no centro da cidade. Apenas em 1926 foi transferida para um prédio apropriado, localizado no Bairro do Barbalho.

As demandas emanadas do processo de industrialização, que influenciaram a elaboração da Constituição de 1937, e a consequente mudança do controle das escolas de formação de Aprendizes Artífices, que estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passaram para o Ministério da Educação e Saúde Pública, o que explica o fato de a Escola de Aprendizes Artífices de Salvador passar a ser denominada “Liceu Industrial de Salvador”, ministrando, à época, ensino profissionalizante de 1º ciclo.

Neste processo, a partir de 1942, vários Decretos-Leis, depois conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional, foram editados, entre elas, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) que, no mesmo ano, estendeu o ensino profissionalizante ao 2º ciclo, transformando o Liceu em Escola Técnica de Salvador. As etapas do Ensino Industrial foram definidas por esta Lei como primeiro ciclo, compreendendo ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem; e segundo ciclo para ensino técnico e ensino pedagógico.

A partir daí, “inicia-se formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país [**...**], uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior [**...**] direito até então não reconhecido [**...**]”. (MACHADO, 1982 apud BRASIL, 2010, p. 11).

As Leis Orgânicas da Educação Nacional explicitavam, cada vez mais, a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, pois o objetivo do ensino secundário e normal era “formar as elites condutoras do país” (BRASIL, 1999), enquanto o objetivo do ensino profissional era oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar, precocemente, na força de trabalho” (BRASIL, 1999). Somente na década de 1950, foi possível àqueles que completassem os cursos profissionalizantes, continuar sua formação nos níveis superiores, desde que

prestassem exames das disciplinas não vistas nos seus cursos e que comprovassem conhecimento suficiente para prosseguir os estudos. A plena equiparação entre o ensino profissional e o acadêmico ocorreu, pelo menos formalmente, em 1961, com o advento da Lei 4.024 (LDBEN).

Ainda com base nas propostas das Leis Orgânicas, o Governo Vargas sancionou, em 1942, o Decreto-Lei que dispõe sobre a "Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial", abrindo espaço para que uma rede paralela de formação profissional, que atendesse mais rapidamente às demandas do processo de industrialização em consolidação, se organizasse em torno da Confederação Nacional da Indústria – CNI, que criou o Serviço Nacional dos Industriários (depois Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI).

Paulatinamente, as Escolas Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, passando a fazer parte da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. A Escola Técnica de Salvador só foi incorporada à Rede Federal em 1965, através da Lei n° 4.759, e passou a ser denominada Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA.

A década de 1960 foi, notadamente, importante para o desenvolvimento das políticas públicas no que se refere à formação técnica e tecnológica, no Brasil. De um lado, a Lei 4.024/61 em seu Art. 104, permitia que os Conselhos de Educação pudessem autorizar o funcionamento, para fins de validade legal, "de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios". Esta medida propiciou, pela flexibilização, a criação dos primeiros cursos de tecnólogos no país. Como exemplo, é importante citar a criação do curso de Engenharia de Operação, com a duração de três anos, aprovado pelo Parecer CFE nº 60/63. Colocados em funcionamento somente em 1965, pelo Decreto nº 57.075, estes cursos deveriam ser ministrados fora das universidades, sendo implantados em algumas Escolas Técnicas Federais.

A Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540) reforçou a opção dos militares por esta "formação intermediária de graduação", visando atender as necessidades imediatas do setor industrial, garantindo, ainda, aos tecnólogos, a possibilidade de aproveitamento destes estudos em outros cursos - mais especificamente na graduação plena. Por fim, em 1969, o Decreto nº 547/69 autoriza as Escolas Técnicas Federais a ofertar cursos profissionais superiores de curta duração. Na Bahia, assim como em muitos estados brasileiros, em consonância com a política desenvolvida, foi fundada uma instituição específica para o ensino tecnológico, o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC, criado pela Lei nº 6.344, de 06 de julho de 1976, como autarquia federal do Ministério da Educação e Cultura.

O CENTEC-BA iniciou suas atividades no bairro Monte Serrat, localizado em frente à Baía de Todos os Santos, com os cursos de Educação Tecnológica em Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica e Processos Petroquímicos. A seguir, foi criado o curso de Administração Hoteleira, depois transformado em Administração com ênfase em Hotelaria. Funcionando, ainda, neste período, no bairro Monte Serrat, o CENTEC-BA mantinha, no prédio da Engenharia Operacional, conhecido como Anexo, na ETFBA, os cursos de Tecnólogos em Produção Siderúrgica, Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica, Manutenção Petroquímica e Telecomunicações. No segundo semestre de 1981, a Diretoria do CENTEC-BA mudou sua sede para Simões Filho, em uma edificação preparada com o

fim de abrigar uma Universidade Tecnológica, levando, em seguida, todos os seus cursos do bairro Monte Serrat e da ETFBA para sua nova sede.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um desenvolvimento conturbado da formação do tecnólogo, principalmente no que diz respeito à aceitação no campo de trabalho, face ao novo modelo formativo. As empresas não absorveram (havendo ainda hoje resistência) a ideia da existência de um profissional intermediário entre a engenharia e o trabalho técnico. No entanto, no período seguinte, principalmente a partir de 1994, se desencadeou um processo significativo de expansão desta modalidade de ensino.

De outro lado, o Art. 100 da Lei nº 4.024 propiciava várias experiências com o ensino profissionalizante. A partir da promulgação da Lei 5.692/71 da Reforma do Ensino, consequência dos acordos MEC/USAID e da concepção tecnicista da educação, incorporados durante a década de 1960, ocorreu uma expansão do ensino profissionalizante, que, neste período, passou a ser oferecido não apenas por instituições especializadas, mas por outras que decidiram investir nessa modalidade de ensino.

> Desse quadro não podem ser ignoradas as centenas e centenas de cursos ou classes profissionalizantes, sem investimentos apropriados e perdidos dentro de um segundo grau, supostamente único. Dentre seus efeitos vale destacar: a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau que se fez sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existentes, assim como a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios; a criação de uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade. (BRASIL, p. 9, 1999).

Não se tratava, portanto, da formação profissional da população, vinculada às necessidades da sociedade brasileira. O falso discurso da “empregabilidade”, isto é, de que a formação garantiria o emprego foi muito difundido, fazendo crer que a nova organização do “segundo grau” garantiria, por si só, o pleno emprego e a satisfação das necessidades de qualificação profissional exigidas para o desenvolvimento econômico do país. O que se viu foi a implantação de cursos mais baratos (secretariado, técnico em contabilidade e outros), pois não havia recursos para a compra de equipamentos e, além disso, a rápida saturação do campo de trabalho na medida em que a forma de contratação de professores não permitia a mobilidade na oferta dos cursos que se tornaram obrigatórios nas redes públicas de ensino.

Somente com a promulgação da Lei nº. 7.044, em 1982, que facultou às escolas públicas o ensino profissionalizante, as instituições especializadas na formação profissional puderam reivindicar atenção maior dos organismos de fomento para a situação de penúria a que estavam submetidas.

O processo de redemocratização do país teve seu auge com o movimento por eleições diretas para presidente, no ano de 1984. Acoplada a esta reivindicação, a sociedade brasileira exigia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. As eleições presidenciais ocorreram somente no final da década, em 1989, no entanto o movimento garantiu a formação da Assembleia Nacional Constituinte que, em um processo eivado de contradições, promulgou, em outubro de 1988, a nova Constituição da República Federativa do Brasil.

A necessidade de regulação dos princípios estabelecidos na Carta Magna desencadeou, no setor educacional, a disputa em torno de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que atendesse aos diversos interesses econômicos e sociais expressos nos movimentos que se organizaram em frente a uma comissão criada no parlamento federal para a elaboração da nova Lei.

É preciso fazer um parêntese para afirmar que a transformação de três Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica já havia ocorrido em 1978 com a promulgação da Lei 6.545/78, ainda no regime militar, confirmando seu interesse pela formação do tecnólogo. Em que pesem as discussões em torno da LDB, a manutenção desta política pode ser percebida com a transformação, em 1993, no Governo do Presidente Itamar Franco, da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica (Lei 8.711/93).

A Lei nº 8.948, que criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, foi promulgada apenas um ano depois, em dezembro de 1994, em pleno processo de discussão da nova LDB.

Há de se ressaltar que a Lei 8.711/93 que transformou a ETFBA em CEFET-BA, em seu parágrafo único do Art. 1º, incorpora "ao Centro Federal de Educação Tecnológica... o Centro de Educação Tecnológica da Bahia - CENTEC, criado pela Lei nº. 6.344, de 6 de julho de 1976, inclusive seu acervo patrimonial, instalações físicas, recursos financeiros e orçamentários, e o seu pessoal docente e técnico-administrativo".

Na Bahia, tivemos um quadro diferente. Enquanto as demais escolas criaram o ensino tecnológico nas suas Instituições, o CEFET-BA ao incorporar o CENTEC, já recebe, com estrutura e pessoal, o ensino tecnológico. Esta situação, nova para as duas instituições baianas, gerou certo desconforto, na medida em que foram mantidos os dirigentes da ETFBA na Direção do CEFET e esta deveria conduzir o processo de formulação de um regimento que atendesse as características da nova Instituição com a incorporação dos cursos tecnológicos e suas necessárias estruturas, pedagógicas e administrativas.

É, neste período, também, que o CEFET-BA se expandiu com a criação e implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs. A Portaria Ministerial nº 1.135, de 01 de agosto de 1994 criou a UNED - Barreiras; a Portaria Ministerial nº 1.718, de 15 de dezembro de 1994 criou a UNED - Vitória da Conquista; a Portaria Ministerial nº 1.719, de 15 de dezembro de 1994 criou a UNED - Eunápolis e a Portaria Ministerial nº 1.720, de 15 de dezembro de 1994 criou a UNED - Valença.

A Lei 9.394/96, LDB, promulgada em dezembro de 1996, deu um destaque para a educação profissional, caracterizando-a como uma modalidade educacional articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, conduzindo o cidadão trabalhador ao "permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

O Art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) define o oferecimento da Educação Técnica e Tecnológica previsto anteriormente, reafirmando sua integração "às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia", ampliando sua oferta, para além dos egressos do sistema de ensino nos níveis básico e superior, aos "trabalhadores em geral, jovem ou adulto", devendo, portanto, essa modalidade de ensino estar em consonância com os diversos setores da economia e da

sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada, sem perder de vista a formação cultural, profissional, política e ética dos cidadãos, como trabalhadores produtivos e agentes na construção da equidade social.

As críticas à tal medida ocorreram no sentido de que a separação da formação média e do ensino profissionalizante fundava-se na diminuição dos custos para o oferecimento do ensino médio na mesma medida em que elitizava o acesso à escolarização, pois os jovens das camadas populares buscariam a profissionalização antes mesmo de completarem a educação básica. Os movimentos sociais, principalmente as organizações ligadas aos CEFETs (professores e técnicos), firmaram uma grande resistência ao Decreto N° 2.208/97, sem qualquer repercussão nos órgãos normativos.

A substituição do Decreto nº 2208/97 ocorreu somente em julho de 2004 com a edição do Decreto n° 5.154. Esta nova legislação, oriunda do debate iniciado com a criação do "Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica: por uma profissionalização sustentável", retoma a articulação entre a educação profissionaltecnológica e a educação básica, reeditando os cursos técnicos integrados e incorporando à educação profissional, também a Educação de Jovens e Adultos, "objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho." (BRASIL, 2004).

Os artigos 39 a 42 do Capítulo III da LDB, que tratam da Educação Profissional, foram modificados pela Lei nº 11.741/2008 e regulamentados pelo Decreto nº 5.154/04, pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e pela Resolução CNE/CP nº03/2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de tecnologia. A partir do Decreto nº 5154/04, retomou-se, além das ofertas já existentes, a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, conforme já previsto no artigo 36, inciso I da LDB e Parecer CNE/CEB Nº 39/2004.

A Educação Profissional deixou de ser concebida como um simples instrumento de política assistencialista ou de ajustamento linear às demandas do mercado. Ela foi concebida, após o Decreto n° 5.154/04, para que os cidadãos tivessem efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto poderiam modificar suas vidas e seus ambientes de trabalho. No entanto, o termo educação profissional introduziu uma ambiguidade no que tange ao entendimento básico da educação, conduzindo ao reducionismo de compreender a educação no seu sentido mais amplo e interpretar suas atividades como formação profissional.

Na verdade, não há consenso sobre o significado dos termos utilizados, mas é preciso reconhecer que há critérios *técnico-políticos* e *referências conceituais* para sua opção. Com efeito, as definições ou teorias não aparecem isoladas dos projetos e dos processos em que são gerados. Sua escolha, de modo explícito ou não, obedece às necessidades de legitimação do projeto maior, que utiliza e interpreta tais denominações. É preciso perceber, portanto, em que conjuntura e em que correlação de forças, na sociedade e nas instituições de representação, foram produzidos os projetos e estabelecidas as prioridades no processo de formação cultural da população brasileira.

Com o objetivo de expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, democratizando e ampliando o acesso a vagas na educação profissional, no ano de 2005, ocorre a 1ª fase do plano de Expansão. Neste ano, foram criadas as unidades de Santo Amaro, Porto Seguro, Simões Filho e Camaçari.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; dentre eles o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, instituição pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal da Bahia exerce o papel de Instituição certificadora de competências profissionais, possui autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior (CONSUP), aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

No Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, em 2010, foram inaugurados *campi* nos municípios de Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Seabra. Na Fase III, no ano de 2012, foi autorizada a implantação de novos *campi* nos municípios de Brumado, Euclides da Cunha, Juazeiro, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.

2. Inserção regional

Sócio-econômico-político-cultural

Conferir informações constantes no Anexo I.

3. Perfil Institucional

Delimitadores

a) Missão

Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.

b) Visão

Transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica. (IFBA, 2012)

c) Princípios

- **Indissociabilidade:**Será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão,assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
- **Verticalização:** Verticalização entre os diversos níveis e modalidades de ensino;
- **Continuidade:**As áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;
- **Unificação:**Buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;
- **Integração:**A busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
- **Inovação:**Aimplementaçãoda inovação científica, tecnológica, artística, cultural, educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição;
- **Democracia:** A Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão.
- **Qualificação:**A Instituição buscará, de modo permanente, a qualificação e a capacitação de seu quadro de pessoal e a melhoria de sua estrutura, de seus processos organizacionais e de seus programas e ações;
- **Autonomia:**O IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
- **Respeito:**AInstituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
- **Responsabilidade:** O instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoais;
- **Inserção:**O IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
- **Difusão:**O IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;

- **Permanência:** A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
- **Inclusão:** Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;
- **Qualidade:**O IFBA buscará sempre a excelência no Ensino na Pesquisa e Extensão;
- **Equidade:** O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade;
- **Transparência:** Os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;
- **Sustentabilidade:** O IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental,de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações.
- **Trabalho:** O trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta política-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

d) Finalidades/Objetivos

Quanto às finalidades e objetivos deste Instituto, dois documentos respaldam esta questão, sendo eles: a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais. A referida lei apresenta as finalidades dos Institutos Federais, no artigo 6º, a saber:

Finalidades:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A Lei 11.892/2008 apresenta os objetivos dos Institutos Federais, no artigo 7º, a saber:

Objetivos:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- ministrar educação superior, incluindo pós-graduação.

e) Diretrizes

Em consonância com a missão do IFBA, sua função social e as diretrizes da legislação atual, bem como os programas de Governo, o PPI se estrutura a partir das seguintes Diretrizes:

- Fortalecimento em nível estadual, nacional e internacional da identidade do IFBA;
- Implantação do IFBA e sua estrutura de Campi;
- Políticas de fortalecimento do ensino e ampliação do número de vagas no Estado da Bahia;
- Definição de políticas institucionais visando o fortalecimento da imagem do IFBA como Instituição de Ensino Superior;
- Implantação de políticas de fortalecimento e ampliação da pesquisa e da pós-graduação;

- Fortalecimento de políticas de extensão nos processos institucionais;
- Implantação de políticas administrativas de fortalecimento e ampliação da democratização nos processos institucionais;
- Melhoria constante da infraestrutura em todas as atividades institucionais e investimentos contínuos para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades especiais;
- Promover políticas institucionais visando a inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.);
- Investimentos constantes na formação, capacitação, qualificação e adequação profissional de todos os servidores;
- Implantar, desenvolver e consolidar uma política de Educação a Distância – EAD no IFBA.
- Criação de novos Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior, com ênfase nos cursos de licenciaturas.

f) Avaliação

A partir do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAMC), celebrado entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, o IFBA passa a assumir metas tendo em vista a eficácia nas respostas na formação profissional, a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. O Instituto Federal assume o compromisso de uma atuação pautada na democratização do acesso e permanência, o que implica na ampliação da oferta de vagas e redução das taxas de evasão.

Na perspectiva de atender às necessidades de regulação do Estado e institucionalizar uma prática sistemática de avaliação, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza, periodicamente, a autoavaliação institucional (global e dos aspectos didático-pedagógicos), de acordo com o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, articulando regulação e avaliação educativa, possibilitando a participação dos segmentos da comunidade interna – alunos, docentes e técnicos – e da comunidade externa – pesquisa junto aos egressos e empresas. A CPA decidiu envolver na sua análise todos os níveis e modalidades de ensino e não somente da Educação Superior por compreender que a melhor forma de se autoavaliar é através de uma avaliação participativa e global.

A avaliação institucional buscará obter dados qualitativos e quantitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Esta avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos do Instituto; assim, podem participar do processo avaliativo, todos os Campi e alunos regularmente matriculados. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão administrativa e financeira, visando à garantia da democracia e da transparência.

O SINAES apresenta três modalidades principais de avaliação:

1. Avaliação das instituições de educação superior (AVALIES, centro de referência e articulação do sistema de avaliação);

2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);

3. Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando diferentes dimensões institucionais: missão e plano de desenvolvimento institucional (PDI); política para o ensino, a pesquisa e extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; política de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira.

Para a avaliação das instituições, são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco.

A autoavaliação é realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A avaliação externa utiliza obrigatoriamente visitas realizadas por comissões formadas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.

A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

A avaliação dos cursos de graduação utiliza as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

A avaliação de desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

O ENADE afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. É aplicado periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso é trienal.

DIMENSÃO II - Caracterização da sociedade, conhecimento e educação profissional e tecnológica

4. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

Reconhecendo a necessidade de estabelecer no IFBA, de fato, uma formação que garanta a profissionalização sustentável, compreendemos a educação como o referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano, construído por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. A educação é dinâmica e histórica, pois é convidada a fazer uma leitura do mundo moderno marcado por dimensões econômicas, culturais e científico-tecnológicas.

Enfrentamos desafios econômicos, ambientais e sociais, dentre outros, cabendo à educação escolar oferecer uma formação e uma opção de vida, privilegiando valores de ética, honestidade, solidariedade, dedicação e esforço pessoal, que possibilite a inserção e permanência na sociedade como condição de atuação no mundo do trabalho.

Essa compreensão ampla da educação difere da tradição da formação profissional, que, desde suas origens, é destinada aos desafortunados e conduzida a se vincular demasiadamente aos fins e valores do mercado, ao domínio de métodos e técnicas, aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência dos processos. É exigido do trabalhador certo número de qualificações e, mais recentemente, a aquisição de competências laborais.

Além disso, o desenvolvimento das sociedades modernas, sob pressão da democratização das relações sociais e do avanço científico e tecnológico, coloca em questão a divisão multissecular entre as funções instrumentais e intelectuais pelo progressivo reconhecimento de que todos desempenham funções intelectuais e instrumentais no sistema produtivo e no conjunto das relações sociais. O técnico é, portanto, um ser reflexivo e crítico que possui funções intelectuais e instrumentais, habilitado por sua formação profissional.

Neste sentido, emerge a questão fundamental da educação profissional e tecnológica, o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade. Estamos diante de processos que encerram, no seu âmago, as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão. Tais relações resultam de intrincada rede de determinações, mediações e conflitos entre diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política, ambiental e cultural.

Como consequência, surge a necessidade de se construir um projeto educacional que integre a formação profissional ao campo da educação, universalizado e democratizado, em todos os níveis e modalidades. Nesse âmbito, a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, estabelecendo relações sócio-históricas e culturais de poder. Assim, a educação desponta como processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura material da sociedade, evitando o erro de se transformar em

mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento.

A tecnologia mantém uma relação profunda com o trabalho, podendo ser considerada como “a ciência do trabalho produtivo”. É necessário, assim, haver uma aproximação mais estreita entre o entendimento dos avanços científicos e tecnológicos e o saber dos “aplicadores” de tecnologia, sejam eles estudantes, docentes, pesquisadores ou quaisquer outros trabalhadores, a fim de informá-los sobre seu papel como agentes na transformação tecnológica da produção e do trabalho e capacitá-los para discernir entre tecnologias que contribuam para o aumento ou diminuição das desigualdades sociais.

Portanto, um dos objetivos primordiais da educação tecnológica consiste em permitir ao futuro profissional desenvolver uma visão crítico-social da evolução da tecnologia, das transformações oriundas do processo de inovação e das diferentes estratégias empregadas para confrontar os imperativos econômicos com as condições da sociedade. Desta forma, promove-se no futuro profissional o desenvolvimento do senso crítico em relação ao mundo que o cerca, buscando instrumentalizá-lo para que ele busque se direcionar pelos princípios de igualdade, solidariedade e sustentabilidade.

A percepção da educação técnica/tecnológica, depreendida destes princípios, passa pelo entendimento da tecnologia como processo educativo que se situa no interior da inteligência das técnicas para gerá-las de outra forma e adaptá-las às peculiaridades das regiões e às novas condições da sociedade. Nessa perspectiva, é oportuno, ainda, destacar que a mesma transcende aos conteúdos fragmentários e pontuais de ensino, aprendizagem e treinamento, pela integração renovada do saber pelo fazer, do repensar o saber e o fazer, enquanto objetos permanentes da ação e da reflexão crítica sobre a ação.

A educação tecnológica, abrangendo as várias modalidades e níveis de capacitação, não se distingue pela divisão entre os novos valores da sociedade contemporânea e o ser humano, mas pelo caráter global e unificado da formação técnico-profissional, intimamente vinculada à educação, bem como integrada aos pressupostos mais amplos da consciência crítica do trabalhador e da construção da cidadania. É uma aprendizagem constante, necessária à compreensão das bases técnico-científicas, como elemento indispensável para contribuir em favor do desenvolvimento econômico e social do país.

Para contribuir com o projeto de nação, com o projeto de desenvolvimento, com a educação do cidadão brasileiro e com este conjunto de políticas e demandas do mundo do trabalho, exige-se que esta educação profissional e tecnológica integre a formação geral com a formação específica, a formação política com a formação técnica, a cultura com o trabalho, o humanismo com a ciência, a educação com a qualificação profissional, enfim o desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício das práticas do mundo do trabalho, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Os novos processos sociais e de trabalho exigem uma nova pedagogia e uma nova epistemologia. A nova pedagogia formará e educará cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica, pois a construção do conhecimento e sua socialização serão resultado do trabalho social e das relações que são empreendidas entre o mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes.

Há que se chamar a atenção, no entanto, para as responsabilidades de cada membro desta comunidade com relação ao momento que vive a Instituição. A construção de uma nova ética que se sustente sobre os princípios do respeito às diferenças, da busca da igualdade, da solidariedade, da inclusão e da sustentabilidade, exige de cada um o compromisso permanente com as mudanças em todos os âmbitos. Na convivência diária, no processo educativo, nos momentos de tomada de decisão, nas relações com a comunidade externa, etc., a democracia deve estar presente como método de construção das relações, assim como a solidariedade e o respeito às diferenças para que a liberdade de expressão não se confunda com o desrespeito e se possa, mesmo na crítica, construir relações fraternas.

Além disso, a compreensão de que este espaço público pertence a todos(as) os(as) cidadãos(as) brasileiros(as), presentes ou não no interior do IFBA, deve nos fazer perseguir uma nova relação com os espaços físicos e os equipamentos. Ao mesmo tempo, esta responsabilidade com o espaço público deve ser praticada de maneira ampla, não se restringindo a ações individuais e lançando mão de políticas de gestão efetivamente responsáveis com esta questão.

O comportamento solidário e inclusivo exige atenção com o meio ambiente, isto é, a sustentabilidade passa necessariamente por um ambiente saudável e a preservação dos materiais, insumos, e componentes retirados da natureza e presentes na nossa realidade na forma de energia, espaços físicos e equipamentos que usamos no dia a dia, exige a devida atenção ao seu desgaste. A formação de um cidadão que incorpore a profissionalização sustentável deve ser construída cotidianamente com a assunção das responsabilidades individuais e coletivas de cada professor(a), técnico(a), estudante.

Com base nestes princípios o IFBA vem construindo, coletivamente, o processo de democratização das relações, pautando suas práticas em posturas transformadoras da sua realidade e buscando, no oferecimento do ensino, da pesquisa e da extensão com qualidade social, cumprir seu papel no projeto de superação do grande déficit social do Estado brasileiro para com a maioria de sua gente.

a) Ser Humano, Sociedade e Educação

As teorias pedagógicas presentes no campo educacional visam explicar o fenômeno educacional e são construções sociais que refletem os ideais defendidos pelos teóricos em função dos problemas vivenciados na dinâmica histórica. Enquanto construções históricas e sociais, as teorias se transformam, se encontram e /ou se diferenciam em outras teorias. Dessa forma, as tendências pedagógicas modernas estão classificadas em Liberal e Progressista.

Segundo Libâneo (1990), a pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual. As diferenças entre as classes sociais não são consideradas, pois, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. Já a pedagogia progressista designa as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam as finalidades sociopolíticas da educação. Neste segundo grupo, destaca-se a tendência progressista crítico-social dos conteúdos, que

prioriza o domínio dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. A atuação da escola consiste em preparar o aluno fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Ao interpretar a pedagogia crítico-social dos conteúdos é possível concluir que dela parte o fundamento para a pedagogia histórico-crítica.

Para a compreensão acerca da teoria pedagógica que fundamenta as práticas educativas da instituição, elege-se a Pedagogia Histórico-Crítica, cujo termo foi cunhado por Saviani para substituir o de concepção dialética, na medida em que o mesmo causava dificuldades de compreensão em virtude da confusão que se faz com a relação concepção dialética idealista em que a "...dialética é concebida como relação intersubjetiva, como dialógica" (SAVIANI, 2003, p.70) .

A opção por esta teoria deve-se a sua relação com a missão anterior, concebida para a instituição, assim definida: promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.

Quando se remete à Missão do IFBA, já está subentendida uma visão de ser humano, sociedade e educação embasada teórica e filosoficamente no Materialismo Histórico-dialético, desenvolvido por Marx e Engels, o qual pressupõe uma análise da sociedade baseada nos princípios materiais que a sustentam que reagem dialeticamente com as condições construídas historicamente pelo indivíduo. A partir desse pressuposto, a educação desenvolvida deve estar focada na importância do trabalho para a construção social e na análise crítica da realidade para que os educandos possam, efetivamente, intervir na realidade.

Para o grupo de teóricos que estudou a pedagogia histórico-crítica, a escola precisa ser considerada de modo mais amplo, numa perspectiva não somente de reprodução social. Sendo assim, ela trata das contradições existentes na sociedade, a partir da própria educação, que não foram abordadas em momentos anteriores pela teoria crítico-reprodutivista, que centralizava suas ideias apenas na reprodução das contradições sociais. O termo Histórico-crítico é utilizado para definir uma vertente pedagógica que é respaldada, principalmente, nas teorias de Marx sobre materialismo histórico dialético e as teorias de Gramsci.

A partir dos princípios filosóficos do Materialismo Histórico-dialético é possível, portanto, inserir nas práticas educativas do IFBA a Pedagogia Histórico-crítica, a Pedagogia do Oprimido, a Pedagogia da Autonomia e todas as mediações possíveis entre as mesmas. Isso pressupõe uma educação que parta da realidade do educando, visando transformá-la a favor de todos os explorados, através de uma análise crítica da realidade, visando a formação de um educando que seja capaz, conforme as palavras de Paulo Freire, de ler o próprio mundo.

Essa visão da educação, inevitavelmente, encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano informado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. A educação é dinâmica e histórica, pois é convidada a fazer uma leitura do mundo moderno marcado por dimensões econômicas, culturais e científico-tecnológicas.

Para Aranha (2003), o materialismo histórico é a teoria que aplica os princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica, é a explicação da história por fatores materiais, econômicos, simbólicos, culturais e técnicos(elementos da infraestrutura e da superestrutura em constante interação). Marx inverte o processo do senso comum que explica a história pela ação dos 'grandes vultos', ou, às vezes até pela intervenção divina.

Nesse entendimento, pode-se destacar que o ser humano é compreendido como ser social capaz de produzir cultura, ou seja, de dar sentido a sua existência no mundo, em contato com a natureza e através de sua própria produção. Dessa forma, importa enormemente essa compreensão, na medida em que a instituição oferece ensino profissional numa perspectiva integral de formação, compreendendo o trabalho como forma de dignificar a existência humana e sua possibilidade de legitimar a autonomia nas formas de viver.

Para o materialismo de Marx o trabalho é uma categoria que define o próprio homem, visto que a instância do trabalho define aspectos da história da humanidade, pois é pelo trabalho que se justifica toda ordem de mudança na história.

Este pensamento fica bem claro na afirmação de Demerval Saviani em seu texto Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de adaptar-se à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia os homens dos outros animais é o trabalho (SAVIANI, 2003, p.11). Há uma clara continuidade entre a perspectiva histórico-crítica e o pensamento moderno, uma vez que nessa concepção epistemológica há uma distinção entre o homem e a natureza. Esta posição fica definida, quando Saviani afirma que para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura) (IDEM, 2003, p.11).

A Teoria Histórico-Crítica possui forte influência dos pensamentos de Gramsci sobre a educação de um modo geral, mas em particular na distinção entre escola ativa e escola criadora, bem como na importância do saber[1] escolar na formação das classes populares,em que ele desenvolve todo um pensamento sobre as contradições que ocorrem na escola, como por exemplo, a escola que forma dominadores, trabalha com conteúdos, dando-lhes significados, formando cidadãos pensantes sem se descuidar da cultura popular; a escola para dominados, em que os conteúdos e as filosofias são postos de lado, ou são pouco aprofundados, apenas o suficiente para atender às demandas do trabalho, formando pessoas acríticas, conformadas com a realidade. Outro dado importante sobre o que ele pensa de educação é o fato de que os intelectuais se distanciam das classes populares e, desta maneira, se distanciam dos problemas que estes "simplórios", como ele mesmo define classes populares, passam. Segundo Gramsci:

> A organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem,organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas

> massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (1955, p.18).

Sendo assim, a escola tem por função primeira tratar daquilo que é entendido por saber escolar e que, segundo Saviani, seria a organização sequencial e gradativa do saber objetivo (2003, p.62).

Gramsci, a respeito do papel da escola, diz:

> A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelohomem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo (GRAMSCI apud SAVIANI, 2003, p.62).

Gramsci estabelece, portanto, que a escola é um espaço político, onde inevitavelmente ocorrem conflitos entre interesses e concepções de mundo distintas. Essa mesma perspectiva gramsciana está presente nos escritos de Paulo Freire. Para quem o espaço escolar é inerentemente político.

Para Freire, a função primordial da educação está na construção da autonomia dos sujeitos que atuam na escola e do rompimento das relações de opressor e oprimidos. Assim, a educação, política por natureza, não pode ser considerada neutra. Quer dizer, a diretividade da prática educativa nega a neutralidade que tentam impor a ela. Quer dizer: como posso eu ser neutro, se participo como sujeito que opta por uma prática que me leva a um sonho? Necessariamente meu sonho não é o sonho de todo mundo, então eu tenho um sonho que se opõe a outro sonho (FREIRE apud POLANDRÉ, 2002, p.56).

Essa função é dialética e que o interesse da classe dominante empenha-se em colocar a educação a seu serviço. Freire define como sendo educação bancária:

> o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharia significação. (FREIRE, 1987, p.57).

Freire julga importante tratar de conteúdos, desde que se use como ponto de partida o saber do senso comum, na medida em que para ele a relação entre educador – educando deve ser dialógica. Freire estabelece claramente a distinção entre educação “bancária” e educação por conhecimento. Ele, então, afirma:

> Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numas manifestações instrumentais da ideologia da opressão e absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca (FREIRE, 1987, p.58).

Na concepção “bancária” de educação há uma relação de contradição entre o educador e o educando, pois um está na condição de quem sabe e o outro na condição de quem não sabe. Freire, a partir desta questão, constrói uma prática pedagógica que busca romper com esta contradição e colocar educador e educando numa relação dialógica. A Pedagogia Histórico–Crítica é um contraponto das teorias crítico–reprodutivistas, pois vai além da crítica e da constatação de que a escola passa por crise. Surge como uma teoria como práxis, por crer que a escola é espaço de transformação. Para tanto, é necessário que se tratem os conteúdos e que não se perca de vista o que é principal e secundário na escola,buscando um trabalho pedagógico pautado numa perspectiva histórica.

Embora se almeje o retorno aos conteúdos, é importante observar que não é uma retomada, nem ao Tradicional nem à Escola Nova. Ao tratar de trabalho pedagógico é necessário reportar uma categoria importante para os materialistas – histórico: o trabalho. Compreendendo que sendo o trabalho ação do homem sobre o mundo e, por consequência, do seu papel transformador, Saviani (2003 p.128) define dois tipos de trabalho: o material, que produz para subsistência e o não material, relacionado a conceitos, ideias, valores, hábitos, atitudes, habilidades e símbolos. A educação encontra-se nesta última categoria.

Encontramos em Paulo Freire referências consistentes para uma reflexão pedagógica extremamente atual para subsidiar esse PPI: a partir de uma concepção educativa própria, que cruza a teoria social, o compromisso moral e a participação política, ele nos incita a um exercício permanente para a construção da consciência crítica e reflexão pedagógica e nos alerta contra a despolitização do pensamento educativo.

Na Pedagogia do Oprimido é possível identificar

> uma epistemologia, uma pedagogia e uma sociologia da educação, vinculadas a um chamamento em favor da democratização da sociedade e da escola; um programa ambicioso que estabelece a ligação entre a sala de aula e a política de poder na sociedade; que tem instigado os educadores e estudantes a que mudem a si mesmos na história e o modo como ensinam, dando origem a um movimento internacional de educadores que querem transformar as sociedades dentro das quais ensinam (SHOR, 2006).

A proposta de educação crítico-transformadora de Freire dá ênfase à utopia da construção da escola pública popular com qualidade social, como condição para concretizar os valores e a prática das escolas democráticas, tendo como norteadores, os princípios inerentes à participação e à autonomia.

Torna-se necessário entender que a responsabilidade social da escola não se limita apenas a uma postura assistencialista em relação aos alunos e à comunidade em seu entorno: pressupõe uma relação dialógica entre todos os sujeitos envolvidos com a escola: o entendimento de que professores, educandos, os pais ou responsáveis têm contribuições de natureza diferente nas políticas de currículo e que cabe, ainda, à escola, potencializar essas diferentes participações na tomada de decisões e desenvolvimento das ações.

Destaca-se a importância de que a instituição sempre direcione esforços para a participação efetiva dos diversos sujeitos sociais, internos e externos ao IFBA, nos espaços de tomada de decisão.

Integrar o legado freireanoaos pressupostos desse PPI significa considerar os seus princípios fundantes, compreendê-los e analisá-los frente aos novos desafios do mundo

atual, de forma a construir e sistematizar uma práxis coerente com esses princípios, construindo-se uma metodologia de ensino-aprendizagem, crítico-transformadora, possibilitando que o trabalho que vem se desenvolvendo nesse espaço assuma o compromisso de não dicotomizarensino e pesquisa, teoria e prática.

Para Freire, a prática de ensino deve ser desenvolvida como um processo de permanente investigação; que o educando é o sujeito de seu conhecimento e que a sua aprendizagem está associada a um processo constante de pesquisa;portanto,o exercício da docência e da pesquisa estão intimamente ligados, tomando-se como referência básica as temáticas de investigação.

A presença das classes populares é condição fundamental para a prática realmente democrática da escola pública progressista e possibilita o necessário aprendizado daquela prática. A questão da qualidade social do ensino exige, necessariamente, movimento de reorientação curricular, implementação da gestão democrática, dialogicidade, valorização das práticas pedagógicas emancipatórias, autonomia das instituições e formação permanente dos educadores.A reinvenção da práxis educativa implica, sem medo de ousar, a possibilidade de adesão das pessoas a um processo de formação permanente para mudar a realidade concreta, coletivamente.

Desse modo podemos afirmar quea Pedagogia histórico–crítica busca resgatar a função precípua da escola, que é dar acesso ao saber sistematizado, ao conhecimento elaborado, construído historicamente pela humanidade, organizando-o em saber escolarefazendo as reflexões e críticas necessárias, considerando o senso comum como um lugar de ponto de partida e não de chegada.

b) Contexto atual do mundo do trabalho

A segunda metade do século XX, principalmente o período posterior à II Guerra Mundial, foi marcada por inúmeros fatos que modificaram as relações econômicas, culturais, sociais e políticas. O modo de produção capitalista viveu/vive um momento importante de reestruturação, que incorporou elementos da comunicação, principalmente no campo da informática, a qual encurtou as distâncias e transformou as relações entre os homens e as nações. Além destes elementos, a necessidade do aumento do acúmulo de capital despertou, no campo do pensamento liberal, a ideia do fim da história, do fim da organização dos trabalhadores e o triunfo do capital sobre o trabalho. E, no campo da produção, a robótica, a informática, a engenharia da produção, entre outros, diminuíram a possibilidade do pleno emprego e um novo conceito é disseminado no mundo do trabalho: o desemprego estrutural. As principais nações capitalistas do mundo se articulam divididas por blocos econômicos a ponto de criarem centros de poder econômico, que ditam, a partir de seus interesses, as políticas que direcionam/condicionam a vida econômica, social, política e cultural dos países economicamente dependentes.

Esta situação vem agravando a já insustentável situação de desemprego, miséria e fome da maioria das populações dos países periféricos, que permanecem sem acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade, numa situação de barbárie. A globalização financeira e dos mercados, que caracteriza o mundo atual, tem aprofundado a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Criou uma situação de disparidade tão grande que as elites buscam proteger-se da situação social que elas mesmas criaram de aumento da

violência, da intolerância, enfim, de caos social. Se, do ponto de vista do acesso aos bens sociais e culturais produzidos historicamente pela humanidade, o modo de produção capitalista aprofundou as disparidades, é impossível negar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em meio a este modo de organização econômica.

O que está em debate, então, é o acesso privado às riquezas (econômicas, sociais e culturais) produzidas em função do desenvolvimento científico e tecnológico que aumentam a miséria, impedindo o desenvolvimento mais justo da humanidade. A educação não pode ser compreendida como redentora dos problemas da sociedade contemporânea, conforme apregoam algumas concepções, muito menos como esteio formativo do modo de produção capitalista, segundo pensam as teorias reprodutivistas. Aliada a outras práticas sociais, a educação, numa perspectiva histórico-crítica, tem o papel de mediadora, buscando, entre suas atribuições, a articulação entre a teoria e a prática, a relação entre o saber científico e o saber popular, bem como a relação entre a ação local e a percepção global da realidade.

Em meio às profundas contradições de nossa realidade, o desafio da educação, por força da situação socioeconômica e cultural produzida pelo modo de produção que organiza nossa sociedade, está centrado no resgate do "conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana". O perfil de trabalhador qualificado é requerido não apenas em relação ao domínio de conhecimentos da área tecnológica, mas também apto a situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se também com questões ligadas ao âmbito coletivo.

Desse modo, deve estabelecer as relações entre o conhecimento e a prática do trabalho, preparando os indivíduos para a inserção na vida social com uma visão global **e crítica**,no sentido de garantir a toda a população o acesso crítico aos conhecimentos e ao desenvolvimento da cidadania para que possam enfrentar os desafios da sociedade contemporânea com perspectiva de futuro e iniciativa para transformá-la qualitativamente. Para este passo é fundamental mais que ter acesso à informação, saber avaliar criticamente os interesses e relações de poder estabelecidas no âmbito macro e micro da vida social.

Esta tarefa terá pouco êxito se não estiver engajada no trabalho por meio da apropriação da ciência e da tecnologia, de forma crítica, pelos cidadãos. Processo que avança na medida em que se integram, no projeto de educação, a formação profissional e a formação geral, buscando superar a dicotomia entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Esta formação integral permite ao cidadão trabalhador enfrentar as diferentes perspectivas do trabalho, utilizando-se das diferentes alternativas científico-tecnológicas, em um contexto desfavorável com flexibilização do trabalho a ameaça constante de desemprego, ampliando seus horizontes sobre o mundo do trabalho e a participação ativa na vida social. É nesta realidade caótica, em que as práticas sociais, incluída a educação, se situam, que as contradições expostas nesta realidade econômico-social, podem, com a ação sistemática da sociedade organizada, dar um salto de qualidade em direção às transformações estruturais profundas necessárias a nossa sociedade.

c) O local e o global: educar para as diversidades.

As propostas curriculares devem levar em conta o cotidiano do aluno e a história local. Não é possível trabalhar em educação sem reconhecer os imperativos da cultura local, que têm sido indicados como necessários por possibilitar a compreensão do entorno do aluno,

identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer, situando significativamente os problemas que a região/localidade vivencia. A valorização da historia local e das memórias produzidas pela comunidade podem auxiliar na configuração identitária dos alunos, se forem criados vínculos com a memória familiar, do trabalho, das festas e do cotidiano de sua região, fortalecendo assim os sentidos de pertença. A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade e é pela memória que se chega à história local.

Não há dúvida de que, em um cenário de profundas transformações no mundo do trabalho, também motivadas pelo desenvolvimento tecnológico, seja possível vincular a educação profissional ao ensino exclusivo das técnicas, em uma visão reducionista que treina o cidadão para tarefas instrumentais, reafirmando o discurso que vincula a formação à empregabilidade. O próprio Ministério da Educação, no documento "Políticas Públicas para a Educação Profissional" (2004), indica que, em função desta realidade, há necessidade de se constituir um novo princípio educativo que busque, progressivamente, afastar-se da separação entre as funções intelectuais e as técnicas, com vistas a estruturar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

Ao considerar que a educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país, busca-se a redução das desigualdades sociais e o respeito e fortalecimento da cidadania, na mesma medida em que considera a educação profissional um dos elementos criativos de alavancagem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nesta perspectiva, o IFBA reafirma no seu Projeto Pedagógico Institucional os seguintes princípios como propostas para a educação profissional brasileira:

- Compromisso com a redução das desigualdades sociais: Para a redução das desigualdades sociais existentes no país que se manifestam, clara e principalmente, na distribuição de renda, de bens e serviços, na discriminação de gênero, de cor, de etnia, de acesso à justiça e aos direitos humanos, é preciso comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. Para tanto, a educação profissional e tecnológica têm que ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica de fomentar o desenvolvimento social e apoiar-se no princípio da democracia, avançando, de mero fragmento de treinamento em benefício exclusivo do mercado, para admitir sua função de mediador das relações sociais e atuar como agente de transformação para construir o desenvolvimento sustentável do Brasil.
- O desenvolvimento socioeconômico: À educação tecnológica cabe, também, colaborar no processo de transformação da sociedade. A característica fundamental da educação profissional e tecnológica, assim como os demais níveis e/ou modalidades de ensino, constituintes da estrutura do sistema educacional brasileiro, é a de registrar, sistematizar e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, fazendo-se instrumento de inovação e transformação das políticas econômicas em benefício da sociedade. Confrontar o aproveitamento dessa capacidade técnica, apontando para um desenvolvimento alternativo ao modelo vigente, com a ampliação dos espaços de inclusão e participação popular, se constitui em elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico a ser assumido pela educação tecnológica.

- A vinculação à educação básica e ao ensino superior em todas as suas modalidades: A educação profissional busca, no desenvolvimento de seu projeto educativo, estabelecer as relações entre o conhecimento e a prática do trabalho, no sentido de romper com a visão dos segmentos produtivos que controlam os mercados e seus sistemas formativos, que estimulam a formação técnica em detrimento da formação integral. Na sua história, a educação profissional foi sempre vista como substituta da educação básica, principalmente para aqueles que não "teriam" acesso ao ensino superior. O resgate da educação profissional integrada à educação básica busca o rompimento com esta visão; no entanto, esta superação passa ainda pela articulação com outros níveis de desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização do acesso à educação em todos os níveis.

- A escola pública de qualidade: A garantia de padrão de qualidade para a educação tecnológica redunda na democratização da gestão, na valorização da função docente, na adequação das instalações e nos laboratórios bem equipados. Isto significa um novo padrão de gestão, que tenha como eixo uma educação pública de qualidade, socialmente discutida e construída em processos participativos e democráticos, incorporando experiências que permitam acumular conhecimentos e técnicas, bem como dêem acesso às inovações tecnológicas e ao mundo do trabalho. Assim, espera-se que a educação tecnológica seja capaz de

> garantir uma profissionalização sustentável como necessidade de um projeto de nação de que o país necessita. Esta noção – de profissionalização sustentável – engloba um duplo imperativo: a atualização e o acompanhamento da rápida transformação tecnológica em que estamos inseridos e a garantia dos direitos sociais do trabalhador. (BRASIL; 2004; p.13).

O IFBA reafirma sua visão da educação profissional e tecnológica como direito e bem público essencial para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social, comprometendo-se com a redução das desigualdades sociais e regionais; vinculando-se ao projeto de nação soberana e ao desenvolvimento sustentável; incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todos os trabalhadores, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica.

O IFBA, dentre os seus princípios, adota a relação entre o local e o global como pressuposto básico para o ensino e a produção acadêmica, tendo em vista a necessidade de uma educação contextualizada com as transformações do mundo, bem como com as diversidades regionais, econômicas e, sobretudo, sociais das cidades nas quais o instituto atua. Considerando as finalidades da educação, enquanto dever da família e do Estado, observa-se que a atual Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) ratifica esses pressupostos em seu artigo 2º, já que, dentre os princípios que devem permear o ensino no âmbito do território nacional temos, por exemplo: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e apreço à tolerância e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A sociedade brasileira é diversa, complexa e desigual. Diversidade que se expressa não apenas através da diversidade cultural, mas que se manifesta nas desigualdades sociais, raciais e econômicas. Tais desigualdades perpassam o âmbito escolar, dessa forma a questão da diversidade não pode estar à margem do debate no campo educacional.

O principio da educação enquanto direito social e de todos os brasileiros, independentemente de cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, vem sendo ratificado há tempos através de convenções e acordos internacionais, bem como de diferentes instrumentos legais dentre os quais se destacam, no âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948, Art. 26), a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (UNESCO, 1960, ratificada pelo Brasil em 1968)e, no âmbito nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988(Arts. 2-6), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003) eo Plano Nacional de Educação 2011-2020 (BRASIL, 2010). Esses instrumentos legais trazem em seu bojo o desafio de educar, tendo em vista a diversidade como elemento constituinte da relação entre seres humanos, diversos por essência e, por isso, cabe à educação, logo, às instituições educacionais e educadores, conforme Morin (2004, p. 55), “cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e de que a da sua diversidade não apague a da unidade. (...) É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades.”

O desafio de educar para as diversidades deve ser enfrentado por todos aqueles que defendem a construção de uma sociedade justa e igualitária, onde exista a “democracia autêntica”, na qual “os indivíduos não se reduzem a objetos para o poder constituído, mas são co-responsáveis e co-participantes desse poder, em forma de co-gestão”.(MIZUKAMI, 1986, p. 90). A educação pautada na valorização e no reconhecimento das diversidades existentes na sociedade, logo, na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, passa pela mudança na relação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Perrenoud chama atenção para a necessidade de que não fiquemos apenas nas palavras, isto é, no conhecimento apenas da existência das prerrogativas legais, tais como as citadas e das orientações que delas emanam sem que estas sejam postas em prática nas relações pedagógicas entre educadores e educandos, pois “desenvolver a educação para a cidadania tem fortes implicações para os programas, para as relações e para os modos de vida e de decisão no âmbito escolar” (PERRENOUD, 2005, p. 13).

O reconhecimento e a defesa de valores e sentimentos como respeito, humildade e fraternidade devem permear todas as relações sociais e educativas travadas no espaço que se pretende educativo e que valoriza a diversidade entre os seres humanos como um elemento potencializador das construções coletivas. Nesse sentido, retomando um dos princípios da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (JOMTIEN, 1990), a equidade é um principio que deve perpassar todos os processos de tomada de decisão, tanto do foro administrativo quanto e especialmente do foro pedagógico.

Na atualidade, todos os institutos federais de ensino sentem os impactos dos investimentos do poder público, em todos os níveis, pela universalização da educação básica com a inserção das classes populares à escolarização regular.

Essa universalização tem trazido para o contexto escolar milhares de jovens e adultos com alto nível de pobreza e, em sua maioria, em situação de extrema desigualdade social, que evidenciam concretamente uma enorme distância da experiência cultural e social com a experiência sociocultural privilegiada construída nos institutos durante décadas.

Apesar de não se constituir em totalidade, este novo contingente de alunos impõe, de maneira contundente, que a escola construa mecanismos que os incorpore e se transforme na relação com os mesmos, seja pela aprendizagem de conteúdos, seja lidando de maneira real com os seus modos de ser e de fazer, de forma a garantir a permanência desse novo aluno na instituição, assegurando a ele e aos demais alunos o acesso aos bens culturais, articulados de forma efetiva, nas dimensões local e global.

E os questionamentos que se encontram no centro desse espaço são os seguintes: a universalização, que visa garantir a milhares de jovens e adultos, provenientes de condições socioeconômicas desfavoráveis, o acesso à educação básica e superior de qualidade está realmente sendo um processo de transformação ou de adequação desses indivíduos? A mediação realizada pela educação está servindo para estabelecer os antagonismos e possibilitar a esses indivíduos a passagem de condição de dominados para agentes transformadores ou simplesmente de reprodutores do sistema? Por fim, as mudanças ocorridas em suas vidas e no contexto que lhe dizem respeito representam indícios de novos rumos da dinâmica social ou são meros reflexos (mudança qualitativa socioeconômica) de uma ação tecnicista que atende à produção e ao consumo da dinâmica do capital?

DIMENSÃO III - Dimensão político-pedagógica

Nessa dimensão serão tratados assuntos referentes às Políticas Institucionais e Responsabilidade socioambiental, portanto, é importante delimitar cada uma delas e contemplar a interação entre as mesmas.

5. Políticas de Ensino

O ensino no IFBA deve ter por princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. Deve buscar ainda a articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento, promovendo oportunidades para uma educação continuada, da educação básica à pós-graduação. Neste sentido, a instituição deverá:

- Ampliar o número de vagas e criar cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional, priorizando o avanço e a garantia da qualidade do ensino e a estrutura física, didática e pedagógica, de forma que todos os campi se adequem à Lei 11.892/2008, que garante o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para os cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Estimular a criação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional e local, desde que respeitada a importância da manutenção da qualidade e excelência dos cursos já oferecidos e a previsão da qualidade, logo que implementados, os cursos propostos;
- Implantar e modernizar todos os espaços de ensino eaprendizagem, levando em consideração a qualidade dos mesmos, bem comoatender à demanda dos cursos, da pesquisa e da extensão e ao avanço tecnológico, científico e cultural das regiões. Os espaços implantados devem oferecer condições, inclusive climáticas e de infraestrutura, adequadas ao trabalho pedagógico, de pesquisa e extensão e ao público portador de necessidades educacionais específicas;
- Criar mecanismos para redução da evasão, abandono e repetência;
- Criar mecanismos de promoção dos conhecimentos fundamentais para os alunos ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino;
- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância;
- Implantar ações que promovam o ingresso e a permanência de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social e grupos historicamente excluídos;

- Implantar ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico impresso e o digital da Instituição, principalmente quando houver a solicitação de material bibliográfico na biblioteca por parte da comunidade acadêmica e quando forem criadas novas demandas;
- Criar Políticas de Assistência ao educando que promovam atividades acadêmicas como monitorias, tutorias, iniciação científica e intercâmbio científico-cultural;
- Fomentar a implantação de programas de pós-graduação, especialmente, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado;
- Implementar no Instituto cursos de mestrado e doutorado como forma de estimular a atividade de pesquisa científica;
- Implementar um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Articular parcerias com empresas e outras organizações, possibilitando a oferta de estágio curricular e outras atividades que aproximem o estudante de sua área de atuação, especialmente através da oferta regular de visitas técnicas.
- Estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, mirando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

As atividades de ensino referem-se às ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares, de todos os níveis e modalidades de ensino, ofertados pelo IFBA, compreendendo:

I. Aulas (presenciais ou semipresenciais ou à distância)

II. Atividades de manutenção de ensino;

III. Atividade complementar de ensino.

As aulas, além das presenciais, poderão ser ministradas na modalidade de Ensino a Distância (EAD), desde que previstas no Projeto Pedagógico do Curso aprovado pelo Conselho Superior. Aulas dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes poderão ser ofertadas na modalidade semipresencial, de acordo com o previsto em Lei ou aprovado pelo CONSUP. Para os cursos superiores poderão ser ofertadas disciplinas, integral ou parcialmente, na modalidade a distância, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, de acordo com a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, constando no projeto pedagógico do curso aprovado pelo CONSUP.

Serão consideradas Atividades de Manutenção de Ensino as ações didático-pedagógicas do docente relacionadas ao estudo, planejamento, preparação, desenvolvimento e avaliação das aulas ministradas nos cursos e programas regulares do IFBA.

Serão consideradas Atividades Complementares de Ensino as ações do docente diretamente vinculadas às matrizes curriculares e programas dos cursos regulares do IFBA e/ou que incidam diretamente na melhoria das condições de oferta de ensino, compreendendo:

I. Orientação de trabalho de conclusão de curso, como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado;

II. Orientação de estágio curricular supervisionado;

III. Orientação de trabalho de iniciação científica, iniciação e desenvolvimento tecnológico;

IV.Orientação, coordenação e execução de projetos de pesquisa, extensão e PAAE-PINA;

V. Orientação de trabalho de conclusão de curso técnico de nível médio e de graduação;

As atividades complementares de ensino deverão estar em consonância com: o projeto pedagógico do curso em todos os níveis de ensino; o projeto de pesquisa cadastrado ou os planejamentos e o desenvolvimento das aulas.

a) Currículo

De acordo com o Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio,

> O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas (BRASIL, 2012,-p.2).

O ensino no IFBA tem que obedecer aos princípios colocados neste documento. Portanto, as concepções dos currículos de cursos devem integrar a formação geral com formação técnica/tecnológica,observando a continuidade do ensino e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para prover a formação do indivíduo com conhecimentos técnicos bem como princípios éticos e de responsabilidade, valorizando a cidadania, o respeito mútuo, a solidariedade e o espírito coletivo, objetivandoconstruiruma sociedade mais justa.

Os currículos devem, ainda, ter compromisso com as realidades locais dos campi, visando atender as carências existentes e combater as desigualdades para alcançar o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e tecnológico regional. Portanto, buscar uma concepção de currículo que aproxime mais o aluno das práticas de sua profissão.

Observar na formalização dos currículos a inclusão dos alunos com necessidades especiais, as lacunas na formação básica, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

É importante também definir uma matriz curricular básica e comum a todos os campi, flexibilizando-a para respeitar as particularidades regionais, além de revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos, atualizando e corrigindo as distorções.

I.Formas de articulação curricular

A articulação curricular visa a construção do ser humano integral, possibilitando a atribuição de sentidos às vivências dos educandos, bem como o relacionamento entre conhecimentos já adquiridos e novos conhecimentos, estimulando uma visão crítica e ao mesmo tempo construtiva dos saberes. A articulação se dá através de dois eixos:

1 -Os conteúdos disciplinares através de ações de multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, assim entendidas:

No caso da Multidisciplinaridade, pressupõe-se uma organização em que diversas disciplinas que se situam, geralmente, no mesmo nível hierárquico, e embora continuando a manter as suas fronteiras de conhecimento, estabelecem, pontualmente, relações entre si;

No caso da Interdisciplinaridade, ocorre a valorização de um grupo de disciplinas que se inter-relacionam e cujos níveis de relação podem ir desde o estabelecimento de processos de comunicação entre si até à integração de conteúdos e conceitos fundamentais, que proporcionem uma visão global das situações (influenciada pelos “olhares” das diferentes disciplinas de base);

No caso da Transdisciplinaridade, deixa de existir o parcelamento das disciplinas, embora se tenham por base os seus conhecimentos. Por isso, este tipo de organização corresponde ao grau máximo de coordenação entre as disciplinas e interdisciplinas e é apontada como facilitadora da interpretação e compreensão das realidades na sua extensão e complexidade.

2 -Os conteúdos culturais e esportivos, que devem articular as suas diferentes esferas envolvidas no ambiente educacional, garantindo o respeito às particularidades locais e regionais e a sua inclusão no espaço institucional, bem como incentivar o diálogo e a aproximação da instituição com grupos e espaços culturais e seus meios de divulgação.

II.Matriz básica e possibilidades de flexibilidade curricular

Disciplinas eletivas de aprofundamento na área do saber e atuação profissional e deconhecimentos inerentes à Educação Básica poderão ser oferecidas no Ensino Médio, na forma subsequente e nos cursos de nível superior para complementação e atualização de estudos. Nesse contexto, figura também a disponibilização de espaços para "experimentos pedagógicos e epistemológicos", levando-se em conta os processos de aquisição, de produção e de socialização do conhecimento por metodologias que suscitem o aluno à prática desses processos, a partir de suas potencialidades e dos conhecimentos prévios adquiridos ao longo de suas vivências pessoais.

III. Integração vertical

A verticalização do ensino na instituição prevê a integração entre os diferentes níveis e modalidades, procurando estabelecer itinerários da formação inicial à pós-graduação, de acordo com as possibilidades de flexibilidade curricular, proporcionando e adequando as

condições de infraestruturafísica, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Essa verticalização deverá estar prevista nos projetos pedagógicos de curso, estabelecendo a progressão gradual do conhecimento disciplinar nos vários níveis de ensino, atendendo aos processos seletivos específicos.

b) Diretrizes Curriculares por níveis e modalidades para incluir os princípios educativos específicos de cada um

Educação Profissional Técnica de Nível Médio: É desenvolvida nas formas articulada e subsequente, sendo a primeira de forma integrada ou concomitante à Educação Básica, com os cursos organizados por eixos tecnológicos. O planejamento dos cursos tomará como base o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego. No caso de profissões regulamentadas, deve considerar as atribuições pertinentes ao exercício profissional na legislação específica. A oferta de cursos integradosdar-se-á aos concluintes do Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, possibilitando a conclusão da última etapa da Educação Básica, como também uma habilitação profissional técnica de nível médio. A oferta aos cursos concomitantes dar-se-á aos concluintes do primeiro ano do Ensino Médio, com matrículas distintas para o Ensino Médio e para o curso técnico. A permanência nesta modalidade de ensino está condicionada à manutenção da matrícula tanto no Ensino Médio quanto no curso técnico concomitantemente. A oferta de cursos subsequentes dar-se-á aos concluintes do Ensino Médio. Neste caso, se o diagnóstico avaliativo evidenciar necessidade, deve haver a complementação e atualização de estudos referentes à Educação Básica.

A carga horária mínima, para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico de nível médio subsequente ou concomitante, é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituídos e mantidos pelo MEC.

Ensino Superior: O ensino de nível superior, no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, nas modalidades Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura, deve buscar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais, isto é, a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos da formação profissional com os fundamentos da formação humana integral.

Para tanto os cursos superiores do IFBA, as diretrizes curriculares para esse nível de ensino, e as diretrizes específicas para cada curso e modalidade devem ensejar a excelência no ensino superior sem, com isso, deixar de oferecer uma formação que ultrapasse os limites das aplicações técnicas e que insira a Instituição no processo de produção científica e tecnológica, mediante tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã.

A Lei 11.892, de 29 dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em referência ao artigo 8º, salienta que, no desenvolvimento da sua ação

acadêmica, o Instituto Federal deverá garantir suas vagas em nível de educação superior para:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

O parecer CNE/CES 583/2001 chama a atenção para o fato de que a

> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de dezembro de 1996, assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos estudantes. (BRASIL, 2001)

Além disso, o Decreto nº 5.773, de maio de 2006, estabelece que as Diretrizes Curriculares são referenciais para as avaliações dos cursos de graduação, em todas as Instituições de Ensino Superior do Sistema Federal, e neste sentido indica que deve:

Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas (com diretriz própria para a definição das cargas horárias);

Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;

Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos superiores;

Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;

Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;

Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional julgada relevante para área de formação considerada;

Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;

Estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, promovendo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia,da produção e difusão da cultura e do conhecimento, para, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

Garantir a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e noticiar o saber através do ensino, de publicações, dentre outras formas de comunicação;

Incentivar o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os locais, nacionais e regionais, oferecer serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de socialização de saberes e experiências;

Agenciar a extensão, aberta à participação da população, mirando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição.

c) Avaliação

Avaliar vem do latim a + valere, e, etimologicamente significa estabelecer o valor, pensar ou determinar a intensidade, a qualidade de algo. Batista afirma que “avaliar significa, na forma dicionarizada, valor, estimar o valor ou o merecimento” (2007, p.9).

Avaliar é uma ação própria de qualquer atividade humana, que se faz presente no cotidiano da vida das pessoas, realizada na maioria das vezes de forma corriqueira e espontânea. A avaliação é usada para conhecer, compreender, orientar e aperfeiçoar a conduta de pessoas ou grupos. Por meio da avaliação é possível dirigir um olhar ao passado, como forma de compreender e recompor situações, refletir sobre o presente na perspectiva do conhecimento do hoje para projetar o futuro, na busca de aperfeiçoamento e desenvolvimento. Essa avaliação cotidiana e espontânea, típica da relação do indivíduo com o mundo interior e exterior, pode ser chamada de avaliação informal (BELLONI, 2003).

Entretanto, a avaliação se faz presente de maneira formal em diferentes esferas da atuação do homem e da sociedade. Estabelecendo critérios de cunho valorativo para processos, políticas e atividades profissionais, definindo instrumentos de coleta e análise de resultados e processos ou sistematizando propostas de melhoria e requalificação de atividades, o ato de avaliar se insere no contexto contemporâneo como um mecanismo necessário à administração, condição para a melhoria das ações realizadas e fortemente, como exigência de transparência e democratização da sociedade (GADOTTI, 1999).

O fato é que todo sistema educacional precisa olhar suas “entranhas” e ampliar sua compreensão sobre funcionamentos e resultados. Analisar as políticas de avaliação do MEC e eventualmente essas repercussões em sala de aula significa ampliar nossa compreensão de educadores sobre os meandros do nosso sistema educacional e nos comprometer com sua melhoria. (PLACCO, 2003).

Nesse sentido, a avaliação se insere no cotidiano dos processos educativos, não somente na perspectiva individual, orientada à relação professor-aluno, mas se estabelece numa relação direta com o desenvolvimento da instituição em suas múltiplas dimensões, como um processo sistemático, formal que esteja direcionado a ampliar o olhar interno e subjetivo

para o fenômeno educativo, acolhendo as interfaces mais objetivas como processos e resultados.

I. Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dos estudantes é processo de caráter formativo e permanente e visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativossobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Os princípios da avaliação da aprendizagem adotados pelo IFBA devem estar respaldados pelo Decreto nº 2.494, de 10 de Fevereiro de 1998, para a modalidade semipresencial e a distância e pelo artigo 24, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, a saber:

> V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
>
> a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
>
> b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
>
> c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
>
> d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
>
> e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;
>
> VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação; (BRASIL,1996)

Os critérios de sustentação da avaliação da aprendizagem voltam-se para a relação entre quantidade e qualidade, e se faz necessário entender que a despeito da dinâmica de condução da sequência de atividades e conteúdos curriculares anuais, a avaliação ocorrerá de forma contínua e cumulativa. Mais do que o acúmulo de informações pelos estudantes, ou seja, a quantidade, a atividade docente deve estar direcionada a acompanhar e verificar a qualidade do que foi aprendido.

A qualificação da aprendizagem pressupõe a busca pela valorização do processo ensino-aprendizagem e está referenciada nos objetivos e documentos institucionais, e, sobretudo, no reconhecimento de que a cronologia definida pela organização institucional necessariamente precisa dialogar com as diferenças e especificidades individuais dos estudantes e este, certamente, é um grande desafio do processo avaliativo.

Ainda em consonância com os princípios epistemológicos que norteiam a ação acadêmica e institucional do IFBA, a avaliação da aprendizagem precisa estar orientada a uma perspectiva dialógica e formativa. De acordo com Freire:

> Não há diálogo no espontaneísmo como no todo-poderosismo do professor ou da professora. (...) O diálogo, na verdade, não pode ser responsabilizado pelo uso distorcido que dele se faça. Por sua pura imitação ou por sua caricatura. O diálogo não pode converter-se em um "bate-papo" desobrigado que marche ao gosto do acaso entre professor e educandos. (FREIRE, 1992, p. 118).

A avaliação, enquanto relação dialógica e a serviço da formação da pessoa deve perpassar pela assunção de que ela "deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem tanto para o estudante, quanto para o professor." (ROMÃO, 2003, p. 59). Para tanto, é necessário refletir sobre alguns pressupostos que devem orientar esta ação avaliativa:

- Identificação do que vai ser avaliado - Compreendendo a relação entre planejamento e prática pedagógica, a avaliação deve responder de maneira dinâmica a todo o processo de ensino e de aprendizagem, respeitando as etapas do processo de construção do conhecimento, se constituindo em um permanente diagnóstico que orienta as ações seguintes.

- Constituição, negociação e estabelecimento de padrões - Nesse aspecto cabe ressaltar que estabelecer padrões não limita o processo educativo, ao contrário, possibilita a garantia do direito á aprendizagem e à democratização de todo o processo. A questão remete à compreensão da intencionalidade da ação educativa; se for pela imposição e inflexibilidade de apenas um segmento do processo, certamente não será possível falar de avaliação dialógica;se os padrões são referenciados e construídos a partir da negociação coletiva e expressos no planejamento, tornam-se expressão de um compromisso de todos.

- Construção dos instrumentos de medida e da avaliação – É preciso diversificar esses instrumentos nas possibilidades, nos espaços e tempos pedagógicos, mantendo o mesmo rigor ético e metodológico, a fim de que oportunidades iguais sejam dadas àqueles que aprendem de forma diferente. Afinal, é impossível admitir que um grupo esteja todo no mesmo nível, num mesmo momento e por isso deva responder ao mesmo critério e instrumento. Os instrumentos avaliativos precisam valorizar a aprendizagem dos estudantes em seus diferentes percursos, essa é a verdadeira avaliação qualitativa.

- Procedimento da medida e da avaliação - Na avaliação dialógica é preciso desvencilhar-se de uma avaliação tradicional centrada na reprodução mecânica e memorizada do conteúdo pelos estudantes, aproximando-se de procedimentos que permitam expressar resultados de aprendizagem condizentes com o processo de construção de conhecimento. Nesse contexto, estão inseridos os processos de autoavaliação dos estudantes e professores. Sendo assim, a representação do resultado da avaliação deverá refletir o percurso educativo do estudante, não apenas a notação de seus erros e acertos em um instrumento avaliativo.

- Análise dos resultados e tomada de decisão quanto aos passos seguintes no processo de aprendizagem – Essa é a parte mais importante de todo o processo, na qual professor e estudantes refletem coletivamente sobre os objetivos, critérios, instrumento, enfim, todo o processo desenvolvido durante determinado intervalo de tempo e que está representado pelos resultados da unidade ou ano letivo. "Não se trata aqui da exposição humilhante dos "erros cometidos", mas a discussão, num verdadeiro "círculo de avaliação" das diversas respostas dadas e o porquê de terem sido dadas dessa forma e não de outra."(ROMÃO, 2003, p. 79). Assim, deverão ser criados espaços para a

recuperação da aprendizagem, perpassando a simples recuperação de nota, que acontecerá de forma simultânea ao desenvolvimento das atividades escolares.

- A partir dessas reflexões, é possível compreender que a opção por uma avaliação dialógica e formativa possibilita a promoção e o desenvolvimento não apenas dos estudantes, bem como do professor e da instituição como um todo.
- O modelo avaliativo desejável para o IFBA na atual conjuntura requer uma prática pautada por um rompimento com a avaliação somente quantitativa, baseado na valorização do processo ensino-aprendizagem e está referenciado nos objetivos institucionais, nos objetivos expressos nos Projetos Pedagógicos de Cursos e, principalmente, no perfil profissional que se pretende formar, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do educando.

Não basta "ensinar" aos professores formas "eficazes" de avaliar. É preciso compreender e discutir o pensamento pedagógico que lhes permita optar, conceber e trabalhar a avaliação, de maneira eficiente, produtiva, autônoma, convicta e crítica, oferecendo o instrumental para que os professores possam aplicar a avaliação adequada às diferentes circunstâncias e pessoas.

A avaliação no processo ensino-aprendizagem é um tema bastante delicado. Possui implicações pedagógicas que extrapolam os aspectos técnicos e metodológicos e atinge aspectos sociais, éticos e psicológicos importantes. Sem a clareza do significado da avaliação, professores e alunos vivenciam intuitivamente práticas avaliativas que podem tanto estimular, promover, gerar avanço e crescimento quanto podem desestimular, frustrar e impedir esse avanço e crescimento do sujeito que aprende. Existem, pois, efeitos diretos, explícitos e efeitos indiretos, implícitos (ocultos), que são associados aos processos avaliativos no ensino.

Dentro da perspectiva de integração do que ocorre na escola, entendemos que a prática avaliativa é uma das formas mais eficientes de instalar ou controlar comportamentos, atitudes e crenças entre os estudantes, podendo ser positivas ou destrutivas de suas possibilidades de desenvolvimento, pelo poder que encerra e pela importância que tem enquanto mecanismo de inclusão ou exclusão social, através das marcas burocráticas e legais impregnadas na sua utilização.

Segundo Méndez:

> Mais que o instrumento, importa o tipo de conhecimento que põe à prova, o tipo de perguntas que se formula, o tipo de qualidade (mental ou prática) que se exige e as respostas que se espera obter conforme o conteúdo das perguntas ou problemas que são formulados. (MÉNDEZ, 2002, p.98).

Se tomarmos a prática de avaliação como um processo, não é possível conceber e valorizar a adoção de um único instrumento avaliativo, priorizando uma só oportunidade em que o aluno revele sua aprendizagem. Oportunizar aos alunos diversas possibilidades de serem avaliados implica em assegurar a aprendizagem de uma maneira mais consistente e fidedigna. Implica também em encarar a avaliação, teórica e prática, como um verdadeiro processo.

Assim sendo, o modelo avaliativo do IFBA deve dividir-se em três momentos: diagnóstico, formativo e somativo, conforme apresentados abaixo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Avaliação diagnóstica - Esta modalidade de avaliação pode ser entendida em vários sentidos. Noizet e Caverni (1985), referindo-se a um desses sentidos, esclarecem que serve para avaliar a capacidade que um aluno possui para frequentar determinados cursos ou disciplinas, estando ligada à orientação escolar, à avaliação de capacidades dos alunos e não, exclusivamente, aos conteúdos educativos. Assim, essa avaliação pode ser externa ao processo de ensino-aprendizagem, não o influenciando diretamente.

Na sua dimensão de integração no processo de ensino-aprendizagem, essa é a modalidade de avaliação que averigua se os alunos possuem os conhecimentos e aptidões para poder iniciar novas aprendizagens. Permite identificar problemas no início de novas aprendizagens, servindo de base para decisões posteriores, através de uma adequação do ensino às características dos alunos.

Esse tipo de avaliação permite verificar se o aluno possui as aprendizagens anteriores necessárias (avaliação dos pré-requisitos) e também quais os conhecimentos os estudantes possuem na área de saber em questão.

Acrescente-se que a avaliação diagnóstica não ocorre em momentos temporais determinados, podendo realizar-se no início do ano (muitas vezes sob a forma de um período de avaliação inicial), no início de uma unidade de ensino e sempre que se pretende introduzir uma nova aprendizagem e se achar prudente proceder a uma avaliação deste tipo.

Avaliação formativa- Essa modalidade está voltada para a melhoria da aprendizagem e ajuste de processos e fundamenta-se nos princípios do cognitivismo, do construtivismo, nas teorias socioculturais e sociocognitivas.

A avaliação formativa considera que o aluno aprende ao longo do processo, que vai reestruturando o seu conhecimento por meio das atividades que executa. Do ponto de vista cognitivo, a avaliação formativa centra-se em compreender o funcionamento da construção do conhecimento. A informação procurada na avaliação se refere às representações mentais do aluno e às estratégias utilizadas para chegar a um determinado resultado. Os erros são objetos de estudo, pois revelam a natureza das representações ou estratégias elaboradas pelo estudante.

A avaliação formativa é analisada sob a perspectiva de prognóstico por Hadji (2001), que afirma que essa é uma avaliação que precede à ação de formação e possui como objetivo ajustar o conteúdo programático com as reais aprendizagens. Por ser uma avaliação "informativa" e "reguladora", justifica-se pelo fato de que, ao oferecer informação aos professores e alunos, permite que estes regulem suas ações. Assim, o professor faz regulações no âmbito do desenvolvimento das ações pedagógicas, e o aluno conscientiza-se de suas dificuldades e busca novas estratégias de aprendizagem.

Fernandes (2005) caracteriza a avaliação formativa, a partir das características descritas abaixo:

- Ativa os processos mais complexos do pensamento (Ex. analisar, sintetizar, avaliar, relacionar, integrar, selecionar);

- As tarefas refletem uma estreita relação e a avaliação é deliberadamente organizada para proporcionar um feedback inteligente e de elevada qualidade tendo em vista melhorar as aprendizagens dos alunos;
- O feedback é determinante para ativar os processos cognitivos e metacognitivos dos alunos, que, por sua vez, regulam e controlam os processos de aprendizagem, bem como melhoram sua motivação e auto-estima;
- A natureza da interação e da comunicação entre professores e alunos é absolutamente central porque os professores têm de estabelecer pontes entre o que se considera ser importante aprender e o complexo mundo do aluno;
- Os alunos são, ativa e sistematicamente, envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, responsabilizando-se pelas suas aprendizagens e tendo amplas oportunidades para elaborarem as suas respostas e para partilharem o que e como compreenderam;
- As tarefas propostas aos alunos que, desejavelmente, são simultaneamente de ensino, avaliação e aprendizagem, são criteriosamente selecionadas e diversificadas; representam os domínios estruturantes entre as didáticas específicas das disciplinas, que se constituem como elementos de referência indispensáveis, e a avaliação, que tem um papel relevante na regulação dos processos de aprendizagem;
- O ambiente de avaliação das salas de aula induz a uma cultura de sucesso baseada no princípio de que todos os alunos podem aprender.

É importante, pois, perceber o papel do professor nesse tipo de avaliação, que é o de contribuir para o desenvolvimento das competências cognitivas dos alunos, das suas competências de auto-avaliação e também de autocontrole.

A avaliação formativa destaca-se pela regulação das atuações pedagógicas e, portanto, interessa-se, fundamentalmente, pelos procedimentos do que pelos resultados. É uma avaliação que busca a regulação pedagógica, a gestão dos erros e a consolidação dos êxitos.

Esta modalidade de avaliação visa regular o processo de ensino-aprendizagem, detectando e identificando metodologias de ensino mal adaptadas ou dificuldades de aprendizagem dos alunos. Trata-se de uma avaliação frequentemente centrada sobre pequenos segmentos de matéria, sobre objetivos particulares e fazendo uma análise detalhada e em profundidade das aprendizagens.

Abrecht (1994, p.69) sintetiza a importância da avaliação formativa, considerando-a não como um método, mas como uma atitude: "os grandes objetivos da avaliação formativa são, de fato, a conscientização, por parte do aluno, da dinâmica do processo de aprendizagem (objetivos, dificuldades e critérios) e da luta contra a passividade."

Ao optar-se por uma avaliação formativa, na opinião de Perrenoud (1982), são afetados no processo educativo: a organização das aulas, os métodos e as práticas de ensino, a construção de uma cultura comum entre o professor e a escola, a política do estabelecimento de ensino, o programa e os objetivos, bem como o sistema de seleção e orientação e satisfação profissional e pessoal.

Na avaliação formativa, os momentos e os intervenientes devem ser diversificados, porque, segundo Ferraz et al (1994), as próprias situações de avaliação são múltiplas e as competências em análise são várias e complexas.

Avaliação somativa - Essa modalidade de avaliação tem como objetivo, segundo Oliveira (2002), determinar o grau de domínio do aluno em uma área de conhecimento, o que permite conferir uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de competência da aprendizagem ao final de um período.

Haidt (apud SANTOS, 2006) afirma que a avaliação somativa visa classificar os discentes segundo os seus níveis de aproveitamento do processo de ensino aprendizagem. É realizada ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, dentro de critérios previamente impostos ou negociados e, geralmente, tem em vista a promoção.

A avaliação somativa fornece um resumo da informação disponível, procede a um balanço de resultados no final de um segmento extenso de ensino. A avaliação somativa presta-se à classificação, mas não se esgota nela, nem se deve confundir com esta, podendo, evidentemente, existir avaliação somativa sem classificação.

Segundo Bloom, Hastings e Madaus (1971, p.29) "O julgamento do aluno, do professor ou do programa é feito em relação à eficiência da aprendizagem ou do ensino uma vez concluídos." Nessa modalidade de avaliação é decisiva a escolha cuidadosa de objetivos relevantes, de acordo com critérios de representatividade e de importância de modo a obter uma visão de síntese. Tratando-se de um juízo global e de síntese, uma ênfase particular deve ser atribuída à avaliação dos objetivos curriculares mínimos, quer definidos nos programas nacionais quer no âmbito das escolas. É, pelas razões mencionadas, a modalidade de avaliação que melhor possibilita uma decisão com relação à progressão ou à retenção do aluno, pois compara resultados globais, permitindo verificar a progressão de um aluno face a um conjunto lato de objetivos previamente definidos.

Diretrizes para Avaliação de Aprendizagem no IFBA:

- Adotar, em todos os níveis e modalidades de ensino, práticas avaliativas emancipatórias como instrumentos de diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem;
- Assegurar a consistência entre os processos de avaliação e a aprendizagem referenciada nos objetivos institucionais dos cursos e no perfil profissional desejado, através da utilização de formas e instrumentos diversificados e de acordo com os contextos em que ocorrem;
- Assegurar, no processo avaliativo, formas de participação dos estudantes como construtores de sua aprendizagem;
- Assegurar mecanismos de avaliação para o aproveitamento de estudos e experiências concluídos com êxito;
- Assegurar estudos de recuperação processual em todos os cursos e níveis de ensino oferecidos, previstos em calendário e quadro de horários de atividades extra-classe.
- Diagnosticar as causas determinantes, internas e externas, das dificuldades de aprendizagem para possível redimensionamento das práticas educativas, elaborando

plano de ação individual e coletivo a ser divulgado como parte das atividades da instituição;

- Garantir a primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais e as funções reflexiva e crítica, com o caráter dialógico e emancipatório;
- Articular as três dimensões (somativa, diagnóstica e formativa) da avaliação na prática cotidiana de Avaliação da Aprendizagem;
- Promover adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessários, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais;
- Proporcionar ao professor orientação didática-metodológica adotada pelo IFBA, antes do inicio das suas atividades docentes, bem como a criação de um programa institucional permanente para formação continuada.
- Ocorrer sistematicamente durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho;
- Garantir que os conselhos de classe "diagnósticos" e "final", com a participação de representação discente das turmas, sejam fórum permanente de análise, discussão e decisão para o acompanhamento dos resultados do processo de ensino e aprendizagem, tomando como referência os objetivos institucionais de formação e que deles derivem ações concretas, individuais e coletivas, no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno.
- Desenvolver e implantar com prioridade um processo mútuo de avaliação efetiva entre docente/ discente, bem como a autoavaliação de cada segmento, como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem, oferecendo retorno das informações coletadas;
- Oferecer aos estudantes a oportunidade de obter uma aprendizagem significativa, democrática e dialógica;
- Implantar mecanismos para suprir as necessidades educacionais básicas para todos os níveis e modalidades de ensino, ainda que haja alteração na duração dos cursos e dos currículos, garantindo a qualidade da formação desenvolvida no IFBA, ao mesmo tempo em que propiciará a permanência bem sucedida dos/as estudantes que ingressam na Instituição;
- Ser entendida como uma tarefa de construção coletiva que requer ser pensada, planejada e refletida por todos que são parte do processo: diretores, coordenadores, professores, pais e estudantes;
- Considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o produto alcançado;
- Adotar instrumentos e práticas de avaliação diversificadas durante o processo de ensino-aprendizagem;
- Proporcionar momentos de recuperação de aprendizagem durante todo o processo de ensino-aprendizagem.
- Assumir a responsabilidade de atender à pluralidade sócio-cognoscitiva dos estudantes, garantindo o respeito aos tempos de aprendizagem.

Nas Normas Acadêmicas decorrentes da aprovação deste PPI serão estabelecidos os critérios para que o estudante tenha direito a frequentar a recuperação. Considerando que a recuperação será realizada no processo, conforme a LDB 9.394/96, ou ao final de cada unidade, no caso específico dos Cursos Integrados, e/ou de cada atividade avaliativa, a critério do professor, a prova final é dispensável, isto é, não será adotada a prova final. Além disso, de posse dos resultados das atividades avaliativas, o professor deverá convocar o estudante que obtiver desempenho insatisfatório para comparecer ao horário de atendimento, quando ele poderá realizar outros procedimentos, até mesmo individualizados, que favoreçam a aprendizagem discente.

É importante destacar algumas recomendações para reduzir a subjetividade do professor na correção das provas (MELCHIOR, 1999): corrigir questão por questão e não prova por prova; ter clareza em relação aos critérios, com a valoração de cada um dos itens, para utilizar o mesmo padrão com todos os alunos (utilizar uma chave de correção); correção anônima das provas (nem sempre é fácil, pois professores conhecem a letra dos alunos).

Segundo Mendéz (2002, p. 124) “Quem aprende também precisa aprender com suas correções”. Assim, se os instrumentos forem trabalhados como oportunidades de aprendizagem e, analisados pelos alunos, sendo estudados por eles em parceria com o professor, certamente tornam-se oportunidades de aprendizagem numa abordagem formativa.

II. Avaliação institucional

A avaliação institucional se constitui em um instrumento de fundamental importância na busca da qualidade educacional e aprimoramento do trabalho desenvolvido, pois além de nos remeter a uma reflexão sobre as ações desenvolvidas no âmbito institucional, possibilita o conhecimento sobre as potencialidades e carências da instituição, ou seja, nos fornece informações necessárias para a construção de um planejamento que poderá intervir na realidade, a fim de modificá-la.

Segundo Zabala (1998) "avaliação é um processo que se denomina em sua primeira fase como avaliação inicial", pois a partir daí sabe-se o ponto de partida para atingir os objetivos propostos, além disso, a avaliação não deve ser realizada apenas em um âmbito, ou seja, ela deve ser ampla e atingir as diversas áreas da educação. Dias Sobrinho (1995, p.53) afirma que a avaliação institucional ultrapassa amplamente as questões das aprendizagens individuais e busca a compreensão das relações e estruturas, essas relações ou processos e as estruturas que engendram são públicas e sociais, por isso impõe com maior força e mais urgência a necessidade da avaliação institucional. Tendo em vista que esses processos são públicos e devido à característica do IFBA como instituição social, criada e mantida pela sociedade, faz-se necessário avaliar para conhecer e aprimorar a qualidade e os compromissos de sua inserção.

O principal objetivo da avaliação institucional é proporcionar a ação-reflexão-ação do trabalho desenvolvido – o que, de acordo com Freire (1997), se constitui em um processo de fundamental importância para o aprimoramento da prática profissional.

O sistema de Avaliação Institucional do IFBA deverá nortear-se nos pressupostos teóricos metodológicos selecionados neste PPI e de acordo com as diretrizes emanadas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES que em seu Art. 3º, inciso III a Lei considera a responsabilidade social uma importante dimensão institucional, que deverá ser avaliada como parte constituinte do perfil e da atuação institucional:

> A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente as seguintes: (...) III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

É importante ressaltar que em consonância com Luckesi (1996) “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível”. A avaliação não deve ser realizada apenas para classificar, oferecer dados para o governo, mas sim para diagnosticar uma dada realidade, refletir sobre os dados coletados, a fim de intervir de forma significativa sobre a mesma, pois toda instituição que visa melhorar seu desenvolvimento e sua qualidade precisa refletir sobre suas ações, buscando conjuntamente a solução para os problemas enfrentados. Nesse processo, a avaliação se constitui em um instrumento de fundamental importância por possibilitar a coleta de informações sobre todos os elementos institucionais e a reflexão sobre os mesmos.

A avaliação institucional deverá constituir-se num instrumento fundamental para a gestão do instituto, seus campi e seus cursos, na busca de condições para o desenvolvimento de sua missão e suas finalidades, assim como a consecução dos seus objetivos, norteando a permanente elevação do seu padrão de qualidade à inclusão efetiva de sua clientela, nas diversas modalidades de ensino ofertadas (cursos de qualificação profissional, ensino médio e superior);

O Corpo Discente, Corpo Docente, Egressos, Corpo Técnico-Administrativo e Comunidade Externa deverão ser ouvidos de forma sistemática, no intuito de se ter uma análise real das potencialidades e fragilidades do Instituto, sendo esses resultados utilizados como contribuições para os processos de melhoria da gestão.

Os objetivos passíveis de serem atingidos com a realização do processo de autoavaliação realizado pelo IFBA são descritos a seguir:

- Implementar a cultura de autoavaliação no instituto com as diretrizes gerais de cada campus a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias de todos os aspectos avaliados;
- Desenvolver um processos efetivo de Avaliação Institucional Interna que permita identificar potencialidades e as fragilidades da instituição;
- Possibilitar o planejamento de ações futuras do Instituto, a partir das informações coletadas pela Avaliação Institucional Interna, oferecendo retorno para a comunidade acadêmica, propiciando momentos de reflexão sobre os dados coletados;
- Estabelecer sistemas de acompanhamento e avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico Institucional e

- Propor sugestões para o incremento na qualidade da oferta de ensino, na difusão da extensão e no desenvolvimento da pesquisa.
- Em síntese, o sistema de autoavaliação do IFBA deverá estar inserido num processo maior de avaliação institucional, de forma a conduzir os esforços e os processos institucionais, em suas distintas dimensões, para um padrão qualitativo e quantitativo de coerência acadêmica e pedagógica, numa perspectiva de aperfeiçoamento contínuo.

d) Inclusão, acesso e permanência

I. Acesso

O direito à educação, ao acesso e à permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90), da Lei de Diretrizes de Base da Educação (9.394/96), assimcomo nos Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (SINAES) – INEP/MEC, 2013, que propõe:

> Inclusão plena dos estudantes com necessidades de atendimento diferenciado, contemplando a acessibilidade, desde os processos de seleção, no PDI; no planejamento e execução orçamentária; na composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos de cursos; nas condições de infraestrutura, arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização da educação, assim, o IFBA tem o dever de organizar as ações de acesso aos espaços, recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes.

Nesse sentido, o IFBA deverá garantir:

> que os espaços educacionais estejam abertos a todos os estudantes que necessitam de apoio especializado. Embora essa proposição, expressa na política governamental, demande um olhar criterioso sobre os condicionantes de ordem diversa que irão garantir a tão desejada qualidade da educação em um sistema educacional inclusivo, o primeiro indicador de qualidade a ser perseguido será sempre o “acesso”, efetivado por meio da matrícula. (MEC, 2013)

Deste modo, algumas medidas devem ser tomadas para a efetivação desta perspectiva:

- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os distintos segmentos da sociedade, bem como às condições de permanência adequadas aos estudantes, relativas à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida.
- Adequar o número de vagas nos cursos oferecidos às demandas da comunidade, na qual estão inseridos, considerando os recursos humanos e materiais, bem como as condições físicas, sociais e culturais da região.

- Implantar ações integradas e complementares entre si, a fim de garantir o acesso e a permanência do estudante trabalhador à escola, como a convergência na realização de trabalhos que seriam extraclasse para o horário de aula, além de organizar horários adequados a este público.

II. Inclusão

A escola é um espaço de construção do conhecimento, onde se deve proporcionar a todos os cidadãos a possibilidade de desenvolver competências, para tanto, necessita preconizar o que diz a LDB, no artigo 59, que atribui aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades educacionais. ARANHA (2008)embasando a idéia que a inclusão, definida por muitos apenas como o ato ou efeito de incluir Pessoas com Necessidades Específicas (PNEs) em classes comuns não deve pautar-se apenas pela inserção das mesmas em escolas regulares, mas na garantia da qualidade do ensino que deve reconhecer e respeitar as diferenças, respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Concebendo a escola enquanto espaço importante, onde se dá a formação de identidades e que as mesmas se constituem a partir de experiências de vida diferenciadas, podo-se afirmar que a diversidade está presente em todos os ambientes, constituindo as comunidades, que por sua vez são formadas por pessoas diferentes entre si. Cada um com sua maneira peculiar de ver o mundo e de agir sobre o mesmo. Esta maneira peculiar que tem cada indivíduo, com seu ritmo próprio de aprendizagem, com distintos períodos de maturação, que muitas vezes está associada a uma deficiência física, intelectual ou um transtorno, constitui as diferenças com as quais a escola deverá trabalhar.

De acordo com Ropoli, “a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos” (ROPOLI, 2010, p. 7).

A inclusão no âmbito educacional precisa ser considerada no sentido amplo, a partir das situações de exclusão e marginalização presentes na sociedade, que atingem não apenas as pessoas com algum tipo de deficiência, mas todos os que, de alguma forma ou por alguma característica fazem parte das chamadas minorias. Nesse universo, além das pessoas com deficiência estão os negros, índios, ciganos, homossexuais, pobres, mulheres, crianças, entre outros que, ao longo da história, privados de participar e usufruir dos bens culturais construídos pelo grupo.

A realidade social, marcada pelas desigualdades no exercício da cidadania, tem reflexos na educação e faz emergir o debate acerca da educação que queremos, considerando que não é possível abordar a inclusão sem ter presente o processo de exclusão. Também traz para o IFBA a necessidade de permear o âmbito da inclusão aberta às diferenças.

Diante desse contexto, transformar o IFBA numa Escola Inclusiva requer o entendimento que a inclusão significa a transformação do sistema educacional, de forma a organizar os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos. Compreendida enquanto movimento de transformação, a inclusão é um processo que se fundamenta em três fatores: o primeiro é a presença do aluno na

escola enquanto sujeito de direito, junto aos demais colegas da sua faixa etária e na sua comunidade; o segundo é a participação, o relacionamento livre de preconceito e discriminação, em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível; o terceiro fator é a construção de conhecimentos, que significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e se desenvolvendo.

Portanto, este Instituto tem como principal desafio garantir a todos a igualdade de direitos, tratando-os de acordo com as diferenças que possuem. Como colocado por Mantoan (In: ARANTES, 2006), para a implementação de políticas inclusivas, a inclusão precisa ser pensada a partir da desigualdade de tratamento como forma de restringir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino. Para que essa meta seja alcançada será necessário buscar meios que garantam a equidade no acesso à Instituição, assim como a permanência desses alunos. Permanência que garanta o acesso ao saber e, por conseguinte (não simplesmente por promovê-lo), o acesso a outros graus do ensino, como forma de continuidade aos estudos (HOFMANN, 2009, pg. 17).

A escola inclusiva é uma escola preparada para identificar e eliminar as barreiras que impedem o acesso dos alunos ao conhecimento, efetivando mudanças que iniciam na construção do projeto político pedagógico e na gestão para a participação, sendo esses fatores determinantes para a consolidação da proposta. Portanto, inclusão é a transformação da escola, a partir de um conjunto de princípios, como a valorização da diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social; o desenvolvimento de currículos amplos que possibilitem a aprendizagem e participação de todos; o respeito às diferentes formas de aprender; o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; a acessibilidade física e nas comunicações e o trabalho colaborativo na escola.

Fica claro, dessa forma, que é preciso propor ações e fazer valer os direitos de todos os alunos para que sejam tratados sem discriminação, inclusive cumprindo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, que assegura “a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No mesmo sentido, a Declaração de Salamanca reafirma que:

> Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (UNESCO, 1994, p. 19).

É interessante destacar que uma escola inclusiva não é aquela que somente aceita os alunos na escola com suas diferenças, mas que valoriza a diversidade como uma condição humana e possibilite a permanência desse aluno na escola. Segundo Luckesi (2006), o acesso universal ao ensino é, pois, elemento essencial da democratização e a porta de entrada para a realização desse desejo de todos nós, que clamamos por uma sociedade emancipada dos mecanismos de opressão. O segundo elemento que define a democratização do ensino é a permanência do educando na escola e a consequente

terminalidade escolar. Ou seja, o aluno que teve acesso à escola deve também ter a possibilidade de permanecer nela até um nível de terminalidade que seja significativo, tanto do ponto de vista individual quanto social.

A escola é um espaço de todos, onde os alunos constroem conhecimento a partir do acesso a informações sistematizadas, organizadas em um currículo. No entanto, esse conhecimento é construído por meio da capacidade de cada um. A forma como os indivíduos se apropriam do conhecimento e o transforma não pode servir de justificativa para diferenciação das práticas adotadas em sala de aula. Deste modo, atender a estudantes com necessidades específicas em classes comuns implica em uma mudança da estrutura educacional adotada, em um ensino que os identifique enquanto seres singulares e preveja as adaptações necessárias para que haja aprendizagem.

Logo, priorizar a qualidade do ensino é um desafio que precisa ser assumido por todos, sendo necessário investir na infraestrutura dos estabelecimentos educacionais e na formação de professores. Modificar a concepção de educação que perpetua a exclusão e nos libertarmos de justificativas como a falta de preparo e insegurança dos profissionais, para não agir com posturas inclusivas. Investir em recursos pedagógicos, infraestrutura dos campi e na formação de profissionais, pois a falta ou precarização dos recursos de que dispomos reforça:

> O que essas circunstâncias evidenciam é a urgência em se utilizar novas práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos. Desta forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a autoestima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais (BRASIL, 1998, p. 63).

Cabe preconizar o que a legislação brasileira diz a respeito da inclusão de PNES nas escolas regulares. O Conselho Nacional de Educação determina através da Resolução n.º 04/2009 em seu art. 1º que “os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.”

Assim sendo, para implementar a política de educação inclusiva adotada no Brasil e por este Instituto, as Unidades do IFBA deverão ser dotadas de infraestrutura necessária ao atendimento às pessoas com necessidades específicas, conforme orientação da Resolução n.º 04/2009 do Conselho Nacional de Educação.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deverá ser ofertado na instituição através das salas de recursos multifuncionais, tendo como função buscar alternativas capazes de garantir aos alunos o acesso a serviços, recursos e estratégias que facilitem a formação do cidadão e o desenvolvimento de habilidades e competências importantes no processo de aprendizagem, assim como a sua plena participação na sociedade.Ainda de acordo com a

Resolução CNE/CEB, Nº 4/2009, para operacionalização do AEE devem ser garantidos os seguintes elementos:

> I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
>
> II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
>
> III – cronograma de atendimento aos alunos;
>
> IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
>
> V – professores para o exercício da docência do AEE;
>
> VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
>
> VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

As Direções constituídas nas unidades do IFBA, juntamente com a comunidade acadêmica, tendo como embasamento a Legislação, deverão desenvolver mecanismos que garantam a acessibilidade às PNES, considerando as barreiras arquitetônicas e as de acesso ao currículo. Quanto às barreiras arquitetônicas, as unidades deverão adequar-se de acordo com a Norma Brasileira 9050 (ABNT), que define as normas de acessibilidade a serem respeitadas no Brasil. Quanto ao Currículo, Aranha (2008) chama a atenção para a importância das flexibilizações como meio de viabilizar o processo de inclusão. Para que possam ser facilitadoras e não dificultadoras, essas adequações curriculares devem ser pensadas a partir do contexto grupal em que se inserem os alunos.

No IFBA, o AEE é ofertado através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), que vem sendo implantado nos Campi.

Entende-se como público dos AEEs (no âmbito do IFBA, leia-se “público do NAPNE”) os determinados pela Resolução n.º 04/2009 do Conselho Nacional de Educação:

> I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
>
> II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
>
> III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009)

O desafio da educação inclusiva passa ainda por uma ressignificação das nossas práticas, a fim de retirar todas as barreiras atitudinais e arquitetônicas da nossa realidade. Sendo assim, o IFBA deve:

- Promover a formação continuada do docente para o trabalho com a diversidade, por meio de cursos de extensão e pós-graduação;
- Promover capacitação de toda comunidade escolar para ampla informação e sensibilização para as questões das diversidades;
- Manter a organização do Núcleo de apoio aos portadores de Necessidades Educacionais Especiais – NAPNEE, seus espaços e recursos para o atendimento educacional especializado;
- Remover as barreiras arquitetônicas para melhorar a acessibilidade dos alunos com mobilidade reduzida ou deficiência física;
- Buscar acompanhamento profissional adequado aos alunos com deficiência, distúrbios de aprendizagem ou altas habilidades/superdotação;
- Adequar os currículos dos cursos, a fim de adaptá-los para atender à diversidade nas salas de aula;
- Desenvolver pesquisas no intuito de propiciar e/ou adequar os recursos tecnológicos de acessibilidade para os alunos com deficiência.

III. Permanência

O direito ao acesso à instituição educacional gratuita é a principal forma de garantir a democratização da educação. Porém, ele não é suficiente para tornar possível o desenvolvimento efetivo do processo ensino-aprendizagem aos diversos segmentos da sociedade. Antes, é preciso proporcionar condições a todos os estudantes de permanecer na instituição, na qual estão inseridos.

Uma vez que as situações de vulnerabilidade pessoal e social, oriundas das condições socioeconômicas, são identificadas como causadoras da evasão escolar, devido à dificuldade/impossibilidade de o estudante permanecer na escola, é preciso pensar e implementar ações que garantam a permanência dos estudantes no instituto, tais como:

- Assegurar a implantação e execução da Política de Assistência Estudantil, que tem em seu arcabouço princípios e diretrizes orientadoras para a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos com êxito pelos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial.
- Ampliar programas de bolsas: alimentação, transporte, hospedagem, extensão, monitoria, iniciação científica, estágio e outros.
- Informar e orientar a comunidade acadêmica e familiar acerca dos direitos socioeconômicos que possam assegurar a sua permanência na instituição.
- Desenvolver estudos nos Campi para identificar as causas da evasão com o objetivo de desenvolver políticas locais.

- Proporcionar aos estudantes, familiares e comunidade um acompanhamento pedagógico e psicossocial para tornar mais qualitativa sua permanência na escola.
- Proporcionar discussões amplas e constantes acerca do processo de ensino e aprendizagem com todos os profissionais de educação inseridos nos campi do IFBA.
- Efetivar intervenções multiprofissionais na escola, de modo a contribuir significativamente para evitar os altos índices de evasão escolar;
- Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- Proporcionar ao estudante com necessidades educativas específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente;
- Estabelecer medidas efetivas para assegurar a acessibilidade mediante eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações, assegurando às pessoas com necessidades específicas sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível;
- Implantar mecanismos para suprir as necessidades educacionais básicas para todos os níveis e modalidades de ensino, mesmo que incorra em alteração na duração dos cursos e dos currículos, garantindo a qualidade da formação desenvolvida no IFBA, ao mesmo tempo em que propiciará a permanência bem sucedida dos/as estudantes que ingressam na Instituição;
- Proporcionar condições básicas para que o estudante permaneça na instituição sem prejuízos à saúde global do mesmo, tais como: fornecer alimentos gratuitos, através de refeitório, com acompanhamento nutricional adequado ao público, e unidade de pronto-atendimento equipado minimamente com materiais de primeiros socorros.
- Proporcionar condições adequadas de infraestrutura, tais como iluminação, sinalização, transporte público, implantação de redutores de velocidade e passarelas, bem como outros recursos necessários que proporcionem a garantia da segurança à comunidade escolar.

IV. Êxito

Percebendo o processo educativo como princípio democrático, compreende-se que a democratização não se limita ao acesso à instituição educativa. É necessário também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de permanecer nela com êxito, sendo que este é apresentado neste contexto como reflexo da qualidade dos serviços prestados à população e de modo especial ao usuário da escola pública.

Assim, a concepção de êxito escolar do IFBA não deve se limitar ao desempenho do estudante. Ela deve significar a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, numa trajetória escolar sem suspensões, no respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento.

É preciso, para tanto que haja, a consolidação de condições dignas de trabalho, formação e valorização dos profissionais da educação e a construção do PPI articulado com a demanda da comunidade e dos movimentos sociais. Significa ainda, reconhecer o peso das

desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse quadro.

Assim, faz-se necessário construir processos pedagógicos, curriculares e avaliativos centrados na melhoria das condições de aprendizagem, tendo em vista a definição e reconstrução permanente de padrões adequados de qualidade educativa, bem como criação e implementação de padrão de qualidade nas condições de oferta e de aprendizagem.

É preciso compreender que o êxito escolar passa certamente por uma valoração positiva da escola. A instituição educativa de boa qualidade é vista positivamente pelos estudantes, pelos pais e/ou responsáveis e pela comunidade, o que normalmente resulta em maior comprometimento dos estudantes no processo de aprendizagem, assim como na maior participação das famílias na escola.

Quando os estudantes reconhecem e valorizam o trabalho dos professores e dos demais trabalhadores da educação, tendem a se envolver mais no processo de aprendizagem, diminuindo consideravelmente a evasão.

Deste modo, as atividadesvoltadas para a garantia do êxito da aprendizagem no IFBA devem ter como objetivos:

- Construir processos pedagógicos, curriculares e avaliativos centrados na melhoria das condições de aprendizagem, tendo em vista a definição e reconstrução permanente de padrões adequados de qualidade educativa.
- Utilizar estratégias e recursos pedagógicos adequados aos conteúdos e às características dos estudantes.
- Buscar a ruptura do dualismo estrutural entre o ensino médio e a educação profissional para garantir a efetivação do ensino integrado.
- Expandir a educação profissional de qualidade que atenda às demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social.
- Adotar medidas de apoio individualizadas e efetivas, quando necessário, que maximizem o desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial.
- Discutir e analisar continuamente o processo de ensino-aprendizagem, suas implicações e relações, a fim de compreender as causas para os possíveis fracassos escolares.
- Apoiar, efetivamente, no âmbito do sistema educacional geral, as pessoas com deficiência, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- Proporcionar condições essenciais, no âmbito dos níveis e modalidades que o IFBA atua, para pessoas com deficiências de qualquer natureza, com vistas a garantir sua efetiva educação;
- Fornecer recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores dos estudantes com deficiência, a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional dos estudantes;

- Coletar, analisar e acompanhar os dados relativos à evasão escolar, a fim de compreender as suas causas e propor, a partir delas, intervenções para minimizá-las ou saná-las.
- Criar indicadores que analisem a dimensão do acesso, permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

6. Organização didático-pedagógica da instituição

a)Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de*:*

I. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;

A flexibilidade curricular exercida através da diminuição de pré-requisitos e o aumento da oferta de disciplinas optativas possibilita que os estudantes possam direcionar a sua formação para as áreas de seu interesse. Além disso, a Instituição pode adequar os seus cursos às novas demandas que a sociedade apresente.

II. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular;

Possibilidade de cursar disciplinas complementares que enriqueçam o currículo do aluno e possibilitem a interdisciplinaridade.

Otimizar a estruturação curricular dos cursos para permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a flexibilidade no seu cumprimento garantindo a mobilidade entre os cursos dos diferentes campi.

III. Atividades Práticas e Estágio;

O Estágio e as atividades como ato educativo fazem parte do processo ensino-aprendizagem, que objetiva aproximar o estudante do cotidiano e de situações reais, desenvolvendo habilidades e competências inerentes ao exercício da futura profissão.

A partir do momento em que a instituição possa promover essa interação do conhecimento acadêmico com a prática, torna-se necessária a presença de um coordenador de estágio, que estará responsável por buscar junto às empresas oportunidades de estágios para os alunos que já tenham cumprido as disciplinas obrigatórias como pré-requisito para a conclusão do curso, quando assim for exigido.

IV. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos;

Para o aprimoramento da prática docente e discente fazem-se necessárias ações de apoio, no que tange às atividades didáticas e construção de materiais pedagógicos, que poderão ser utilizados nas aulas e disponibilizados no laboratório.

Além disso, deve haver o incentivo à criação de materiais pedagógicos, de forma coletiva (com a participação de docentes e discentes) e interdisciplinar.

Deve-se estimular e promover a oferta de cursos que podem ser ministrados por profissionais com titulação adequada ou dotados de notório saber em temas específicos, visando aperfeiçoamento da comunidade acadêmica.

V. Incorporação de avanços tecnológicos.

Pensar as perspectivas atuais da educação é pensá-las em consonância com as complexas transformações do mundo contemporâneo, onde a tecnologia abre possibilidades tanto para produção e disseminação do saber quanto apontar desafios frente à exclusão dos que não conseguem acompanhar as novas demandas sociais.

Com isso há necessidade de, além de equipar os laboratórios de informática com máquinas e programas de qualidade que garantam o acesso à informação, implantar e manter uma biblioteca digital de artigos, teses e dissertações,possibilitando o acesso a diversas bibliotecas virtuais, inclusive às não gratuitas, cujo conhecimento sobre o uso pode ser ensinado e fomentado pelos discentes e docentes.

Disponibilização de programas computacionais não gratuitos que serão utilizados no desenvolvimento das atividades práticas.

b) Planejamento (níveis de planejamento)

Cabe ao CONSUP (Conselho Superior do IFBA), o órgão máximo do IFBA, de caráter consultivo e deliberativo, zelar pela execução da política educacional da Instituição e autorizar a alteração curricular, a criação e extinção de cursos no âmbito do IFBA, bem como o registro de diplomas e aprovaçãoda estrutura administrativa e do regimento geral do IFBA, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e pela legislação específica.

7. Políticas de Extensão

Entende-se por extensão toda e qualquer atividade educacional, científica, cultural e esportiva que, articulada com o ensino e com a pesquisa, leve o IFBA a interagir com a sociedade por intermédio dos seus corpos docente, técnico e discente.

É compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Os princípios norteadores para constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica EPCT colocam em plano de relevância a Extensão (indissociável do Ensino e Pesquisa). Os institutos, através das práticas extensionistas, propiciarão a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos.

Logo, Educação, Ciência e Tecnologia, articulados **com a** perspectiva **do** desenvolvimento local e regional, possibilitarão, assim, a interação necessária à vida acadêmica. Entendida a extensão como prática acadêmica integradora da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

a) Fundamentos da política de extensão

A política de extensão do IFBA precisa levar em conta que dele fazem parte os corpos docente, técnico e discente, sendo esse último o principal foco a ser considerado na elaboração das atividades extensionistas.

Pensando nisso, é importante que toda ação a ser desenvolvida propicie aos estudantes não só experiências em sua área de formação, como também promova a educação de forma integral, interagindo com os bens culturais e sociais, uma vez que sua preparação pedagógica tem como uma das finalidades a integração na sociedade.

Além disso, as atividades de extensão devem criar interlocuções entre o IFBA e a sociedade e vice-versa, propiciando mecanismos de acesso por toda e qualquer pessoa, através de cursos de extensão e outros serviços, contribuindo para o crescimento profissional, artístico e cultural, melhorando assim a sua qualidade de vida, levando-se em conta também uma das principais demandas do século XXI: a consciência da preservação ambiental.

A criação da Rede Federal de EPCT, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece em seu artigo 6º inciso IV: “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.” (BRASIL, 2008). No artigo 7º da mesma Lei encontramos os incisos:

> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
>
> V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (BRASIL, 2008)

Neste contexto legal a extensão, entendida como uma atividade fim da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT para ser desenvolvida a partir de programas e projetos, consiste no: Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promova a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Na implementação das dimensões da extensão tecnológica destacam-se as seguintes diretrizes:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade, por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões.
- Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.
- Compreender a dinâmica das relações que se processam no mundo do trabalho representa campo fértil da ação extensionista, como subsídio indispensável para a retroalimentação dos processos de ensino e pesquisa, e que desemboca no planejamento das políticas institucionais. Os Institutos devem prover meios para o ingresso da comunidade acadêmica no protagonismo das ações de extensão, de modo que o seu desenvolvimento produza a contínua reflexão da práxis institucional.

b) Objetivos da extensão

As atividades de extensão do IFBA são desenvolvidas com os seguintes objetivos:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;
- Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;
- Propiciar ao estudante, prioritariamente, na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;
- Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;
- Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;

- Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre a extensão e as atividades de ensino e pesquisa;
- Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de extensão, como também de ensino e de pesquisa;
- Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos.

c) Organização das atividades de extensão

As atividades de extensão serão desenvolvidas com um caráter comunitário, incluindo atividades de divulgação artística, esportiva, cultural, científica e tecnológica, remuneradas ou não, de iniciativa da Instituição, dos servidores, compreendendo:

- Elaboração, coordenação ou aula em cursos de educação continuada, aprovada pelo Setor de forma articulada com a Diretoria de Ensino;
- Coordenação ou participação como membro de programa/projeto de extensão institucional apoiado pelo IFBA (comunitário, cultural, esportivo ou similar);
- Participação em projeto de extensão financiado por órgão público ou privado;
- Orientação de estagiários/bolsistas em projetos de extensão, registrados naCoordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX)em consonância com a Diretoria de Ensino;
- Outras atividades correlatas de interesse institucional e autorizadas pela Coordenação de Curso, Departamento e/ou órgão competente;
- As atividades de Extensão, implementadas como cursos de educação continuada, poderão ser computadas como aulas, quando condizentes com os quantitativos referenciais de aulas semanais dos cursos regulares não remunerados, e deverão ser autorizadas pelo Diretor de Ensino.
- As Atividades de Extensão, propostas por iniciativa do docente, devem ser avaliadas e autorizadas pela Direção de Ensino e setor de Extensão.

8. Políticas de Pesquisa

a) Fundamentos da política de pesquisa

A pesquisa no IFBA deve ter por princípio a vinculação estreita com o desenvolvimento local e a inclusão social, a partir da produção da ciência e da tecnologia, através do pensamento intelectual comprometido com a construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, de criação de produtos e processos solidários.O escopo principal da pesquisa no IFBA deve ser o bem-estar social e o desenvolvimento do país. Deve buscar estabelecer a articulação com o ensino e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada, que deve estar atenta ao dinamismo da sociedade e do mundo. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão além de promover a

articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, também deve ater-se às atividades artística e cultural.

A pesquisa no IFBA é movida pela constante inquietude científica de seus pesquisadores, que, além de buscarem recursos para desenvolver as suas atividades através da submissão de projetos junto aos órgãos de fomento, também utilizam recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) por meio de editais e/ou de outras Pró-reitorias ou Programas. A atividade de pesquisa, no IFBA, ocorre no âmbito dos grupos de pesquisa e/ou individual, certificados no Diretório de Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O servidor deve estar prioritariamente vinculado a um grupo de pesquisa.

Devem ser fomentados projetos de pesquisa vinculados às demandas por soluções de problemas locais e em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país em todos os campi do IFBA. Os projetos dos pesquisadores servidorescaso a pesquisa envolva a participação de bolsistas, estes devem ser prioritariamente estudantes do IFBA inseridos em Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica.

Deve-se estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade da pesquisa, o intercâmbio e a formação dos envolvidos; dessa forma, deve-se respeitar os princípios aqui indicados. Serão consideradas atividades de pesquisa: 1 - a produção do conhecimento realizada por grupos de pesquisa ou pesquisadores individuais, no sentido do desenvolvimento tecnológico, científico, artístico, cultural; 2 - a qualificação da ação pedagógica dos servidores do IFBA.

b) Objetivos das atividades de pesquisa

- Estimular o espírito investigativo para a realização de atividades de pesquisa e produção de tecnologias sociais e de inovações tecnológicas.
- Desenvolver soluções científico-tecnológicas para o desenvolvimento inclusivo e referenciado socialmente.
- Organizar as atividades de pesquisa em projetos, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;
- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades da sociedade e institucionais, com critérios de mérito científico e de impactos sociais, priorizando a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento;
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFBA.

- Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o apoio financeiro para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e bolsas para programas de: iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;
- Garantir a atuação metodológica em sala de aula, no cotidiano da prática educativa, com ênfase na produção de conhecimento a partir de análise crítica e ação construtiva;
- Fomentar a relação entre ciência, tecnologia e cultura, levando em conta as especificidades locais;

c) Organização das atividades de pesquisa

- Publicação de artigos científicos em revistas científicas, congressos, simpósios e seminários, nacionais ou internacionais;
- Participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos técnico-científicos, de abrangência local, regional, nacional e internacional, como moderador, debatedor, coordenador, secretário, palestrante, apresentador ou conferencista;
- Promoção de eventos próprios da instituição para divulgação das atividades e dos projetos de pesquisa, bem como da produção resultante dessas atividades.
- Produção de livro técnico ou científico, capítulo de livro ou citação em artigos de periódicos indexados;
- Editoração, organização e/ou tradução de livros técnicos/científicos;
- Inventos e demais produtos de pesquisa com registro e patente ou protocolo de depósito de patente;
- Produção de manual técnico e/ou didático e relatório técnico devidamente aprovado pelo departamento e depositado na biblioteca;
- Participação, como editor-chefe, associado ou membro de conselho científico, em editoras de revistas científicas indexadas;
- Outras atividades correlatas de interesse institucional, tais como projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses e outras avaliações.
- Oferta de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* articulados com a pesquisa, a extensão e o ensino nos outros níveis.
- Coordenação ou participação de projetos financiados pela PRPGI ou agências de fomento.
- Orientação de bolsistas em projetos de pesquisa registrados no setor de pesquisa.
- Avaliação sistemática das atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa.

9. Políticas de Gestão

a) Política de gestão democrática

A gestão democrática deve ser a base para a consolidação do projeto da instituição de ensino, pesquisa e extensão que se pretende construir. Neste sentido, gerir democraticamente uma Instituição de Ensino pressupõe a abertura de novos espaços de decisões tanto para o desenvolvimento de projetos para os âmbitos interno e externo, quanto para ajudar a decidir, nestes novos espaços, sobre os rumos do projeto institucional. Pressupõe ainda transparência e honestidade no trato administrativo, tornando públicos documentos, contratos, procedimentos, decisões que afetem as relações de trabalho, educativas e sociais no IFBA. Essas iniciativas apontam no sentido da articulação da democracia com a participação.

É necessário compreender que qualquer Instituição de Ensino deve se responsabilizar por constituir práticas pedagógicas e administrativas que possibilitem e estimulem a ampla participação. Para isso é preciso criar os mecanismos que incentivem a ampla participação de todos os segmentos da instituição. Assim, a gestão do IFBA deve estar apoiada na concepção de que tanto os servidores quanto os estudantes são agentes de mudança e, portanto, cada um, seja estudante, docente, técnico, pais ou representantes da comunidade, é indispensável na construção da gestão, não cabendo mais uma direção centralizada e verticalizada. Desta forma, o grande desafio é garantir a qualidade do ensino, mantendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática.

O diálogo e o respeito às diferenças são a base da gestão democrática. E neste sentido, o cunho educativo torna-se evidente, pois esta opção está voltada para os objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado, em uma visão histórico-crítica, mediatizada pela realidade sociocultural e política mais ampla, o que vai ao encontro da formação do cidadão crítico, motivado por este Projeto Pedagógico Institucional. A decisão de incorporar a gestão democrática não é a promoção de uma mera adaptação administrativa e pedagógica de modelos anteriores, nem tampouco de uma escola simplificada, mas, sim, da construção de uma escola, radicalmente nova, uma escola complexa e crítica que respeita os seus objetivos.

A proposta deve ainda garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição (docentes, administrativos e estudantes), e acompanhamento biopsicossocial e pedagógico, implantando, também, serviço médico-odontológico em todos os campi.

Neste cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a direção e os demais setores da comunidade escolar, como forma de reorientação de rumos e ações, visando à tomada de decisões.

b) Diretrizes da gestão democrática

- Constituir o Conselho do Campus, composto por representantes eleitos por seus pares;

- Elaborar e revisar o Projeto Pedagógico Institucional de modo coletivo e participativo;
- Definição e fiscalização da verba do instituto através de suas instâncias competentes,conforme estabelecido pelos regimentos internos do IFBA, do *Campus* e da comunidade do *Campus*;
- Divulgar, de forma clara e transparente, a prestação de conta;
- Criar, manter e aperfeiçoar o serviço de saúde comqualidade para a comunidade interna com qualidade em todos os campi,funcionando nos três turnos;
- Realizar anualmente, com cada segmento de profissionais, seminários integrativos que possibilitem o partilhar de experiências e construção de uma unidade de ação nestes segmentos com aval das Pró-Reitorias e/ou Diretorias Sistêmicas;
- Realizar, anualmente, no âmbito das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas,seminários para discussões, proposições de ações prioritárias e critérios objetivos/ perfispara ocupação de funções;
- Garantir junto ao MEC e MPOG provimento de cargos para atender às demandas da Instituição, tendo em vista decisão contida no Acórdão TCU nº 506, de 13 de março de 2013.
- Garantir o funcionamento de todos os setores fundamentais para o fazer pedagógico e a saúde da comunidade, sempre que houver demanda de atendimentoao público interno, adequando a quantidade dos servidores efetivos às necessidades das atividades programadas de cada campus;
- Estabelecer o planejamento participativo anual com todos os segmentos da Instituição para definir as atividades da gestão, com tratamento igualitário para todos os cursos/setores;
- Divulgar leis e normas da educação no âmbito da instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- Discutir amplamente e instituir o conceito de gestão democrática em todos os espaços de trabalho e instâncias do IFBA;
- Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- Adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das condições que garantam um ensino de qualidade;
- Criar, manter e aperfeiçoar os serviços médico, odontológico e de enfermagem, com qualidade, em todas as unidades de ensino, durante os três turnos.
- Criar projetos para que o SMO (Serviço Médico-Odontológico) faça o encaminhamento dos pacientes para especialistas e implemente projetos de planejamento familiar, além de promover palestras de conscientização, entre outros eventos.
- Constituir comitê representativo da comunidade, coordenador da elaboração e acompanhamento da elaboração e execução do orçamento participativo;

- Instituir comitê coordenador da implementação do Projeto Pedagógico-Institucional com representação de todos os segmentos do IFBA;
- Instituir espaços alternativos de produção acadêmica, tais como: núcleos temáticos, grupos de arte e cultura, pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros;
- Criar mecanismos que dêem maior agilidade às respostas a solicitações dos estudantes, no que se refere a sua vida acadêmica, dinamizando as ações, dando atenção especial à desburocratização dos processos em todas as instâncias acadêmico-administrativas;
- Melhorar as condições materiais dos setores para garantir maior apoio pedagógico;
- Elaborar um calendário anual de reuniões de departamento, coordenações setores, representantes de turmas, a fim de evitar choque de datas;
- Criar as condições para a abertura do IFBA, em todas as suas unidades, nos finais de semana, tanto para atendimento à comunidade na realização de atividades de extensão como para o desenvolvimento da pesquisa por parte da comunidade acadêmica;
- Manter ciclos periódicos de avaliação e desempenho institucional;
- Implementar avaliação periódica dos gestores em todos os âmbitos da estrutura institucional;
- Reafirmar as políticas de atendimento aos estudantes, aumentando o número de bolsas de iniciação científica, de extensão e de estágio;
- Garantir assistência psicossocial e médico-odontológica à comunidade interna do IFBA;
- Criar mecanismos de acompanhamento dos egressos, por parte da coordenação de estágio;
- Fornecer, por meio de convênios com instituições, encaminhamento/ acompanhamento de estudantes a outros serviços de saúde não oferecidos pelo SMO, visando sempre amenizar os efeitos da exclusão sócio-educacional;
- Divulgar o orçamento executado, anualmente, em cada unidade, detalhando a captação e aplicação de recursos por setores da instituição;
- Criar mecanismos que dêem maior agilidade às respostas a solicitações dos *campi*;
- Avaliação anual do desempenho dos ocupantes de chefias, coordenações, departamentos e diretorias de *campus*.
- Garantir a infraestrutura física e de equipamentos dos Campi, implantando e modernizando laboratórios, espaços de aprendizagem, assim como infraestrutura para equipamentos esportivos e de lazer e das salas de aula,atendendo à demanda dos cursos e avanços tecnológicos;
- Fomentar e garantir ações institucionais para o processo de construção de propostas de programas de pós-graduação, especialmente mestrado e doutorado;

- Desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional, no que se refere às ofertas, para um possível redimensionamento de cursos;
- Proporcionar condições efetivas de ensino, no quetangeà provisão de materiais de consumo de laboratórios;
- Criar e estabelecer procedimentos, registrando-os, para facilitar a Gestão de Ensino e Administrativa;
- Estabelecer e implantar índices de desempenho de turmas, para possibilitar uma intervenção no processo educacional, quando necessário;
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores da Instituição dentro da área de atuação de cada um, no IFBA, permitindo também com isso a formação de quadros de servidores para o ensino em pós-graduação;
- Assegurar a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades específicas, construindo, adequando ou modernizando laboratórios, salas de aula, bibliotecas, sanitários e espaços adequados para as práticas esportivas e culturais;
- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com critérios de método científico e as prioridades institucionais, respeitando o fomento a interdisciplinaridade;
- Ampliar ou criar uma infraestrutura para pesquisa, especialização, mestrado e doutorado com laboratórios e equipamentos próprios;
- Promover a contínua melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de servidores necessários ao bom funcionamento da instituição;
- Promover especialização na área de ensino para os docentes que não têm licenciatura.

c) Objetivos da gestão democrática

Uma gestão democrática deve ter como objetivo a constituição de um projeto de instituição que garanta a participação efetiva dos diferentes segmentos e da comunidade em geral.

- Promover a gestão com foco no atendimento às necessidades da sociedade;
- Construir e implementar um modelo de gestão democrática, caracterizado pela eficácia, eficiência e desenvolvimento contínuo de competências nas relações do trabalho;
- Gerir e manter controle sobre os recursos públicos necessários ao bom desempenho da gestão;
- Buscar a profissionalização no atendimento e do serviço público no IFBA com a melhoria qualitativa da força de trabalho;
- Apoiar os órgãos de controle na prevenção e combate à corrupção, fortalecendo a auditoria interna, controle interno administrativo e a correição;
- Fortalecer ações em defesa dos princípios éticos no ambiente de trabalho;

- Articular os segmentos do IFBA para o fortalecimento da Instituição como referência no ensino, na pesquisa e extensão, no âmbito regional;
- Simplificação nos processos de atendimento ao cidadão;
- Manter o controle da programação plurianual do orçamento e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação;
- Ampliar os fóruns de participação da comunidade interna e externa.

d) Mecanismos de Monitoramento da Gestão democrática

- Regulamentações transparentes e isonômicas sobre as políticas de qualificação, afastamento, transferências, mudanças de regime de trabalho, bolsas, auxílios, projetos de pesquisa e extensão, etc.;
- Combate ao assédio moral;
- Controle institucional geral e local sobre as indicações dos diretores pró-tempore;
- Funcionamento regular do conselho de campus;
- Transparência e democratização da gestão dos recursos do instituto;
- Critérios públicos e transparentes para a indicação de cargos comissionados nas áreas administrativas;
- Rediscussão ampla na comunidade interna sobre o Termo de Acordo e Metas assinado pelo CONIF e IFBA, inclusive passando pelas instâncias competentes do IFBA;
- Implantar e aperfeiçoar a Ouvidoria e Correição no IFBA em todos os seus *campi* ;
- Promover todo e qualquer tipo de informação, dentro dos limites legais, referente ao funcionamento dos Campi para as três categorias (docentes, técnico-administrativos e discentes).
- Incentivar a discussão dos diferentes assuntos referentesà Instituição pelas comunidades interna e externa do IFBA.
- Priorizar a implantação (na sua plenitude) do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) no IFBA;
- Discutir e implantar em todos os *campi* do IFBA o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de acordo com as orientações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal;
- Formular, em conjunto com as Pró-Reitorias, manual de orientação, contendo as bases legais, os instrumentos jurídicos próprios, modelos de minutas e os trâmites processuais para formalização de parcerias entre o IFBA e o setor produtivo e outras instituições;

10. Política Social para o educando

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência nas instituições de educação, cuja finalidade é a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade, tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/90), da Lei de Diretrizes de Base da Educação (Lei Nº 9.394/96), assim como no Decreto Nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional da Assistência Estudantil, dentre outros.

Considerando esta dimensão legal da educação, assim como suas dimensões política e pedagógica, reconhece-se a função social das instituições educacionais e os impactos, tanto das políticas educacionais quanto das questões familiares, comunitárias e do trabalho, em sua organização. Nesse sentido, tornam-se cada vez mais necessários novos e múltiplos olhares e serviços profissionais que deem conta da diversidade presente nas instituições educacionais, no que tange tanto às questões subjetivas quanto às problemáticas sociais.

“Reis (2000) comenta que a Política de Educação guarda relações estreitas com as demais políticas setoriais, tendo em vista que responde, estrategicamente, a aspectos e expressões parciais de fenômenos sociais globais. Também possui peculiaridades que a diferencia de outras políticas. Dessa forma, é fundamental a articulação com instituições parceiras, sejam elas do nível municipal, estadual, federal ou não governamental, com vistas à oferta de serviços que contribuam com o atendimento das necessidades dos estudantes e o seu desenvolvimento psicossocial e pedagógico.” (BAZZO&PEREIRA&LINSINGEN, 2008, p. 159).

Nesse sentido, ao considerar que um dos princípios da educação é garantir o pleno desenvolvimento do cidadão, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, cabe reconhecer a responsabilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no que tange à criação de medidas que garantam condições de ingresso, permanência e conclusão do curso com êxito.

Reconhece-se, assim, a competência do IFBA em viabilizar políticas de acesso dos jovens e adultos à educação pública de qualidade, bem como possibilitar alternativas e condições adequadas para a permanência e o êxito dos estudantes.

Isso porque as situações de vulnerabilidade pessoal, social e econômica, oriundas das condições socioeconômicas são identificadas como possíveis causas de evasão e retenção, devido à dificuldade de permanecer na instituição, custeando transporte, hospedagem, alimentação, material escolar, entre outros. Desse modo, a assistência às necessidades humanas diversas que estão presentes no espaço educacional são demandas iminentes,tanto as questões de necessidades específicas quanto tradicionais expressões de violência, intolerância e discriminação de etnia racial, religiosa e de gênero, dentre outras questões que fazem parte do cotidiano da instituição na perspectiva da diversidade presente nela. Dessa forma, a instituição de ensino se apresenta como espaço de inclusão, debate de ideias, construção da formação cidadã.

Historicamente, as Instituições Federais de Educação Profissional estruturaram-se para atender os filhos dos trabalhadores de baixa renda; contudo, com a pauperização da classe

média e o elevado nível de ensino dos Institutos Federais, além de outros fatores, também colaboraram para a agregação de estudantes oriundos de várias classes sociais.

Diante disso, nota-se o desafio da inclusão social, o qual aponta para a necessidade de se estabelecerem políticas de Assistência Estudantil que favoreçam a permanência e o êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional dos estudantes por meio de ações integradas, prioritariamente voltadas ao atendimento de necessidades daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Isso porque, na história da instituição, da sua criação em 1909 à expansão em 2008, nota-se o compromisso com a formação dos sujeitos para o mundo do trabalho, em especial daqueles pertencentes a famílias assalariadas. Atrelado a isso, encontra-se a efetivação de políticas públicas direcionadas aos estudantes oriundos de escolas públicas, como as cotas sociais e étnicas. Essa realidade exige da instituição o desenvolvimento de ações que possibilitem a inserção e a permanência desses estudantes no IFBA, o que pode ser efetivado por meio de concessão de bolsas e auxílios, dentre outras ações, como forma de amenizar a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo educando. Por essa razão, ressalta-se que as ações da Assistência Estudantil também devem estar atentas a outras demandas dos estudantes por considerar as diferentes dimensões do processo de formação humana relacionadas, por exemplo, às questões étnico-raciais, de gênero, religião, orientação sexual, cidadania, esporte, lazer, cultura, dentre outras.

a) Fundamentos da política social para o educando

As ações de assistência estudantil no período do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET eram desenvolvidas através do Programa de Assistência ao Educando – PAE e este, por sua vez, não atendia efetivamente as demandas estudantis por ser meramente seletivo e focalista. Este programa tinha como objetivo a concessão de auxílio financeiro, bolsas de Aprendizagem e isenção de taxas acadêmicas em 1ª via a alunos de comprovada carência socioeconômica.

A partir da concepção ampliada acerca da Assistência Estudantil numa perspectiva da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito e por ser uma política pública que deve estabelecer um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes passam a surgir novas possibilidades para o cumprimento desse direito.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 definiu a Educação como Direito de Todos e dever do Estado e da família, sendo “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Para tal, fundamentou-se em alguns princípios, entre eles, a oferta de condições para o acesso e a permanência.

Nesse mesmo direcionamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, conclui que a Educação é um direito social indispensável ao desenvolvimento, exercício da cidadania e formação das crianças e dos jovens para o mundo do trabalho,além da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu artigo 3º, inciso I, garante a“igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Nessa perspectiva, o IFBA, desde 2010, possui Diretrizes para Política de Assistência Estudantil. Esse documento destaca a necessidade de operacionalizar ações com o intuito de garantir não só o acesso, mas a permanência, com qualidade, do estudante em todos os campi da instituição.

É importante analisar que a Assistência Estudantil no âmbito da Educação Profissionaltornou-se ainda mais imprescindível, visto que, da sua emergência em 1909 à expansão em 2008, apresenta como pressuposto fundamental a formação dos sujeitos para o mundo do trabalho. Dessa maneira, pode-se afirmar que parte significativa dos educandos pertence a famílias assalariadas e em situação de vulnerabilidade social, muitas das quais beneficiárias de programas de transferência de renda do Governo Federal. Realidade que se confirma e consolida com a adoção do sistema de cotas sociais por parte do IFBA.

Essa realidade exige da instituição o desenvolvimento de ações que possibilitem a inserção e a permanência desses estudantes no IFBA. Nesse sentido, se tem a concessão de bolsas e auxílio como forma de amenizar a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo educando.

O Decreto 7.234, de 19 de julho, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), afirma em seu artigo 4º, parágrafo único que:

> As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010, p. 01).

A mesma legislação estabelece que, prioritariamente, os estudantes atendidos serão aqueles com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Os programas de caráter socioeconômico são necessários, sobretudo, em decorrência da profunda desigualdade social e concentração de renda verificada no Brasil. Tais contradições são vivenciadas em todos os espaços, inclusive, no ambiente escolar. Entretanto, a Assistentência Estudantil não deve ser reduzida à esfera meramente econômica. Além disso, ela deverá estar alicerçada nos princípios e diretrizes que orientam a elaboração e a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do Instituto, com base em conceitos como inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem-estar biopsicossocial. Portanto, essa política deverá ser pelos seguintes princípios:

- Afirmação da educação profissionalizante (ensino técnico e superior) como uma política de Estado;
- Gratuidade do ensino de qualidade;
- Igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- Formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- Defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.
- Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

b) Objetivos da política social para o educando

As ações de assistência estudantil devem ter como finalidade a garantia da igualdade de oportunidades aos estudantes na perspectiva do direito social, bem como a criação de condições para sua permanência com êxito na instituição, dispondo dos meios necessários ao desempenho acadêmico e colaborando com a redução da retenção e a evasão escolar.

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Estudantil no IFBA deve ter como objetivos:

- Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso pelos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social e democratização do ensino;
- Proporcionar aos estudantes as condições necessárias no exercício das atividades acadêmicas;
- Proporcionar ao estudante com necessidades educativas específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente;
- Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes;
- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando minimizar a retenção e a evasão na instituição de ensino;
- Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade, solidariedade, sustentabilidade e de democracia;
- Assegurar a prestação de serviços com equidade, considerando as diferenças de classe social, gênero, etnico-racial, religião, orientação sexual, idade e condição física e necessidades específicas;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

- Promover a criação de espaços permanentes de lazer e diversão, estimulando a permanência do estudante no IFBA.

- Fomentar a realização de atividades que contribuam com a formação política do estudante, visando à construção de sua autonomia e emancipação;

c) Organização da política social para o educando

A concretização dos objetivos elencados requisita a atuação de toda a comunidade escolar e a articulação de áreas de saber diferenciadas. A implementação da Assistência Estudantil tem o compromisso precípuo tanto de democratizar o acesso quanto de viabilizar a permanência dos estudantes nos diferentes cursos oferecidos pelo IFBA. Todavia, para além da conquista formal, a Política de Assistência Estudantil precisatornar-se realidade em todos os campi. Para isso alguns encaminhamentos são indispensáveis, entre os quais destacam-se:

- Necessidade de uma gestão democrática para Assistência Estudantil no IFBA;
- Aprovação de Normas para todos os programas que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFBA;
- Ampliação do orçamento com vistas ao atendimento de demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, e às demandas relacionadas aos programas considerados universais;
- Adequar o quadro de servidores para que possa atender os estudantes assistidos pelos diversos programas;
- Criação de espaços permanentes de discussão e avaliação da Política no IFBA, respeitando a particularidade de cada campus;
- Desenvolvimento de ações inter/multidisciplinares;
- Execução dos Programas Universais no sentido de diminuir a evasão nos cursos;
- Desenvolvimento de ações de acompanhamento aos estudantes integrantes de programas da política.
- A Política de Assistência Estudantil do IFBA deverá ser dividida em três eixos:
- Programa de Assistência e Apoio ao Estudante: destina-se a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica;
- Programas Universais: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos;
- Programas Complementares: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, tendo a sua participação condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticos;

Por entender que grande parcela dos estudantes inseridos no IFBA é atendida pela Assistência Estudantil e, portanto, estão em situação de vulnerabilidade social manifestada de diferentes formas: processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento territorial e social. Nestes casos, cabe ao Instituto criar mecanismos capazes de evitar o aumento persistente dos índices de evasão escolar, bem como favorecer os estudantes, familiares e a comunidade,

criando as necessárias condiçõespara um acompanhamento socioeconômico e cultural, a fim de tornar mais qualitativa sua permanência nas escolas.

Portanto, deverão ser viabilizadas em curto prazo algumas medidas emergentes: a implantação dos refeitórios em todos os campi, por considerar a natureza dos cursos oferecidos na instituição, onde os estudantes necessitam permanecer por mais de um turno para desenvolver as atividades de acompanhamento e de extensão; a criação de meios de transporte alternativos para permitir uma maior mobilidade aos estudantes, principalmente se pensarmos na localização dos campi que estão situados em regiões afastadas dos centros urbanos, o que dificulta e limita esse deslocamento casa-IFBA / IFBA-casa; implementação, de forma universal, da merenda escolar em todos os campi.

A efetivação da política social dos estudantes do IFBA, em especial, da Política de Assistência Estudantil, será melhor executada com a mobilização e o envolvimento de toda a comunidade institucional, partindo do conhecimento dos documentos já existentes (Política de Assistência Estudantil do IFBA e Documento Normativo da PAE),visando a implementação dos programas e propiciando o acesso e a permanência, de forma mais qualitativa.

11. Responsabilidade Socioambiental: O IFBA e o seu papel de fomentador de inclusão socioambiental

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu em um contexto de previsões negativas relacionadas aos impactos do crescimento populacional, que envolviam crescimento da industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais. Em 1987, em resposta à solicitação da ONU para a criação de “uma agenda global para mudança”, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou um relatório – “Nosso Futuro Comum” – que atentava para a capacidade da humanidade em “garantir que ele (o desenvolvimento) atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”, sendo este o conceito de desenvolvimento sustentável.

No próprio relatório também foram apresentados alguns limites para a promoção deste modelo de desenvolvimento, como o atual estágio da tecnologia e da organização social. Entretanto, afirma que tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas em função da promoção de uma nova era de crescimento econômico, que atenda às necessidades básicas e oportunize a todos a realização de suas aspirações de uma vida melhor em consonância com práticas menos impactantes. Afinal, segundo o próprio texto:

> O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (...) Escolhas difíceis terão de ser feitas (Nosso Futuro Comum, 1987).

A partir da década de 1970, algumas leis, a exemplo da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e, principalmente, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) tornaram obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes o instrumento do Plano Diretor Urbano e estabeleceram as diretrizes e "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental". Ao meio ambiente atribuiu-se a condição de bem tutelado juridicamente e ao seu componente artificial, o meio urbano, foram atribuídos instrumentos reguladores para: promover a recuperação da mais-valia imobiliária decorrente do processo de urbanização; separar o direito de propriedade do direito de construir; garantir a função social da propriedade e dos direitos de moradia; e, promover a regularização fundiária, o ordenamento urbanístico e a participação popular na elaboração de planos, projetos e programas de desenvolvimento social e urbano.

Somado a essa falta de integração e articulação, nos últimos anos os problemas sócio econômicos, ambientais e urbanos das cidades se agravaram: degradação de áreas de proteção ambiental; baixa qualidade na gestão de resíduos; falta de infraestrutura de drenagem urbana; mobilidade urbana deficitária; baixa condição de habitabilidade refletida na precariedade das habitações; vulnerabilidade social; baixos índices de escolaridade; inexistência de políticas para geração de emprego e renda, que se traduz na forma de desemprego, informalidade e desqualificação profissional são alguns dos problemas que produzirão externalidades negativas, a exemplo da precariedade nas relações de cidadania e na relação público e privado, na falta de Educação Ambiental e, consequentemente, no agravamento dos conflitos socioambientais.

Vistos como base para a resolução destes conflitos, os conceitos de sustentabilidade ambiental e promoção de justiça socioambiental implicam na convergência das demandas de preservação ambiental, de desenvolvimento econômico e, consequentemente, na melhoria das condições de vida nas cidades.

A sustentabilidade é pautada em três pilares fundamentais e de dependência mútua: social, ambiental e econômico. Eles interagem e se influenciam mutuamente. Por este motivo, não se pode pensar em sustentabilidade apenas através da preservação do meio ambiente, visto que as sociedades dependem social e economicamente deste. Assim sendo, a sustentabilidade não pode ser vista apenas sob o ponto de vista ambiental e praticada apenas por profissionais da área; "todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (artigo 225 da Constituição de 1988) – deve-se entender meio ambiente como o espaço, não necessariamente natural, de interação de espécies (humanas e não humanas) entre si e com o meio, passível de modificações.

Atualmente, o conceito de sustentabilidade tem permeado muitos espaços na forma das ditas atitudes ou práticas sustentáveis, que se configuram em posturas pautadas em valores de cidadania, ética global, respeito às diversidades e responsabilização de todos na manutenção e preservação da vida (humana e não humana).

No ambiente escolar, as ações de posturas sustentáveis e o estímulo a suas práticas se configuram em práticas de responsabilidade social, que se estendem à formação de indivíduos críticos e formadores de opinião, capazes de interagir com as questões

ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa. Através da inserção das dimensões ambiental e social ao processo educacional, a escola forma cidadãos, contribui com o desenvolvimento do país e atua em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394, 2º Lei): “é de responsabilidade da escola fornecer uma educação que objetive o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Neste sentido, o IFBA deverá:

- Preservar o meio ambiente e as interações ambientais, que garantem sua manutenção;
- Incorporação e adequação da temática ambiental à realidade de cada disciplina do currículo escolar como proposta educacional contextual e emancipatória;
- Proporcionar condições que permitam aos estudantes reconhecer as realidades de um ambiente – amplo, problemático e limitado –, e que possibilitem o debate e a tomada de decisões e atitudes proativas por parte dos estudantes, servidores e gestores, no sentido de viabilizar soluções para possíveis problemas detectados;
- Orientar os sevidores e estudantes sobre práticas cidadãs e ambientalmente sustentáveis – ética, economia solidária, redução das desigualdades sociais, respeito às diversidades, entre outras –, despertando a co-responsabilidade de todos no estabelecimento de um ambiente mais agradável, limpo, salubre, despoluído e descontaminado;
- Otimizar atividades que façam uso racional e equitativo dos recursos naturais:
- Estimular a redução do desperdício de água em banheiros, cantinas, restaurantes, através da instalação de temporizadores nas torneiras;
- Estimular a redução do desperdício de água em todos os setores através da instalação de tanques coletores da água descartada pelas torneiras para seu reaproveitamento em atividades de jardinagem;
- Estimular a redução do desperdício de água em atividades de jardinagem e limpeza dos espaços, utilizando baldes ao invés de mangueiras;
- Estimulando a redução do desperdício de papel em todos os setores através do incentivo à impressão de folhas em frente e verso e da utilização de folhas de rascunho;
- Estimular a redução do desperdício de alimentos em cantinas e restaurantes através da capacitação dos profissionais para utilização das sobras resultantes da produção de alimentos;
- Articular parcerias com associações e cooperativas de reaproveitamento de resíduos sólidos;
- Realizar a reciclagem dos resíduos sólidos produzidos nos campi;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas com matrizes energéticas a partir de fontes não poluentes e renováveis, como a eólica (energia dos ventos), a eletrovoltaica (energia solar) e a biodigestora (queima de gases emitidos por decomposição de dejetos de animais domésticos, sobra de cultivares agrícolas, esgoto doméstico);
- Efetuar a substituição gradativa nos campi de matrizes energéticas não renováveis por renováveis, como a instalação de placas fotovoltaicas;
- Efetuar a substituição gradativa nos campi de lâmpadas comuns por lâmpadas fluorescentes, que consomem menos energia e possuem vida útil prolongada;
- Garantir a preservação das características culturais regionais;
- Apoiar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, através do processo de ensino, de projetos e pesquisa e extensão, bem como de campanhas solidárias;

- Estimular o envolvimento de estudantes e funcionários com as questões socioeconômicas da comunidade;
- Promover comunicações transparentes com a comunidade interna e externa;
- Garantir o bem-estar dos funcionários e um ambiente de trabalho agradável;
- Estimular a interação de alunos e funcionários através da criação de espaços de convivência e lazer.

Entendido como um conceito pertinente à responsabilidade que o IFBA estabelece com a sociedade e com o meio ambiente, a Responsabilidade Socioambiental amplia e aprofunda as obrigações educacionais da instituição, previstas nos objetivos da educação profissional, na medida em que pressupõe uma nova postura com relação à inclusão social (responsabilidade social) e a conservação ambiental (responsabilidade ambiental) em suas diversas escalas de compreensão da cidade,na qual o IFBA está inserido.

Neste sentido, o papel do IFBA corresponde ao dos atores urbanos públicos, capaz de fomentar o debate sobre uma nova cultura ambiental, por meio da construção de uma agenda ambiental que, articulando o tripé meio ambiente / desenvolvimento urbano / educação, possibilite a formação de novas gerações atentas e críticas aos processos socioeconômicos e ambientais de onde vivem e, ao mesmo tempo, interfira nas políticas públicas de atuação dos governos e foque na necessária resolução dos problemas socioambientais.

Princípios de Sustentabilidade Ambiental e Urbana

Do ponto de vista político e pedagógico, são princípios aplicáveis à dinâmica do “pensar” e “construir” as cidades, fundamentam as ações de Reabilitação Ambiental Urbana e são potencialmente capazes de contribuir para a inclusão socioambiental e o desenvolvimento econômico e social da região, além de produzir externalidades positivas replicáveis.

- A análise por meio das escalas visa atingir uma caracterização sensorial e ambiental que ofereça possibilidade de ações concretas no espaço, que apoie decididamente as ações dos projetistas e que conduza à recuperação das agressões antrópicas. Essas escalas podem ser utilizadas na geração de recomendações específicas para a sustentabilidade da cidade, assim contribuindo para incrementar o rendimento funcional, a eficiência energética e a qualidade estética do projeto urbano, o que, certamente, contribuirá para a qualidade e sustentabilidade da vida urbana. (Romero, 2008)
- Essas ações para a Reabilitação Ambiental Urbana podem e devem ser aplicadas em quatro escalas de interesse da cidade: a macro escala da estrutura da região, do Território de Identidade, ou da cidade; a meso escala das zonas ou bairros; a escala especifica do lugar; e, a escala especifica do edifício.
- Por meio das atividades previstas em suas Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFBA, de maneira geral, nas quatro escalas de interesse, devem ser pensadas as tecnologias que priorizem os Princípios de Sustentabilidade Ambiental e Urbana e consequentemente assegurem os benefícios econômicos dos serviços ambientais (Andrade apud Dauncey e Peck, 2002):

- Proteção ecológica (biodiversidade): refere-se ao diagnóstico ambiental do lugar quanto à legislação ambiental e urbana, e a proposição de projetos de conservação (ou recuperação) do patrimônio ambiental;
- Adensamento urbano: orienta para projetos e ações no sentido do controle da expansão urbana, visando à preservação de terras agricultúraveis, ao fortalecimento do sentido de comunidade e à redução de emissão de CO2 com viagens locais;
- Revitalização urbana: propõe a revitalização de áreas urbanas degradadas, a exemplo das áreas centrais das cidades sob a influência do IFBA, e consequentemente a revitalização da sua economia local com a ressignificação da atividade econômica, a exemplo do Turismo em Porto Seguro, e com o reaproveitamento da infraestrutura existente;
- Implementação de centros de bairro: como forma de evidenciar novas centralidades, propõe a implantação de centros de bairro, definindo zonas comerciais centrais que permitam distâncias caminháveis, evitando o uso de veículos automotores e circulações desnecessárias para outros bairros e áreas adjacentes;
- Implementação de transporte sustentável: propõe estabelecer estratégias que: priorizem e estimulem a circulação de pedestres e bicicletas, reduzindo a emissão de CO2 na atmosfera; reduzam a área de superfície pavimentada, diminuindo os efeitos de ilhas de calor; e estabeleçam conexões atrativas envolvendo as diversas modalidades de transporte com introdução de revegetação e paisagismo;
- Comunidades com sentido de vizinhança: visam “proporcionar espaços que gerem oportunidades para a sociabilidade e desenvolvimento pessoal por meio de instalações comunitárias e do tratamento dos espaços públicos” Andrade (2005);
- Tratamento de esgoto alternativo e drenagem natural: propõe a pesquisa e utilização de tecnologias sociais para uma abordagem sustentável dossistemas de gestão ambiental (esgotamento sanitário e drenagem pluvial – local e comunitário);
- Gestão integrada da água: na linha de propostas de utilização de tecnologias sociais, este princípio relaciona-se com a implementação de sistemas para a redução do consumo de água e seu reaproveitamento;
- Energias alternativas: novamente na linha das propostas das tecnologias sociais, propõe substituição de energias não renováveis pelas renováveis nas residências, veículos automotores e indústrias;
- Políticas baseadas nos 3R’s: propõe soluções que priorizem a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos e materiais da comunidade;
- Moradias economicamente viáveis: parte da ideia da implementação de “zoneamento inclusionário” que, a partir do incentivo e implementação de habitações tecnologicamente sociais, resulte em ocupações sócias e economicamente heterogêneas e sustentáveis;

Aplicados à escala específica do lugar e, principalmente, à escala específica do edifício, no IFBA, os Princípios de Sustentabilidade Ambiental e Urbana sustentam as tendências de adoção por parte da administração pública de uma, também, nova cultura institucional, “voltada para a qualidade de vida no trabalho, para a adoção de critérios ambientais corretos e de práticas sustentáveis” (MMA/SDS/PNEA, 2001). Assim, são objetivos definidos pela Agenda Ambiental na Administração Pública:

- Promover a reflexão sobre os problemas ambientais em todos os níveis da administração pública;

- Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos;
- Reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos;
- Estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores públicos;
- Reacender a ética e a autoestima dos servidores públicos.

Diretrizes para implantação da Agenda Ambiental

A Agenda Ambiental na Administração Pública, do Ministério do Meio Ambiente, segue as regras que estão fundamentadas no Decreto Federal nº1.171, de 22 de junho de 1994, que dispões sobre o Código de Ética do Servidor Público, dando destaque para os seguintes compromissos de cidadania:

- Participar de iniciativas voltadas à promoção de mudanças de comportamento e procedimentos com vistas ao uso racional dos recursos naturais e insumos disponíveis;
- Multiplicar e difundir os conhecimentos entre os demais servidores públicos, principalmente aqueles capazes de favorecer mudanças de comportamento e melhorar o aproveitamento dos insumos disponíveis;
- Comprometer-se com as mudanças propostas independentemente do nível de responsabilidade;
- Procurar zelar pelo patrimônio público, pois é bem de uso comum, e foi adquirido com a contribuição de todos os brasileiros.

A Agenda Ambiental na Administração Pública veio para mostrar que é possível estabelecer critérios ambientalmente corretos para as demandas geradas nas atividades da administração pública. O desenvolvimento de ações educativas e de treinamento, por meio de uma ação efetiva, é marcado com o comprometimento da instituição em minimizar ou eliminar impactos ambientais, diretos ou indiretos, decorrentes de suas atividades. Um bom começo é reduzir o consumo, o desperdício e gastos excessivos com energia elétrica, água, material de expediente, de limpeza e higiene, de manutenção de equipamentos e veículos, além da compra indiscriminada de materiais e serviços sem a devida certificação ou rotulação ambiental. Um segundo passo é o reaproveitamento de tudo o que estiver em bom estado: material de expediente, equipamentos, peças, móveis, restos de divisórias, cortinas, vidros, etc. Manter a limpeza no ambiente de trabalho contribui para criar uma atmosfera agradável e motivadora, promovendo uma melhoria do bem-estar, da saúde e aumento da vida útil das instalações.

Em consonância com a Agenda Ambiental na Administração Pública, para a construção do seu Projeto Político Pedagógico e Institucional, serão consideradas as seguintes diretrizes e ações:

1. Elaboração de Plano Diretor de Expansão, específico a cada Campus, no sentido de: controlar a expansão intraurbana desordenada e o sucateamento de espaços edificáveis; preservar áreas que promovam o fortalecimento do sentido de comunidade; fazer zoneamento que permita distâncias caminháveis e evite o uso de veículos automotores e circulações desnecessárias;

2. Elaboração de projetos e ações de manutenção predial do patrimônio edificado, incluindo a conservação (ou recuperação) do patrimônio ambiental do seu entorno, baseado em diagnósticos específicos do lugar;

3. Nos campi maiores, estimular a implementação de transporte sustentável, dando prioridade à circulação de pedestres e bicicletas, com consequente redução da área de superfície pavimentada e introdução de paisagismo;

4. Nos novos projetos de edificação, reforma e ampliação, propor a utilização de tecnologias que permitam uma gestão local sustentável dos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial;

5. Nos novos projetos de edificação, reforma e ampliação, propor a utilização de tecnologias que permitam empregar a gestão integrada da água, com a implementação de sistemas para a redução do consumo de água e seu reaproveitamento. Além disso, devem ser trabalhadas, no campo da Educação Ambiental, práticas visando o controle do desperdício de água a exemplo de:

- Corrigir vazamentos de torneiras, bebedouros e descargas;
- Evitar lavar calçadas com frequência ou usar jato de mangueira como vassoura;
- A irrigação de jardins e plantas deve ser feita com o uso de aspersor acoplado à mangueira, de forma controlada (tempo e quantidade de água);
- Dar preferência ao uso de baldes com água ao invés de mangueiras para a lavagem de veículos;

6. Nos novos projetos de edificação, reforma e ampliação, propor a utilização de energias alternativas com a substituição de energias não renováveis pelas renováveis, além de soluções que empreguem o bioclimatismo. Devem ser trabalhadas, ainda, no campo da Educação Ambiental, práticas visando o controle do desperdício de energia, a exemplo de:

- Uso econômico e racional de energia elétrica nos locais de trabalho;
- Dar preferência à iluminação natural, abrindo janelas, cortinas e persianas e outras soluções;
- Apagar as lâmpadas de ambientes vazios;
- Desligar computadores e aparelhos de ar condicionado após trinta minutos sem uso;
- Fazer manutenção periódica na rede elétrica e não sobrecarregar tomadas com benjamins e fios de extensão;
- Pintar paredes dos locais de trabalho usando cores claras favorece a menor utilização da iluminação artificial;

7. Propor soluções que priorizem a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos e materiais da comunidade, a exemplo de ações como:

- Implantar a coleta seletiva de lixo com previsão dos tipos de resíduos que podem ser reutilizados e, ou reciclados com destino adequado;
- Utilização de papel reciclado;
- Aquisição de materiais eco eficientes e com rotulagem ambiental;
- Verificar se o material de expediente é de fato necessário e em caso positivo, se é usado de forma racional;

- As revisões preventivas e periódicas sugeridas pelos fabricantes, o uso de combustível recomendado e a calibragem dos pneus são itens imprescindíveis para a manutenção adequada de veículos oficiais. Isso contribui para o prolongamento da vida útil do veículo, representa uma economia financeira e minimiza a emissão de poluentes no ar, no solo e nas águas;
- Promover treinamento sobre educação ambiental para prestadores de serviços de manutenção técnica, de limpeza, de copa e outros.

8. Em projetos e obras, valorizar as práticas que fomentem a indústria da construção sustentável por meio da adoção de certificações verdes (greenbuilding), reforçando o caráter inclusionário da mobilidade e acessibilidade.

A fim de atender aos objetivos da política socioambiental do IFBA, sugere-se a criação de uma comissão permanente de sustentabilidade socioambiental em cada unidade da instituição, com membros de formação multidisciplinar.

Dentre as atribuições da comissão, inclui-se:

- Assessorar a gestão nas questões relacionadas à sustentabilidade socioambiental;
- Identificar oportunidades de implementar ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- Criar políticas e campanhas de conscientização de sustentabilidade socioambiental;
- Planejar junto à gestão os novos projetos de edificação, reforma e ampliação, visando utilização de tecnologias que permitam uma gestão local sustentável dos sistemas de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e energia;

DIMENSÃO IV - ESTRUTURA EDUCACIONAL

Tendo o currículo como um "conjunto de formulações (representações, saberes, programas, disciplinas, estruturas) e de experiências (atividades, práticas, vivências) propiciados pela instituição de ensino para a formação dos sujeitos, de acordo com as grandes finalidades a que se propõe (Vasconcellos, pp.28, 2011), então a arquitetura curricular aqui diz respeito

ao desenho e à articulação das diversas áreas de conhecimento, numa concepção integradora e interdisciplinar e numa perspectiva do sujeito histórico-crítico, sendo as áreas de conhecimento:

1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde
5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. Linguística, Letras e Artes

Nesta lógica, o desenho curricular dos diversos níveis de ensino deve ser pensado como um mapa conceitual que articula as áreas de conhecimento.

12.Arquitetura Curricular: Educação Básica e Superior

A arquitetura curricular norteadora do PPI deve atentar para uma estrutura que dê conta do diálogo entre as disciplinas, seja com a abertura para atividades curriculares integradoras (experiências já presentes em alguns Institutos da Bahia), seja através da aliança entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis do ensino – destacando a atenção e o acompanhamento mais eficaz nos trabalhos de conclusão de curso (quando houver), assim como para o estágio. Oferecer o estímulo de que os/as estudantes necessitam para trocar e construir conhecimento, através de atividades que os/as insiram na realidade regional dentro de suas áreas profissionais específicas, pode ser uma maneira importante de aliar ensino e prática. Destaca-se a importância da utilização de estratégias que contribuam para articulação e integração entre as diversas áreas do conhecimento através da realização de um planejamento integrado, que culmine na interdisciplinaridade de projetos e avaliações de aprendizagem.

A discussão sobre arquitetura curricular deve também destacar a necessidade de que a execução da Lei 11.645/08, que institui a obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-Brasileira e indígena nas escolas, não pode ficar apenas sob a responsabilidade pessoal dos/as professores/as de História e áreas afins, no que se refere à inclusãodessa temática nos seus planos de curso, mas deve ser compreendida como ação institucional. Dessa forma, a efetiva inserção dessa temática deve ser objeto de ações específicas por parte do IFBA, por meio do incentivo a discussões e construção de metodologias que abordem a temática. O incentivo à promoção de projetos de extensão sobre o tema, nos diferentes campi, irá contribuir para a troca de experiências pedagógicas, formação continuada de professores, produção de materiais didáticos, realização de fóruns de discussão. Outra forma de contribuir para implementação da lei 11.645/08 é através do incentivo à formação de grupos de pesquisa sobre a temática nos diversos campi.

Importante salientar que a arquitetura curricular do projeto pedagógico, em seus diversos níveis e modalidades de ensino, deve dialogar com o perfil de estudante/egresso que a instituição se propõe a formar, desde o princípio do projeto. Assim, se o objetivo é formar sujeitos críticos, reflexivos e capazes de atuar no mundo do trabalho, compreendendo a

complexidade desse universo e o seu papel neste, devemos oferecer componentes curriculares e atividades curriculares que propiciem essa finalidade. Restringir a qualquer desses níveis a oferta de componentes àqueles ligados estritamente ao eixo tecnológico, sem a devida mediação com outros conhecimentos que levem à reflexividade acerca de seu papel, no âmbito produtivo e na realidade que o cerca, não atende ao objetivo inicialmente traçado.

13. Níveis de ensino

a)Formação inicial e continuada de trabalhadores

A FIC- Formação inicial e continuada de trabalhadores está assegurada no Art. 39 da LDB 9394/96 com carga horária mínima de 160h.

I. Diretrizes / objetivos para a formação inicial e continuada dos trabalhadores.

A FIC tem como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, favorecendo a qualificação e requalificação de trabalhadores em diferentes graus de escolaridade, a fim de promover o ingresso/reingresso no mercado de trabalho, preparando o indivíduo para uma atividade profissional. A FIC ocorre através do PROEJA e também do PRONATEC. O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado através da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011 e alterado posteriormente pela Lei 12.816, de 05 de junho de 2013, tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- aumentar as oportunidades educacionais paraos trabalhadores, por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;

Os cursos PRONATEC têm duração mínima de dois meses e os alunos recebem a Bolsa-Formação, valor pago para custear transporte e alimentação ao longo do curso, bem como é ofertado o material didático. O Ministério da Educação elaborou o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada que conta 518 opções de cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, conforme suas características científicas e tecnológicas.

b) Educação profissional técnica de nível médio integradaà educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos– PROEJA

A educação de jovens e adultos destina-sea uma parcela significativa da população que não teve acesso à escolarização em idade própria ou que por força da realidade socioeconômica do país foi excluída do ensino fundamental e/ou do Ensino Médio. É de responsabilidade do poder público, mediante ações integradas e complementares entre si, garantir o acesso e a permanência do trabalhador na escola. No entanto, as particularidades do ensino de jovens e adultos, na maioria trabalhadores, são muitas e devem ser conhecidas para referenciar a permanência, com sucesso, destes estudantes no ensino noturno.

Um limitador importante no desenvolvimento desta modalidade de ensino é que, na formação inicial, grande parte dos professores que se encontra na EJA não teve acesso a este conhecimento e tem dificuldades para adequar suas práticas pedagógicas a esta realidade. Portanto, há necessidade de criação de políticas para a capacitação especifica dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino. O Decreto nº 5.840/06 instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio na forma integrada, sendo esta última regulamentada pelas Diretrizes Curriculares previstas na Portaria nº2.080/05.

Os cursos desta modalidade deverão ser elaborados seguindo as orientações do documento base do PROEJA (MEC/SETEC, publicado em 2006). Desta forma, definimos alguns objetivos:

- Consolidar a educação profissional de nível médio na modalidade educação de jovens e adultos, atendendo a oferta determinada no Decreto nº 2.080/05;
- Garantir a oferta de cursos de formação e atualização específica nesta modalidade de ensino aosprofessores que trabalham na EJA, visto que, segundo as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, é importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação de professores devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como a cada faixa etária (Parecer CNE/CPn° 009/2011).
- Referenciar a oferta dos cursos nas áreas profissionais que guardem maior sintonia com as demandas locais e regionais e a responsabilidade social do IFBA;
- Desenvolver mecanismos de articulação entre a Educação de Jovens e Adultos e a Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no sentido de melhorar a escolaridade deste segmento.
- Evitar o processo de aligeiramento da formação profissional, garantindo a formação integral dos estudantes na perspectiva da formação sustentável;
- Garantir o respeito às particularidades, vinculando a escola à realidade dos educandos;
- Integrar as diferentes ações do programa já implantadas (curso técnico e curso de especialização) e implantar novas ações como grupos de pesquisa, seminários e workshops, visando à sensibilização da comunidade e ampliação do programa na Instituição.

I. Diretrizes/ objetivos para a EPTNM – PROEJA

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" em Capítulo II, da Educação Básica, Seção V, Da Educação de Jovens e Adultos, diz:

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). (BRASIL, 1996.)

Na mesma legislação, na Seção IV-A, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008), no seu artigo 36-B e 36-C, diz:

> Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) II - subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). (BRASIL, 1996)

O documento base do PROEJA (BRASIL, 2007) traz na sua essência a política de integração da educação com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A política de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, considerando-se especificamente nesse documento a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, conforme anteriormente afirmado, opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político-pedagógico integrado, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras

formas – integrada, concomitante e subsequente (Decreto nº 5.154/04); já o Decreto nº 5.840/2006 prevê, especificamente para o PROEJA, as possibilidades de articulação, considerando as formas integrada e concomitante. Na busca de priorizar a integração, os maiores esforços concentram-se em caracterizar a forma integrada, que se traduz por um currículo integrado (pág. 41). O Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em seu artigo 1º, estabelece as diretrizes, a saber:

> § 1.º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio. § 2.º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3.º, § 2.º, do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004; e II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4.º, § 1.º, incisos I e II, do Decreto n.º 5.154, de 2004. (BRASIL, 2006).

Proposto pelo Decreto Nº. 5.480, de 13 de julho de 2006, o PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assume princípios defendidos pelos grupos progressistas nas lutas sociais, na esfera da Educação de Jovens e Adultos, para universalização do ensino médio e busca da formação humana integral. Tais princípios consistem na não-dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, organização coletiva do trabalho docente, proposta educacional voltada para a formação integral em detrimento do referencial comumente preponderante no mercado de trabalho. Apropriar-se desses princípios na prática é um grande desafio posto pelo PROEJA (OLIVEIRA; CEZARINO, 2006). Desafio válido, em função do objetivo do PROEJA de atender, de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos excluídos do sistema educacional ou com trajetórias escolares irregulares em referência às faixas etárias denominadas adequadas.

Dessa forma, em consonância com o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007), o IFBA assume o compromisso de atender a finalidade do PROEJA de oferecer educação básica sólida, diretamente ligada à formação profissional e, consequentemente, à formação integral do educando. A educação, apesar de direito social legitimado pela Carta Magna de 1988 e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), dentre outros documentos legais, precisa ser repensada no que tange aos aspectos de acesso e permanência, não mais apenas de forma pontual, mas com Políticas que assegurem a garantia de efetivação destes direitos, até que os mesmos sejam de fato viabilizados de forma universal.

O documento base do PROEJA (BRASIL, 2007) faz uma análise crítica das causas que embasam a necessidade desta modalidade de ensino, conforme trecho citado abaixo:

> Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o

> tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (BRASIL, 2007, p. 10-11).

Esta análise é radical por nos fazer ir à raiz da questão: a falta de efetividade no acesso e a desresponsabilização de outros setores e políticas, que deveriam estar articulados à educação para garantir a continuidade dos estudos. Se tivéssemos a garantia não só do acesso à educação, mas se esta fosse de fato com qualidade e com políticas de permanência, certamente os índices de evasão não seriam tão altos e cruéis. É ainda mais perversa a ideia vendida pelo sistema social vigente, o capitalismo, quando enfatiza que a responsabilidade é individual, ou seja, o problema da falta de continuidade dos estudos muitas vezes perde de foco seu caráter de expressão da questão social e passa a pontuar que o indivíduo é que está desajustado à sociedade e tem “problemas” em não dar conta de seus estudos, sem levar em consideração necessidades sociais básicas que não estão garantidas para as famílias em situação de vulnerabilidade.

A Educação de Jovens e Adultos vem dar conta desta problemática e surge como demanda para o ensino técnico profissional de nível médio, como política de educação inclusiva, essencial para resgatar o direito cerceado de milhares de pessoas, especialmente jovens brasileiros, com atenção para os direitos e questões educacionais, bem como atento às relações familiares e socioeconômicas dos estudantes. Diversas estratégias estão sendo pensadas, desde o processo seletivo dos estudantes da modalidade PROEJA, para que de fato ingressem estudantes com o perfil pensado pelo curso, até a perspectiva de permanência, como: estrutura física, recursos materiais e humanos, bolsas e auxílios, incentivos e motivações pelo curso, a partir de atividades de pesquisa e extensão, acompanhamento pedagógico. Diante do exposto, a modalidade de Ensino que ora apresentamos e que formará técnicoscom foco na perspectiva cidadã, o que pressupõe uma série de estudos, requisitos e critérios, com o propósito de atingir o objetivo geral ao qual se propõe este curso. Este documento organiza todo o regimento e os processos do curso, bem como tenta garantir a fidelidade almejada peja modalidade de ensino PROEJA.

Nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) exige-se a seguinte duração: I - mínimo geral de 2.400 horas; II - pode ser computado no total de duração o tempo que venha a ser destinado à realização de estágio profissional supervisionado e/ou dedicado a trabalho de conclusão de curso ou similar nas seguintes proporções: a) nas habilitações com 800 horas, podem ser computadas até 400 horas; b) nas habilitações com 1.000 horas, podem ser computadas até 200 horas. III - no caso de habilitação profissional de 1.200 horas, as atividades de estágio devem ser necessariamente adicionadas ao mínimo de 2.400 horas.

c) Educação profissional técnica de nível médio

“A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. O termo articulação, empregado no artigo 40 da LDB, é definido, a partir do Decreto nº 5.154/04, como o oferecimento integrado, concomitante ou subsequente da educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio, concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, compreendendo a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais.

Trata-se, portanto, de oferecer uma educação profissional, articulada com o ensino médio, concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder.

A educação profissional pode ser compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, incidindo também esta compreensão na consolidação da aquisição de conhecimentos gerais e conhecimentos operacionais de forma interativa.

Diante disso, o IFBA deve se pautar no oferecimento do Ensino Médio na forma Integrada, concomitanteou subsequente, objetivando a construção da cidadania e a inserção do indivíduo na sociedade, como ser produtivo, ético e político.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012). A educação profissional, compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os saberes necessários para o enfrentamento das situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, implica na ressignificação dos limites entre formação geral e formação profissional, e, portanto, na reestruturação do processo educativo de modo a contemplar as novas concepções de educação e de currículo.

Conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, o currículo deve ser entendido “como um conjunto integrado e articulado de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas” (MEC, 2000, p.11), tendo como objetivo o desenvolvimento de competências que se constituem, por sua vez, na mobilização de conhecimentos (saberes), habilidades e valores para o enfrentamento de situações reais. Além disso, o currículo não se constitui num elemento estável, mas opera no sentido de orientar a prática e, ao mesmo tempo, ser reformulado diante das transformações correntes no cotidiano da instituição.

Neste sentido, a compreensão do mundo, do qual somos parte, implica na disposição de um conhecimento vasto e, ao mesmo tempo, da capacidade de trabalhar em profundidade um determinado número de assuntos, informações, particularidades de determinadas áreas do saber que ora se aproximam, ora se distanciam. Isso significa que é preciso conhecer e

reconhecer a complexidade e singularidade dos fatos, estabelecendo relações e inter-relações entre o todo e as partes que os compõem. Assim, os conhecimentos não podem estar desprovidos de significados sociais, históricos, políticos, culturais, econômicos, psicológicos, dentre outros. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de competências e habilidades para além do cognitivo, de modo a efetivar a formação do cidadão histórico-crítico. As exigências da prática humana constituem parâmetros para a efetivação do processo educativo.

Hoje, entende-se que a melhoria da qualidade social da educação implica numa percepção do ser na sua totalidade, do cognitivo e epistemológico ao ético; do técnico ao estético; do imediato ao transcendente. A experiência ética propicia o investimento nos sujeitos humanos, inserindo-os no universo da sociabilidade e das relações. A legitimidade da educação perpassa pela dimensão ética. A dimensão estética possibilita a vivência prazerosa do processo educativo, despertando para o conhecer/conhecer-se, saber/saber-se, fazer/fazer-se, sentir/sentir-se. A dimensão epistêmica é necessária para dar significado ao rumo do conhecimento, para dar consistência e intencionalidade à educação.

De acordo com o § 1º do Artigo 4º do Decreto nº 5.154/2004, a articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio é realizada de forma integrada : “oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno” O Ensino Médio no IFBA, integrado ao Ensino Técnico, orienta-se pela legislação pertinente e segue os Parâmetros Curriculares Nacionais, cumprindo as funções estabelecidas pela LDB para o Ensino Médio: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

A prioridade da oferta da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio para os concluintes do ensino fundamental está respaldada no Art. 7° da Lei n° 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais. O IFBA busca na educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, estratégias para o desenvolvimento socioeconômico nacional, bem como para a redução das desigualdades regionais e sociais. A oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional deverá contribuir, portanto, para melhoria da qualidade dessa etapa final da educação básica. Em termos curriculares, essa forma reunirá conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional, que deverão ser trabalhados de forma integrada durante todo o curso, assegurando o imprescindível diálogo entre teoria e prática.

A pesquisa deve estar presente em toda a educação escolar dos que vivem e viverão do próprio trabalho. A investigação científica, quando despertada nas primeiras fases escolares, contribui para que, nas faixas etárias e níveis educacionais mais avançados, o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões e buscar respostas na esfera

mais formal no âmbito acadêmico, seja na forma aplicada ou na denominada pesquisa de base/acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos. Intimamente relacionada ao trabalho, a pesquisa, como princípio educativo assumido no ensino médio integrado, contribui para a formação de cidadãos histórico-críticos que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidando de sua preservação, face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras.

São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

I. Diretrizes / objetivos para a EPTNM

A necessária autonomia para que o ser humano possa, por meio do trabalho, atuar dessa forma pode e deve ser potencializada pela pesquisa, a qual contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana. Diante disso, definimos alguns objetivos:

- Oferecer cursos Profissionais Técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente;
- Conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outras categorias: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade;
- Promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos etc., em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- Desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática escolar do ensino(Organização Didática, Planos Curricularese outros.) numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade;
- Promover ações articuladas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que trabalhem as relações étnico-raciais, de modo a constituir a cidadania dos afro e indio-descendentes, em uma perspectiva emancipatória.

Diretrizes para a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM)

- Estimular e valorizar a produção acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Consolidar a pesquisa e a extensão como prática permanente e fonte de retroalimentação curricular;
- Estabelecer parâmetros qualitativos e quantitativos paraos indicadores acadêmicos institucionais, que conduzam à excelência nas avaliações de cursos e programas do IFBA;
- Estabelecer referenciais que possibilitem equalizar a força de trabalho dos campi, respeitando as suas particularidades;
- Articular, por meio de uma metodologia interdisciplinar, eixos que estão contemplados nos PCNs como: meio ambiente, sexualidade, gênero, drogas, entre outros relevantes para a sociedade;
- Promover a articulação pedagógica entre o ensino, a pesquisa e a extensão, para todos os projetos institucionais, garantindo sua plena divulgação;
- Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de indivíduos e suas comunidades, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais, federais, da iniciativa privada e do terceiro setor;
- Instituir um programa de integração escola-comunidade (escola aberta), com oferta de cursos, palestras e atividades socioculturais, artísticas e desportivas, educação ambiental e atendimento a outras demandas identificadas junto à comunidade;
- Ampliar os programas de integração escola-comunidade (escola aberta), com oferta de cursos, palestras e atividades socioculturais, artísticas, esportivas;
- Viabilizar espaços sistemáticos de integração, intercâmbio cultural e convivência entre a comunidade acadêmica, a exemplo de encontros por área, seminários temáticos, listas de discussão, grupos de trabalho, revistas;
- Implantar e manter atualizada uma política de assistência ao educando, que assegure a sua permanência na Instituição e viabilize programas como a alimentação balanceada e a saúde preventiva de qualidade;
- Implantar e manter atualizada uma política que atenda ao Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Incluir no currículo dos cursos do IFBA o que determina a Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; a 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino da Música na Educação Básica; a 11.161/2005, que dispõe sobre a Língua Espanhola e a 11.684/2008, que altera o art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio;
- Promover oportunidades para os estudantes realizarem visitas de cunho educativo, cultural - museus, laboratórios, exposições, centros de pesquisa, fábricas, entre outros - para melhor aproveitamento do conteúdo pertinente ao discente;

- Viabilizar a consciência ambiental e a prática da sustentabilidade, de forma transversal no IFBA, subsidiando a capacitação dos docentes neste aspecto;
- Articular a Educação Profissional com a Educação Básica, mediante a consolidação da oferta de cursos Profissionais Técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente;
- Conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outras categorias: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade;
- Promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos etc., em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- Desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática escolar do ensino (Organização Didática, Planos Curriculares etc.), numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade;
- Desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional,noque se refere às ofertas, revisão e/ou redimensionamento de cursos;
- Desenvolver suas práticas de ensino com base nos princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presentes na Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CEB N° 11/2012 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, presentes na Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012;
- Promover o intercâmbio de cooperação técnica com empresas, ONGs, instituições públicas e privadas;
- O IFBA deve estruturar nos campi uma Coordenação para estágios e egressos para todos os cursos profissionalizantes;
- Promover ações articuladas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que trabalhem as relações étnico-raciais, de modo a constituir a cidadania dos afrodescendentes e índiodescendentes, em uma perspectiva emancipatória;
- Garantir a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dosplanos de curso e no acompanhamento dos cursos técnicos, além de realizarreuniões pedagógicas periódicas.

d) Educação de nível superior

A educação profissional de nível superior, no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, nas modalidades Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura, deve buscar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais, isto é, a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos da formação profissional com os fundamentos da formação humana integral.

Considerando a importância do oferecimento deste nível de formação para a população brasileira e o papel social das Instituições que oferecem a Educação Superior no Brasil, o IFBA pretende elevar, cada vez mais, a qualidade do ensino superior nas diversas modalidades, buscando uma articulação verticalizada e integrada entre os diversos níveis de ensino, ofertando, ainda, com excelência e de acordo com as demandas sociais, a pós-graduação, lato e stricto sensu, ancorada no princípio da indissociabilidade entre ensino,

pesquisa e extensão. Com estas ações,buscamos, a partir do Decreto nº 5.224/2004, alterado pelo Decreto n.º 5.224, de 1.º de outubro de 2006, a consolidação do IFBA como Instituição Federal de Ensino Superior multicampi e pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica (Decreto n.º 5.224/09).

Para tanto, os cursos superiores do IFBA, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino, e as diretrizes específicas para cada curso e modalidade, devem ensejar a excelência no ensino superior, sem com isso deixar de oferecer uma formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, e inserir a Instituição no processo de produção científica e tecnológica, mediante tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã.

Portanto, o ensino de graduação do IFBA está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão, e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade acadêmica. Nesse sentido, suas ações devem sempre primar pela garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

I. Cursos de graduação - objetivos

O parecer CNE/CES 583/2001 chama a atenção para o fato de que a

> "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de dezembro de 1996, assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos estudantes". (BRASIL, 2001)

Urge, portanto, que o IFBA assuma o desenvolvimento do ensino superior como uma de suas prioridades estratégicas, no sentido de desencadear uma transformação da instituição. Somente assim, o IFBA poderá atender – com a mesma efetividade com que desenvolve suas atividades nos demais níveis de ensino em que atua tradicionalmente – às crescentes exigências que são postas pela sociedade em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico. Para isto, deverá:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando aodesenvolvimentoda ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (LDB – artigo 43 – Finalidades da Educação Superior)

II. Cursos de tecnologia - objetivos

Os Cursos de Tecnologia foram criados pela Lei n.º 5.692/71 (artigo 23, §2.º), ratificada pelas Leis nº 9.131/95 e 9.394/96 e pelo Decreto n.º 2.406, de 27.11.97, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC n.º 1.647, de 25.11.99, e pela Resolução CES/CNE nº 03, de 18.12.02. Os Cursos de Tecnologia são programas de curta duração, de no mínimo dois anos, destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. O tecnólogo tem formação voltada para uma área bastante específica, desenvolvendo determinados conhecimentos técnicos e acadêmicos, bem como o aperfeiçoamento da prática profissional para se inserir rapidamente no mundo do trabalho, em sua área de formação. A denominação destes cursos, ao se definirem as diretrizes, tanto pode ser Curso Superior de Tecnologia, acrescido da área profissional e da modalidade/habilitação proposta, quanto pode ser Graduação Tecnológica, acrescido da área profissional e da modalidade pretendida. Nossa atenção deve voltar-se à formação do tecnólogo, no sentido de garantir-lhe o acesso crítico aos conhecimentos específicos da área de atuação e ao desenvolvimento da cidadania, na medida em que o aligeiramento da formação, aliado às dificuldades de inserção das disciplinas de formação humana nos currículos pode comprometer a formação do egresso com o perfil indicado neste PPI.

> O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho (BRASIL, 2002, p. 34).

Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

- I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

III. Cursos de licenciatura - objetivos

A formação de profissionais da educação com o objetivo de atender aos níveis e modalidades da educação nacional deverá fundamentar-se na associação entre teoria e prática, inclusive mediante a capacitação em serviço e o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Em que pese a legislação indicar a necessidade de que a oferta destes cursos aconteça em Universidades ou Institutos Superiores de Educação, a Lei nº 8.711/93, que transforma a Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica, autoriza este Centro a oferecer, em grau superior, a licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico, reafirmado pelo Decreto nº 5.224/04, que indica entre os objetivos dos Institutos Federais o de ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica nas áreas científica e tecnológica.

O contexto brasileiro retrata a necessidade urgente de formar professores; o IFBA insere-se nesse contexto, a fim de atender esta demanda que é nacional e também regional. Ressalta-se ainda que o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, celebrado entre os IFs e o MEC, prevê a manutenção de pelo menos 20% das matrículas dos institutos federais para os cursos de licenciatura.

Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

IV. Diretrizes para a educação profissional de nível superior –objetivos:

- Ampliar o número de vagas na educação profissional de nível superior nas duas modalidades tecnológica e de graduação (licenciatura e bacharelado);
- Consolidar o programa de avaliação sistemática do ensino superior nos aspectos pedagógicos e administrativos;
- Manter atualizadas as Normas Acadêmicas para os Cursos Superiores do IFBA;
- Realizar pesquisas sobre a demanda da educação profissional superior;
- Promover uma maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas;
- Criar espaços temáticos, de estudos e pesquisas, voltados para a formação acadêmica, na perspectiva da formação crítica e reflexiva e da autonomia do estudante;
- Instituir políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- Promover o intercâmbio de cooperação técnica com empresas, sindicatos, ONGs, instituições públicas e privadas;
- Formar professores(as), na perspectiva crítica e emancipatória, que compreenda e integre os fundamentos das ciências e da tecnologia da sua área específica de formação, das relações entre trabalho e educação, e revele uma visão ampla dos saberes pedagógicos, além da instrumentalização para o processo de inclusão dos diferentes portadores de necessidades educativas especiais.
- Investir na formação de professores que tenham vivências de trabalho coletivo, crítico e que tenham a pesquisa como referência na prática pedagógica e orientem-se pelas demandas da comunidade escolar e não pelas demandas de programas predeterminados e desconectados da realidade escolar;
- Criar, nos cursos de licenciatura ou cursos especiais de formação pedagógica, uma cultura de responsabilidade colaborativa quanto à qualidade da formação docente, na perspectiva de que possam responder, de maneira qualitativa, aos desafios propostos pela nova conjuntura política e socioeconômica brasileira.

V. Pós-graduação -Objetivos

As atividades de pesquisa, fomentadas pelos programas de pós-graduação e pelas outras ações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, buscam sintonia com as necessidades e demandas da sociedade e dos campos de pesquisa específicos. Dessa forma, por exemplo, as ofertas de vagas nos programas de pós-graduação, parceiros do IFBA, tiveram suas justificativas apoiadas nessas demandas e objetivam contribuir, significativamente, tanto em termos de recursos humanos como em produtos (teses, dissertações e outros) e em atividades de extensão para as áreas de nossa atuação e para o desenvolvimento local e regional. Além disso, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional e oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos necessários para

que se realize a livre investigação científica na qual possa afirmar-se a criação nas mais altas formas da cultura universitária.[1]

VI. Educação a distância - Objetivos

A oferta da educação para todos; possibilitando atendimento aos alunos geograficamente distribuídos e residentes em locais onde não existam instituições convencionais de ensino, igualdade de oportunidades educativas, de modo especial para as pessoas que não puderam iniciar ou concluir seus estudos, permanência dos alunos no seu meio cultural e natural; evitando êxodos que incidem negativamente no desenvolvimento regional; propiciando uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência fora do contexto da sala de aula; permitindo aos alunos a aquisição de atitudes, interesses e valores que lhes propiciem mecanismos indispensáveis para se autodeterminarem, levando-os à conscientização da importância da aprendizagem permanente, relacionada às experiências dos estudantes, as suas vidas profissionais e sociais, sem afastamento de seus locais de trabalho. (Aretio, 1994, apud Rossini, 2004)

O ensino a distância é uma estratégia desenvolvida para ampliar a capilaridade da oferta à educação, proporcionando a difusão do conhecimento na sociedade e atenuando a injusta exclusão social. Em termos legais, no Brasil, os cursos ofertados seguindo essa estratégia são enquadrados na modalidade de ensino denominada educação a distância, segundo orientam Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.622/2005[1], com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361/2004, associado aos Decretos Lei nº 5.773/2006[3] e nº6.303/2007[4], que alteram alguns de seus dispositivos. Essa estratégia de ensino prevê que a mediação didático-pedagógica ocorra prioritariamente com a utilização de recursos computacionais conectados à Internet ou não. Com isso, as atividades educativas são desenvolvidas em tempo e lugares diversos, visto que professores e estudantes estão geograficamente distribuídos.

Os objetivos gerais da educação a distância no IFBA são:

- democratizar conhecimentos, habilidades e atitudes ao maior número de pessoas que desejam estudar ou atualizar-se, independente de tempo e espaço, tornando, desta forma, mais democrático o acesso à educação técnica/tecnológica de qualidade social;
- oferecer um ensino que assegure uma educação técnica/tecnológica permanente e continuada, de acordo com as necessidades de formação demandadas pela sociedade, possibilitando uma visão crítica do mundo, centrada nos processos de educação e trabalho e que considere as condições de aprendizagem do estudante.

[1] Foi promulgado em 19 de dezembro de 2005 e regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 15 ago. 2013.

São considerados Cursos de Educação a Distância aqueles que apresentem as seguintes características:

a) interlocução permanente entre professores e estudantes;

b) possibilidade de acesso permanente aos espaços de aprendizagens;

c) maior flexibilidade do processo de apropriação dos conhecimentos;

d) didática e metodologia que contemple estratégias de aprendizagem, com base em atividades presenciais e não presenciais;

e) superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo;

f) fomento à formação permanente e educação técnico/tecnológica continuada;

g) possibilidade de permanência do estudante em seu meio sociocultural.

Diretrizes para a educação a distância no IFBA:

- Consolidar o IFBA como Instituição pública que ofereça cursos nas modalidades de ensino semipresencial e à distância;
- Realizar gestão junto ao Ministério da Educação, visando à organização de infraestrutura e tecnologia, além da capacitação de professores para atuação nessa modalidade de ensino.
- Consolidar a participação do IFBA em consórcios com as instituições públicas que promovem a educação a distância no Estado da Bahia;
- Criar as condições para o IFBA oferecer cursos a distância, com qualidade, nos vários níveis e modalidades de ensino;
- Desenvolver estudos e viabilizar condições estruturais e pedagógicas para a ampliação de número de vagas e a criação de novos cursos;
- Criação de cursos voltados para a aplicação e utilização de tecnologias computacionais baseadas na web;
- Oferecer formação didático-pedagógica para servidores, técnico-administrativos e docentes, para atuar em cursos ofertados a distância;
- Priorizar os estudantes que:
  - Residem em municípios onde a oferta de formação inicial e continuada seja precária;
  - Estudantes que veem na educação a distância uma oportunidade de formação inicial ou continuada;

14. Diretrizes para o desenvolvimento e acompanhamento e avaliação do PPI

A implementação das propostas deste PPI deve acontecer de forma gradual, com ampla divulgação do conteúdo e constante sensibilização da comunidade acadêmica para debate e assimilação das diretrizes do PPI nas ações cotidianas e nos demais documentos da instituição, sejam de planejamento estratégico ou pedagógico.

- Periodicamente, a cada dois anos, deverão ser realizadas eleições diretas em assembleias para a formaçãoda Comissão Própria de Avaliação do PPI, cujos trabalhos deverão iniciar-se com antecedência de seis meses à realização do Congresso do IFBA para revisão do PPI. Esta Comissão deverá ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a saber: estudantes, docentes e técnicos, de forma paritária.
- A Comissão Própria de Avaliação deve incluir no Relatório Final encaminhamentos específicos para cada instância competente referenteàs ações específicas estabelecidas em cada dimensão do PPI.
- Enquanto projeto institucional, o desenvolvimento do PPI deve ser objeto do processo de avaliação interna do Instituto conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- "O Relatório Final da Comissão Própria de Avaliação deverá ser amplamente divulgado e disponibilizado à toda Comunidade do IFBA afim de que seus integrantes tomem conhecimento do estado em que se encontra a implementação das ações administrativas, acadêmicas e pedagógicas da instituição, e sua consonância com os princípios defendidos neste documento, ampliando assim os espaços de participação democrática que devem culminar, com que se refere ao presente documento, no Congresso do IFBA para revisar o PPI."
- Decorrido o prazo para o acompanhamento da execução, a cada dois anos, a Reitoria deverá realizar o Congresso do IFBA para revisar o PPI, a fim de avaliar se o Projeto atual ainda contempla a realidade do IFBA, e propor as atualizações necessárias.

ANEXO

Inserção Regional dos Câmpus do IFBA

Ano 2013

1. Campus de Barreiras

Breve Histórico

O Campus de Barreiras, sediado no município de Barreiras, com uma população de 137.428 habitantes distribuídos em 7859 Km² de área territorial. Situada no oeste baiano, destaca-se como uma região onde predomina o agronegócio, com significativa produção de grãos, fruticultura, pecuária, e mais recentemente, a avicultura, suinocultura e a piscicultura.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Edificações;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Alimentos.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletrotécnica;
- Técnico em Enfermagem.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos:

- Técnico em Eletromecânica.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Matemática;
- Engenharia de Alimentos.

Caracterização do Campus de Barreiras

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	BARREIRAS está localizado na região Oeste da Bahia, é o décimo segundo mais populoso do estado, com uma população de 161.109 habitantes, possuindo uma área de 7 895,241 km².
NÚMERO DE HABITANTES	161.109 habitantes
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Barreiras pertence à maior região agrícola do Nordeste, com a agricultura irrigada familiar presente no município, com destaque para a produção de frutas. Além dessas potencialidades, percebe-se intensa atividade comercial abastecendo toda região num raio de 300 km. Hoje figura entre os maiores centros econômicos e populacionais do estado, sendo o principal da região, nacionalmente conhecida pela força de seu agronegócio.
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	UNEB- Campus IX; UFBA/ICADS; Colégio Modelo; FASB e Instituto de Educação UNYAHNA
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	IDEB de Barreiras-4,1
DATA DE IMPLANTAÇÃO	09 de Setembro de 1994
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula,quadras, biblioteca, etc)	Área total – 38.693 m² , Área construída – 6.803m² Salas de Aula Laboratórios 01 Biblioteca 01 Quadra 01 Piscina Semi-olímpica 01 Auditório com capacidade para 440 Pessoas

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Curso de Elaboração de Projetos – 30 servidores Metodologia da Pesquisa – 30 servidores Curso de Primeiros Socorros– 30 servidores Curso de Gestão de Pessoas– 30 servidores	**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO** Mestrado em Educação UFBA/FACED – 20 servidores (15 professores e 05 técnico - administrativos)
ATIVIDADES DE PESQUISA Jornada Científica e Tecnológica do Oeste Baiano;FETEC;Grupos de Pesquisa– 02; PIBITI	
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES: Semana de Enfermagem; SEEINFO; Seminário de Matemática; Semana da Consciência Negra; Semana do Meio Ambiente; Projeto In – disciplina; Jornada de Estágio.	

NÚMERO DE PROFESSORES	72 Efetivos	**NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**	53
ORÇAMENTO ANUAL	2012 - R$ 5.463.870,82		
PARCERIAS EXTERNAS	Prefeitura Municipal de Barreiras Hospital do Oeste UNEB UFBA/ICADS FASB Empresas na Área da Construção Civil		

3. Campus de Camaçari

Breve Histórico

O município de Camaçari consolida-se como um local estratégico e privilegiado para implantação de um campus, devido a sua localização próxima aos complexos industriais mais importantes da Bahia; além disso, conta com uma população de 242.984 habitantes em um território de 785 Km^2. A implantação do campus nesse município beneficiou muitos estudantes que precisavam se deslocar por vários quilômetros para ter acesso a outros campi do IFBA, localizados em Salvador ou em Simões Filho.

Atendendo ao plano de expansão, em 2007, o CEFET-BA obteve a autorização de funcionamento da unidade de Camaçari. Inaugurado em 03 de outubro de 2007, o Campus iniciou suas atividades em novembro daquele ano oferecendo, inicialmente, cursos de extensão à comunidade. A partir de fevereiro de 2008, iniciou o ano letivo com dois cursos da educação profissional nas formas integrada e subsequente, nas áreas de Informática e Eletrotécnica.

Em 2008, através de um Termo de Cooperação firmado com a prefeitura de Dias D'Ávila, ganhou um Núcleo Avançado neste município, com a oferta do curso técnico em Informática subsequente ao ensino médio.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Eletrotécnica.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Eletrotécnica.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Matemática.

.

Caracterização do Campus de Camaçari

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	CAMAÇARI
NÚMERO DE HABITANTES	242.970 habitantes (IBGE)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) Agropecuária 9.589 Indústria 7.541.856 Serviços 2.927.183 (IBGE)
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	FAMEC / UAB/ UNEB / SENAI
IDEB DO(S)	**4.5** - 5º ANO (REDE DE ENSINO PÚBLICA EM 2011)

MUNICÍPIO(S)	**3.3** – 9º ANO (REDE DE ENSINO PÚBLICA EM 2011)		
DATA DE IMPLANTAÇÃO	OUTUBRO DE 2007		
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	Pavilhão administrativo, pavilhão de aulas, pavilhão de serviço médico, guarita e módulo de apoio (total de 3916,88 m²). Possui 7 salas de aula, além de sala de desenho, sala de reuniões, coordenações, auditório, laboratórios, sala de videoconferência, praça de alimentação e lanchonete.		
DATA DE IMPLANTAÇÃO	OUTUBRO DE 2007		
NÚMERO DE PROFESSORES	55 efetivos 5 substitutos	NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	37

4. Campus de Eunápolis

Breve Histórico

O Campus de Eunápolis está sediado no município de Eunápolis com área de 1.179 Km² e uma população de 100.246 habitantes.

Economia

Região do extremo sul do Estado, que tem ampliado sua importância pelas atividades turísticas, nacional e internacional, e com a implantação de um pólo de produção de papel e celulose e vem recebendo, atualmente, forte investimento no setor de serviços em informática.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Edificações.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Meio Ambiente.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Matemática;
- Engenharia Civil;
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Caracterização do Campus de Eunápolis

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	EUNÁPOLIS
NÚMERO DE HABITANTES	Aproximadamente 100.000
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Comércio, Agricultura, Pecuária
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	Universidade do Estado da Bahia, UNESULBAHIA, UNOPAR, SENAI, SEBRAE, SENAR, EGIDIO
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	4.0
DATA DE IMPLANTAÇÃO	1994
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula,quadras, biblioteca, etc)	O Campus tem 50.000 m², 16 laboratórios, 17 salas, 01 quadra, 01 biblioteca, 06 salas ambiente.

CURSOS OFERTADOS

FORMA INTEGRADA	FORMA SUBSEQUENTE	FORMA PROEJA	CURSOS SUPERIORES
Meio Ambiente Informática Edificações	Técnico em Meio Ambiente Técnico em Edificações Técnico em Enfermagem		Licenciatura em Matemática Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO**
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: CICLO DE PALESTRAS CONVÊNIO IFBA- PRODEMA/UESC STRICTO SENSU	CAPACITAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E METODOLOGIACIENTIFICA

ATIVIDADES DE PESQUISA

- PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FINANCIADA PELAS AGÊNCIAS DE FOMENTO COMO CNPQ E FAPESB E PROGRAMAS INTERNOS DA PRPGI
- PROGRAMA DE PESQUISA EM BIOCOMBUSTÍVEL PETROBRÁS – PROEX.
- PROGAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (FINANCIADA PELA CAPES)

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO PINA (ALUNOS COM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E PROGRAMA DE MONITORIA COM BOLSAS PARA ALUNOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO ANTERIOR BOM DESEMPENHO ACADÊMICO).

NÚMERO DE PROFESSORES	74	NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	28
ORÇAMENTO ANUAL	R$ 2.594.750,00		
PARCERIAS EXTERNAS	VERACEL, PRODEMA		

5. Campus de Feira de Santana

Breve Histórico

Feira de Santana é um município brasileiro do estado da Bahia, situado a cerca de 110 km de Salvador. Sua população, segundo o censo de 2010, era de 556.637 habitantes. A cidade encontra-se num dos principais entroncamentos de rodovias do Nordeste brasileiro, funcionando como ponto de passagem para o tráfego que vem principalmente do Sul e do Centro-Oeste e se dirige para Salvador e outras importantes cidades nordestinas. Geograficamente, caracteriza-se por se localizar numa zona intermediária entre o litoral úmido e o interior semiárido.

De acordo com Santo (2003),

> Devido a essa posição intermediária, a cidade de Feira de Santana recebe precipitações nos meses de abril a junho e nos meses de setembro a dezembro, o que a diferencia do litoral que recebe suas precipitações principalmente no primeiro período, enquanto o interior recebe principalmente no segundo período. Além disso, as características geológicas e pedológicas da região favorecem o aparecimento de inúmeras lagoas e nascentes, que serviam como principal atrativo para fixação humana na região. (SANTO, 2003, p.10)

Graças a esta posição geográfica privilegiada – recebendo chuvas em períodos diferentes dos da capital; próxima a nascentes; e cruzada por caminhos que levam a destinos vários - e à distância relativamente pequena da capital do estado, Salvador, Feira de Santana desenvolveu com o passar do tempo um diversificado setor de comércio e serviços resultante da necessidade de abastecer os vaqueiros e viajantes que por ela passavam e desejavam, principalmente, abrigo, água e alimento.

Quanto à fundação da cidade, dá-se ao casal Domingos Barbosa e Anna Brandoa a prioridade de seu povoamento. Entretanto, essa não é a única visão apresentada sobre o povoamento de Feira de Santana. Segundo a professora Celeste Maria Pacheco de Andrade em dissertação que versa sobre a origem do povoamento de Feira de Santana (PACHECO, 1990), há três tendências para se estudar a historiografia da cidade: tradicional dominante, a intermediária e a polêmica. A tradicional dominante consagra a figura do casal Domingos e Anna para explicar as origens do povoamento do sertão; a intermediária acrescenta ao casal citado a figura do fazendeiro Peixoto Viegas no processo de povoamento; e a polêmica que apresenta uma outra perspectiva de análise do fato: elegem João Peixoto Viegas e sua família como reais fundadores e povoadores da região de Feira de Santana.

De acordo com a perspectiva tradicional, no século XVIII, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brando a ergueu uma capela na Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, em homenagem à sua santa de devoção, Senhora Sant'Anna, daí ser dado à cidade o nome de Feira de Santana. A Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, juntamente com seus entornos, começou a se estabelecer como um ponto obrigatório de tropas, viajantes e tropeiros procedentes do alto sertão baiano e de outros estados a caminho do porto de Cachoeira – então a cidade mais importante da Bahia - ou a caminho de outras regiões. As necessidades

dos viajantes abriram espaço para o surgimento de um cada vez mais próspero comércio de gado, ao lado de uma feira periódica.

O crescente ritmo de desenvolvimento do povoado exigiu a construção de ruas largas, onde começaram a ser instaladas casas comerciais em grande quantidade, para atender à população que crescia somada à chegada de brasileiros e estrangeiros que adotaram Feira de Santana como moradia. Esse desenvolvimento se deu graças, principalmente, à feira de gado, fato narrado e descrito por Santana (19--). Segundo a autora, a origem de Feira de Santana está diretamente relacionada ao comércio, pois

> As primeiras casas surgiram no local onde tropeiros e vaqueiros paravam para descansar. O primeiro ponto de venda de animais, oficialmente denominado "Campo do Gado" embora aberto e sem qualquer infra-estrutura, foi no final da Avenida Senhor dos Passos, onde hoje existe o abrigo Nordestino, Praça Dom Pedro II. Ali começaram a ser realizados grandes negócios, e a feira cresceu tanto que o então prefeito, Heráclito Dias do Carvalho, construiu o novo capo do gado na década de 40, no local onde hoje funciona o Fórum Desembargador Filinto Bastos. (...)O comércio era de gado e de pequenos animais (caprinos, ovinos, suínos). A fama da feira do gado espalhou-se pelo Brasil. Turistas e visitantes de várias partes do país chegavam às dezenas, todas as segundas-feira (sic). (SANTANA, s/d, p.7)

Observa-se então que assim como as condições geográficas e sociais de Feira de Santana proporcionaram a origem e o desenvolvimento da feira-livre, a feira-livre atuou e exerceu importância primordial para que Feira de Santana despontasse tão logo como cidade de representação notória entre os entrepostos comerciais da região e que se transformaria na segunda cidade do Estado, 31ª do país, segundo o Censo 2010, com vocação para atrair gente de todas as partes do país pela sua localização geográfica e a hospitalidade do seu povo.

O estabelecimento da feira de gado de Feira de Santana como a mais importante do estado da Bahia possibilitou ao município o avanço em outras áreas de seu desenvolvimento, tendo como a mais expressiva a construção de inúmeras vias que ligavam-na a outras localidades.

Esse potencial natural para a comunicação entre localidades garantiu a Feira de Santana, no início de sua história, uma população flutuante, tendo em vista que os que por aqui passavam estavam quase sempre a caminho de outros destinos, aproveitando a cidade como ponto de descanso e de aquisição de serviços. Com o passar do tempo, a oferta de serviços e de recursos naturais atraíram não mais viajantes, mas sim moradores que viam na cidade uma promissora oferta de empregos e de condições melhores de vida. Tudo isso implicou numa significativa alteração no contingente populacional da cidade, o que se confirma segundo as informações prestadas por Poppino (1969).

É esse crescimento populacional vertiginoso e expressivo que resulta na proliferação de estabelecimentos comerciais na cidade, uma vez que o varejo passa a ser necessário e indispensável para suprir as necessidades de uma população local. De acordo com Silva (2000, p.), "diferentes fontes indicam que o número de estabelecimentos comerciais da cidade passa de 100, em 1875, para 102 em 1881, saltando para 472, em 1916.". Sobre a existência do comércio em Feira de Santana, afirma Poppino (1969):

> Pode-se afirmar que o comércio representa, em sentido amplo, a própria razão de existir de Feira de Santana. O arraial, que se transformara em

> cidade, a Segunda da Bahia, tivera por base o comércio e, em grande extensão, a sua evolução e a sua prosperidade refletem a importância crescente das atividades comerciais. A feira semanal, que deu vida ao arraial, desde logo constituiu-se no ponto alto de todo o comércio. A maior parte das pessoas que freqüentavam a feira atraíam negociantes, que pouco a pouco se instalavam definitivamente em Feira de Santana. Muitas das empresas fundavam-se para adquirir as mercadorias do sertão, enquanto outras se especializavam na venda de produtos manufaturados e de luxo da Cidade do Salvador. Tais estabelecimentos preenchiam lacunas e desde o início floresceram todos os negócios por atacado e varejo.
>
> Pela sua localização nos entroncamentos dos principais estradas entre a costa e o sertão, era evidente que Feira de Santana progrediria como o centro comercial líder do interior. O papel vital do comércio na economia de Feira de Santana ficara patente, em 1873, quando recebeu o qualificativo oficial de cidade comercial e, de novo, no século vinte, quando foi batizada de Princesa do Sertão. (POPPINO, 1969, p.306-307)

Dessa forma, não há como se investigar o percurso da cidade sem se deter nos caminhos e descaminhos pelos quais passaram as feiras livres – ou não livres – que deram origem, formatação e sentido ao desenvolvimento da cidade, pois o desenvolvimento da cidade com o passar dos anos sinaliza que sua história está diretamente ligada às diversas feiras que nela se estabeleceram e ao comércio profícuo e representativo que aí se ergueu.

O campus de Feira de Santana surge do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, instituída pelo Presidente Lula, criando sete (7) novos campi no IFBA, dentre eles o de Feira de Santana.

O novo campus do IFBA, inaugurado em março de 2012, conta com um pavilhão administrativo composto pela Diretoria Geral, Gabinete, Comunicação/Eventos/RH, uma sala de Reunião, uma Copa; um Departamento Administrativo composto pela DOF, Divisão de Compras, Almoxarifado, uma Coordenação de Tecnologia da Informação; um pavilhão para Garagem e Almoxarifado; um pavilhão de ensino composto pelo Departamento de Desenvolvimento de Ensino, dez salas de aula, onze laboratórios, Coordenação do Curso de Edificações, Coordenação do Curso de Eletrotécnica, Coordenação de Informática, Coordenação de E a D, Sala de E a D/Teleconferência, Coordenação da Área I, Coordenação da Área II, Coordenação de Registros Escolares, Biblioteca, Coordenação Pedagógica, Serviço Médico Odontológico, Setor de apoio ao Ensino, Sala de Professores, Auditório para 130 pessoas; um pavilhão composto por Refeitório, Cantina; um pavilhão, em construção, composto por um Ginásio com uma Quadra coberta, Quadra descoberta e um Campo de futebol com pista de atletismo, além de amplo estacionamento.

O campus do IFBA de Feira de Santana fica no Centro Industrial de Subaé, núcleo BR 324 no bairro do Aviário/Limoeiro, logo após a fábrica da Pirelli,ao lado da Klabin, à margem da BR 324, a 7 Km do centro da cidade.

Cursos Oferecidos

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Edificações;
- Técnico em Eletrotécnica

Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Eletrotécnica

6. Campus de Ilhéus

Breve Histórico

O Campus de Ilhéus tem uma população de 184.231 habitantes em um território de 1.760 Km².

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Técnico em Edificações.

7. Campus de Irecê

Breve Histórico

O Campus de Irecê população de 66.404 habitantes em um território de 319 Km².

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Biocombustíveis;
- Técnico em Eletromecânica.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Biocombustíveis;
- Técnico em Eletromecânica.

Caracterização do Campus de Irecê

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Irecê / atende estudantes de 19 municípios		
NÚMERO DE HABITANTES	Irecê 70.000/ Território + ou – 400.000		
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Agricultura/ caprino e ovinocultura		
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	UNEB/ CETEP, antiga ESAGRI		
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	IDEB/Irecê – 4.2		
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	02 laboratórios de informática, 01 de física, 01 de química, 01 de biologia, 01 de matemática, 12 salas de aula e 01 biblioteca.		
NÚMERO DE PROFESSORES	35	NÚMERO DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	14
ORÇAMENTO ANUAL	1.660.000 / 2012		

8. Campus de Jacobina

Breve Histórico

O Campus de Jacobina está sediado no Município Homônimo, situado na região noroeste da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, a cerca de 330 km de Salvador. O município de Jacobina tem, segundo dados do IBGE, 79.247 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.358 Km², fica cercado por montanhas, serras, lagoas, grutas, rios, cachoeiras, fontes e morros, características geofísicas que explicam seu potencial mineral e o colocam numa posição privilegiada no estado da Bahia, de provável potencial para a atividade ligada ao ecoturismo.

Devido à sua rica história sobre a mineração aurífera, Jacobina recebeu o título de Cidade do Ouro e já se apresenta como um polo atrativo de visitantes interessados no turismo ecológico, nos estudos geológico e geográfico, como também interessados em sua história, folclore e o seu acervo histórico-cultural.

No ano 2011 foi oferecido o curso Técnico em Informática e desde 2012 são oferecidos os Cursos: Técnico em Informática, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Mineração, nas modalidades Integrada e Subsequente e Técnicoem Meio Ambiente, na modalidade Subsequente.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletromecânica
- Técnico em Informática com ênfase em tecnologia da informação
- Técnico em Mineração

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Meio Ambiente

Caracterização do Campus de Jacobina

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Jacobina, Caém, Ourolândia, Mairí, Miguel Calmon e Várzea do Poço.
NÚMERO DE HABITANTES	Região: 160.502. Jacobina: 79.247
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Agricultura. Pecuária - (bovinos, suínos, equinos, asininos, muares, ovinos e caprinos). Indústrias - Conforme registro na JUCEB: 451 indústrias, 19º lugar no Estado da Bahia, 3.675 estabelecimentos comerciais, 15º posição entre os municípios baianos. Bens minerais - produtor de arenito, argila, calcita, cromo, mármore e ouro. Parque hoteleiro: 600 leitos.

PERFIL DOS INGRESSOS	Integrado – Filhos de trabalhadores rurais, comerciantes ou trabalhadores na área de serviços. Subsequente – Trabalhadores.
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	UNEB e Cursos Ead: Unopar, Unifacs e FTC. Cetec e Microlins.
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	Região: 2,96. Jacobina 2,90.
DATA DE IMPLANTAÇÃO	24/06/2011
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	48.000 m^2, 11 salas de aula.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Pronatec Mulheres Mil			
NÚMERO DE PROFESSORES:	24	NÚMERO DE TÉCNICOS-ADMINISTRATI-VOS:	11
ORÇAMENTO ANUAL		1.586.850,00	
PARCERIAS EXTERNAS		CIE-E, IEL, Yamana.	

9. Campus de Jequié

Breve Histórico

O Campus de Jequié tem o mesmo nome da cidade onde está sediado, a qual possui uma população de 151.921 habitantes em um território de 3227 Km².

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Informática.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Informática.

Caracterização do Campus de Jequié

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	O Campus está situado na cidade de Jequié, mas atende a alunos de várias cidades vizinhas
NÚMERO DE HABITANTES	152.372 Habitantes
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	O comércio é responsável por boa parte das atividades econômicas, juntamente com a Indústria que possui 302 empresas (micros, pequenas, médias e grandes empresas), e o setor de prestação de serviços tem cerca de 1.230 empresas. A cidade conta também com cinco agências bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Banco do Nordeste, além de um Distrito Industrial formado por mais de 24 empresas voltadas para produção de alimentos, calçados e confecções (Fonte: Wikipédia).
PERFIL DOS INGRESSOS	Alunos oriundos de escolas públicas, e a atende há alunos de escolas particulares, em menor quantidade.
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR UNISEB(COC), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Faculdades Integradas Euclides Fernandes (FIEF), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) , Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Pólo Rio das Contas INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM CURSOS TÉCNICOS: Instituto de Educação Régis Pacheco, Colégio Estadual Polivalente Edivaldo Boaventura, Escola Técnica de Enfermagem de Jequié.
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	Fundamental I – 3.5 (2011) Fundamental II – 2.7 (2011)
DATA DE IMPLANTAÇÃO	Campus Jequié teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 21 de março de 2011.

CURSOS OFERTADOS

FORMA INTEGRADA	FORMA SUBSEQUENTE	FORMA PROEJA	CURSOS SUPERIORES
Informática Eletromecânica	Informática Eletromecânica		

ATIVIDADES DE PESQUISA

- Desenvolvimento de uma Framework e Ferramenta para a Gestão de Redes baseadas em OpenFlow. Coordenador: Ramondos Reis Fontes.
- Produção de sabão a partir da reciclagem de óleo comestível utilizado nas residências e restaurantes localizados no entorno do IFBA/ Campus de Jequié. Uma proposta de educação socioambiental. Rubens Santos Barreto.
- Levantamento de pesquisa IFBA Campus Jequié. Coordenadora: Rita de Cássia Souza de Queiroz Lopes.
- Geração e descarte do soro produzido em Jequié-BA. Coordenadora: Rita de Cássia Souza de Queiroz Lopes.
- A ricota como alternativa alimentar. Coordenadores: Carla Nascimento; Monik Praxedes; Rita Queiroz Lopes e Rubens Barreto.
- Análises físico-químicas da farinha de mandioca produzida no povoado do Marimbondo, no Município de Lafaiete Coutinho-BA. Coordenadora: Rita de Cássia Souza de Queiroz Lopes.
- Iniciativas Sustentáveis - Consciência na produção e destinação de resíduos sólidos. Carla Nascimento.

NÚMERO DE PROFES-SORES	28 Professores (22 Professores Efetivos 06 Professores Temporários)	NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	17

10. Campus de Paulo Afonso

Breve Histórico

O Campus de Paulo Afonso possui uma população de 108.419 habitantes em um território de 1580 Km².

Caracterização do Campus de Paulo Afonso

<table>
<tr><td>MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA</td><td colspan="4">Paulo Afonso/Juazeiro e Euclides da Cunha (atende ao Território de Cidadania Itaparica)</td></tr>
<tr><td>NÚMERO DE HABITANTES</td><td colspan="4">Paulo Afonso - 110.193 pessoas
Juazeiro – 201.499
Euclides da Cunha – 56.962</td></tr>
<tr><td>PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS</td><td colspan="4">Agropecuária (ovinos e caprinos) e produção de energia elétrica. Possui potencial para o turismo ecológico/histórico.</td></tr>
<tr><td>OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO</td><td colspan="4">Públicas: UNEB, UFAL, IFAL
Particulares: FASETE, UNISA, UNOPAR, UNIASSELVE</td></tr>
<tr><td>IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)</td><td colspan="4">Paulo Afonso: 3,8</td></tr>
<tr><td>DATA DE IMPLANTAÇÃO</td><td colspan="4">Fevereiro/2010 (Funcionamento: Outubro/2010)</td></tr>
<tr><td>ESTRUTURA FÍSICA (m^2, laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)</td><td colspan="4">03 inf., 01qui., 01 fis, 01 projetos, 10 salas de aula, 02 quadras (01 cob. e 01 desc.), 01 biblioteca, 01 auditório, 01 almoxarifado, 01 campo de futebol, 1 pista de atletismo, sala de professores, protocolo, enfermaria, depen, depad, coordenação, escritório de acesso mulheres mil, copa, coinf, sala de multimídia, secretaria, reprografia, área verde, jardins, estacionamento, sala da direção geral, gabinete direção</td></tr>
<tr><td colspan="5">CURSOS OFERTADOS</td></tr>
<tr><td>FORMA INTEGRADA
Biocombustíveis
Eletromecânica
Informática</td><td>FORMA SUBSEQUENTE
Biocombustíveis
Edificações
Eletromecânica
Informática
Segurança do trabalho
Comércio</td><td colspan="2">FORMA FIC
Produção Artesanal e Reciclável de Material de Limpeza
Recepcionista de Serviços de Saúde
Cuidador de Idosos</td><td>CURSOS SUPERIORES
Engenharia Elétrica</td></tr>
<tr><td colspan="5">ATIVIDADES DE EXTENSÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Mulheres Mil (50) e PRONATEC (155)</td><td colspan="3">OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO
Programa Petrobrás de Formação de Recursos Humanos</td></tr>
<tr><td colspan="5">OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES: Cine da Tarde</td></tr>
<tr><td>NÚMERO DE PROFESSORES</td><td>40</td><td colspan="2">NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</td><td>23</td></tr>
<tr><td>PARCERIAS EXTERNAS</td><td colspan="4">RAMPA - CHESF - UNEB
UNEB/UFAL/IFAL
ONG - Agendha
Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
Curso de Engenharia Elétrica/Pesquisa área ambiental
Convênio em andamento para professor visitante e Mulheres Mil
Fórum interinstitucional</td></tr>
</table>

10.1 Núcleo Avançado de Euclides da Cunha

Breve Histórico

Vinculado ao Campus de Paulo Afonso, este Núcleo Avançado passará a ser Campus de Euclides da Cunha durante a execução dos projetos previstos na Fase III de Expansão da Rede Federal de Educação.

“Euclides da Cunha é um município brasileiro do estado da Bahia. Localiza-se a uma latitude 10º30'27" sul e a uma longitude 39º00'57" oeste, estando a uma altitude de 472 metros. Sua população estimada em 2004 era de 54.949 habitantes. Possui uma área de 2.324,965 km².” (Trecho extraído do Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações-Modalidade Subsequente).

Economia

“Tem na economia produção expressiva de feijão, milho e mandioca. Na pecuária destacam-se os rebanhos ovinos, suínos, asininos, caprinos e muares. É ainda, produtor de galináceos e de mel de abelhas. No setor de bens minerais é produtor de cal e calcário. Seu parque hoteleiro registra 439 leitos. No ano de 2001 o município registrou 10.628 consumidores de energia elétrica com um consumo de 13.608mwh. Segundo dados da SEI/IBGE, o PIB do município para 2003 foi de R$121,97 milhões, sendo 33,92% para agropecuária, 9,06% para indústria e 57,02%b para serviços. A cidade conta ainda com a exploração mineral do calcário, cal virgem e pedra.” (Trecho extraído do Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações-Modalidade Subsequente).

Cursos Oferecidos

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Edificações.

10.2 Núcleo Avançado de Juazeiro

Breve Histórico

Vinculado ao Campus de Paulo Afonso, este Núcleo Avançado passará a ser Campus de Juazeiro durante a execução dos projetos previstos na Fase III de Expansão da Rede Federal de Educação.

“O Núcleo Avançado de Juazeiro do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia da Bahia – Campus Paulo Afonso, localiza-se no Norte do Estado, Região do Sub-médio São Francisco, no Município de Juazeiro, com uma população estimada em 197.965 habitantes, extensão territorial de 6.390 km², participante de um polo agrícola com disponibilidade de terra e água de boa qualidade, mão-de-obra abundante, porém com um percentual significativo de desqualificação.” (Extraído de “Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio - Modalidade Subsequente”).

Economia

"O município possui uma infraestrutura de irrigação implantada em expansão é grande exportador de produtos agropecuários de primeira qualidade para a União Européia, Estados Unidos, Canadá e alguns países Asiáticos. Dentro do país, se destaca como um dos maiores rebanhos de caprinos e ovinos, um dos maiores produtores de hortifrutigranjeiros (manga e uva), além de se encontrar instaladas diversas empresas do ramo agropecuário, comercial de serviços, futuros parceiros desta unidade, que podem absorver os alunos egressos.

Tudo isso, proporciona um comércio marcante, o que constitui a base da economia local e regional, abrangendo os municípios de Sento-Sé, Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Uauá, Curaçá, Jaguarari, Campo Formoso, Ibó, Chorroxó, Macururé, Rodelas, Abaré, Senhor de Bonfim, na Bahia, e em Pernambuco, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Floresta, Petrolândia, Afrânio, Dormentes, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Salgueiro, entre outros de onde converge diariamente um contingente populacional significativo e que potencializa a procura de formação profissional pelos possíveis candidatos a alunos.

Com uma precipitação média anual de 350mm, temperatura média anual de 27ºC, evaporação de 3.000mm anuais, clima semiárido e vegetação típica de Caatinga. O dipólo Juazeiro/Petrolina possibilita a existência de 24.385 ha. de perímetro irrigado, onde são cultivadas as mais variadas culturas Perenes e Semi-perenes (Coco, Manga, Maracujá, Mamão, Pinha, Uva, Cana-de-açúcar) e Temporárias (cebola, melão, feijão vigna, tomate de mesa, melancia, milho, feijão *phaseolus*)." (Extraído de "Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio - Modalidade Subsequente").

Cursos Oferecidos

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Comércio;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

11. Campus de Porto Seguro

Breve histórico

O Campus de **Porto Seguro** está sediado no Município de Porto Seguro, que possui uma população de 126.770 habitantes (IBGE - Censo 2012) e área territorial de 2.408,327km²(IBGE). Oficialmente, seu funcionamento é autorizado por meio da Portaria Nº 1981, de 18 de dezembro de 2006, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União – DOU, no dia 19 de dezembro de 2006. O Instituto abriu as portas para a comunidade portosegurense oferecendo cursos que visam o atendimento aos arranjos produtivos locais, com características notadamente turísticas.

Economia

O município conta com aproximadamente 35 mil leitos, distribuídos em 600 hotéis e pousadas que compõem o parque hoteleiro, ocupando o terceiro lugar no ranking nacional e primeiro do Nordeste em número de leitos. A cidade ainda possui cerca de 900 restaurantes, pizzarias, bares, sorveterias e lanchonetes. Foi observado que o Extremo Sul da Bahia, além de ser a maior região produtora de mamão do país, outras frutíferas são cultivadas, embora haja o desenvolvimento de atividades associadas à pesca, pecuária e ao reflorestamento, inclusive com a presença das indústrias de celulose. Chega-se à conclusão que há um enorme potencial para a produção de alimentos, podendo ser avaliada e explorada de maneira sustentável.

Os dados apresentados favoreceram a escolha dos cursos na área de alimentos e informática, em virtude da necessidade de qualificar técnicos para a prestação de serviços ao turismo e comércio.

A implementação do Curso Técnico em Biocombustível surge em função, dentre outras coisas, das discussões sobre a necessidade da produção de energias renováveis e da disponibilidade de áreas agrícolas na região para implantação e ampliação das culturas oleaginosas e de cana de açúcar. A efetivação do Programa de Bioenergia da Bahia (BAHIABIO) contribuiu de forma decisiva para a implantação do curso, visando o atendimento à promessa de instalação de um parque de geração de energia com capacidade para gerar cerca de 864MW na região Extremo Sul, exigindo para isso, técnicos qualificados.

Ainda com foco no desenvolvimento regional, o campus Porto Seguro atende a população indígena da região sul e extremo-sul da Bahia de forma inédita no âmbito dos Institutos Federais, oferecendo o curso de nível superior em Licenciatura Intercultural Indígena, com o objetivo de formar professores indígenas que já atuam e os que atuarão na Educação Escolar Indígena.

Em 2011, abrem-se mais dois importantes cursos para suprir a carência de formação de professores na região: Licenciatura em Química e Licenciatura em Informática fechando, portanto, o quadro de ofertas do Campus.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Alimentos;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Biocombustíveis.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Biocombustíveis.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Computação;
- Licenciatura em Química.

Caracterização do Campus de Porto Seguro

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Porto Seguro		
NÚMERO DE HABITANTES	122.896 habitantes		
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Predominantemente o Turismo		
PERFIL DOS INGRESSOS	Estudantes advindos de escolas públicas e privadas - respeitado o sistema de cotas que prevê 30% das vagas para afrodescendentes e 30% das vagas para indígenas e índios descendentes(30%).		
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	FACDESCO, FCM, Faculdade Nossa Senhora de Lourdes, UNIFASC, UNOPAR; ANHAGUERA (Porto Seguro); UNISUL BAHIA; UNEB (Eunapólis)		
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	3.9		
DATA DE IMPLANTAÇÃO	2008		
ESTRUTURA FÍSICA	7.000 metros quadrados 8 Laboratórios; 12 salas de aula, 1 ginásio Poliesportivo e 1 biblioteca; 1 refeitório, 1 cozinha e cantina. Em construção:12 laboratórios e 10 salas de aula.		
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Curso de Literatura Indígena para as Comunidades Indígenas Curso de Inglês para Técnicos e Professores Curso de Gestão de Eventos para professores, técnicos e estudantes.		**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO** PRONATEC Bolsas do PRH – 29 - PETROBRÁS	
ATIVIDADES DE PESQUISA Grupo de Pesquisa em Biodiesel, Catálise e Ambiental GPBCAT EPATEQ Grupo de Pesquisa em Tecnologia de Alimentos Grupo de Pesquisas em Estudos para a Diversidade Grupo de Estudo em Temática Indígena – GETI Grupo de Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação Computacional – GPDAC Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Grupo de Pesquisas em Estudos para a Diversidade			
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES Atuação como Comissão Organizadora e Científica do Congresso Internacional de Educação da Bahia 2012			
NÚMERO DE PROFESSORES	65	NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	39
ORÇAMENTO ANUAL	R$ 3.698.798.73		
PARCERIAS EXTERNAS	PROEJA :Parceria com a prefeitura municipal de Porto Seguro PRONATEC: Parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Seguro Programa de Estágio Supervisionado: Empresas		

12. Campus de Salvador

Breve histórico

Salvador está localizada na região metropolitana, possui uma área territorial de 706,8km². É a terceira capital do país em população, tendo, aproximadamente, três milhões de habitantes. Foi a primeira capital do Brasil colônia. Com uma população mestiça de, aproximadamente, 80% de negros e pardos, possuindo, portanto, fortes influências africanas em diversos aspectos, como culturais, gastronômicos e religiosos.

O relevo da cidade possui uma característica particular por dividir a cidade em Cidade Baixa e Cidade Alta, ligadas pelo Elevador Lacerda, desde 1873.

O campus de Salvador possui um Núcleo Avançado de Salinas da Margarida, localizado neste município, o qual oferece apenas o Curso Subsequente ao Ensino Médio de Técnico em Informática.

Economia

A economia da cidade está ligada a indústria do turismo, mas pela proximidade dos polos industriais, sua economia sofre essa influência.

O Campus de Salvador, sendo o primeiro, ofertou, desde a Escola Técnica Federal da Bahia, cursos, prioritariamente, ligados à indústria, no que concerne ao Ensino Médio. Com relação à formação superior, inicialmente, ocorreu mesmo, pois com a junção do CENTEC, as formações eram tecnológicas voltadas para a indústria. Hoje, são ofertados outros cursos com outros enfoques a que a institucionalidade nos obriga.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletrotécnica;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico em Automação Industrial;
- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Química;
- Técnico em Geologia;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Refrigeração e Climatização.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletrotécnica;
- Técnico em Hospedagem;
- Técnico em Instalação e Manutenção Eletrônica;
- Técnico em Automação Industrial;
- Técnico em Mecânica.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos:

- Técnico em Saneamento.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Física;
- Licenciatura em Matemática;
- Licenciatura em Geografia;
- Bacharelado em Administração;
- Engenharia Industrial Elétrica;
- Engenharia Industrial Mecânica;
- Engenharia Química;
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Tecnologia em Eventos;
- Tecnologia em Radiologia.

Cursos de Pós-Graduação:

Latu Sensu

- Especialização em Gestão de Instituições Públicas de Ensino;
- Especialização PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Strictu Sensu

Nas modalidades MINTER e DINTER, o IFBA participa de cursos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional na condição de instituição receptora.

Mestrado:

- Mestrado Interinstitucional em Filosofia (UFSC / IFBA);
- Mestrado Interinstitucional em Modelagem Computacional de Conhecimento (UFAL / IFS / IFBA);
- Mestrado Interinstitucional em Letras e Linguística (UFAL / IFS / IFBA).

Doutorado:

- Doutorado Interinstitucional em Ciência e Engenharia de Materiais (IFBA / UFRN);
- Doutorado Interinstitucional em Estatística e Experimentação Agropecuária (IFBA / UFLA);
- Doutorado Multinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA / IFBA).

Caracterização do Campus de Salvador

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Salvador, Salinas da Margarida
NÚMERO DE HABITANTES	2.675.656 habitantes (Salvador) e 13.456 habitantes (Salinas da Margarida)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Turismo, Pesca
OUTRAS INSTITUIÇÕES (PÚBLICAS) DE ENSINOTÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	UFBA, UNEB, Centros Estaduais de Educação Profissional.
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	**Salvador:** Anos iniciais= 4,0 Anos Finais= 2,7 **Salinas da Margarida:** Anos iniciais= 3,6 Anos finais= 3,0

DATA DE IMPLANTAÇÃO	1910		
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	32424,32 m^2 de área construída, 79 salas, 59 salas de administração, 40 laboratórios,4salas de audiovisual , 1 auditório, 22 sanitários de alunos, 9 sanitários da Administração,7 sanitários de professores.		
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PRONATEC, MULHERES MIL		**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO**	
ATIVIDADES DE PESQUISA 8 Grupos de pesquisa nas áreas de Educação, Engenharia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Saúde, Administração.			
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES CERTIFIC			
NÚMERO DE PROFESSORES	Aproximadamente 400	NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	Aproximadamen-te 300
PARCERIAS EXTERNAS	SETUR, SECULT, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, PETROBRÁS, ETC.		

13 Campus de Santo Amaro

Breve histórico

Campus de Santo Amaro, implantado em 26 de setembro de 2006, situa-se na mesorregião Metropolitana de Salvador e microrregião de Santo Antônio de Jesus. A cidade de Santo Amaro é distante da capital da Bahia, cerca de 75 km.

A formação histórica da cidade de Santo Amaro começa a partir de um pequeno povoado que se estabeleceu às margens do rio Traripe, em 1557, nas proximidades do mar. Vieram os primeiros colonizadores, construindo habitações, estabelecimentos comerciais e uma capela, tendo o rio e o mar como fontes de subsistência.

A população do município de Santo Amaro, ao longo dos anos, vem sofrendo um decréscimo, provavelmente, pela perda de dinamismo econômico decorrente do fechamento de usinas, quebra da cultura da cana-de-açúcar, etc, assim como, pela proximidade com o Polo Petroquímico de Camaçari, que oferece outras oportunidades de emprego.

No que diz respeito aos aspectos culturais, na música, o samba de roda é o maior destaque da cultura santamarense. A cidade de Santo Amaro possui um calendário extenso de festas. Dentre as festas realizadas, as principais são a Festa da Purificação, Lavagem da Igreja de Nossa Senhora da Purificação e Bembé do Mercado.

A região de Santo Amaro apresenta uma realidade ambiental preocupante, que se caracteriza pela alta contaminação de chumbo, cádmio e outros metais pesados, nas diversas áreas da cidade, comprovadamente, tendo ocasionado questões gravesde saúde para os moradores. Além disso, devemos considerar a poluição do Rio Subaé e o precário sistema de saúde pública, dentre outras carências.

Economia

Atualmente, tem como principais atividades a indústria e o comércio local e, em menor escala, a prestação de serviços e atividades ligadas à pesca. A cidade é o centro de um município com 493 km² de área e uma população de 57.811habitantes, com densidade demográfica de 117,26 (hab./ Km²), PIB de 220.947. (IBGE, 2010).

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Eletromecânica.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Eletromecânica.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos:
Técnico em Segurança do Trabalho.

Cursos Superiores: Licenciatura em Computação.

Caracterização do Campus de Santo Amaro

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Santo Amaro (município) Distritos: Acupe , Oliveira dos Campinhos, Saubara.
NÚMERO DE HABITANTES (Dados IBGE/ 2010)	57.800 hab. (população) Dens. Demográfica (hab./ Km²) 117,26 493 km² (área)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Comércio e serviços maricultura, agricultura (cana-de-açúcar), banana, dendê, mandioca, milho, fumo, abacaxi, limão, maracujá e bambu).
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	UEFS- campus avançado FTC UNIFACS
IDEB DO MUNICÍPIO (2011) **IDEB Brasil= 4.7 (2011)** **FONTE:** INEP/MEC	2.8 = 0.74 (fluxo/de cada 100 alunos, 26 não foram aprovados)x3.82 (aprendizado/nota padronizada em port. e mat.) Abaixo da meta projetada(2.9) para 2011
DATA DE IMPLANTAÇÃO	26 de setembro de 2006
ESTRUTURA FÍSICA	10 salas de aula 01 biblioteca 01 ginásio em construção 01 área onde funciona a cantina 01 sala para aulas de desenho técnico 01 sala de professores 01 sanitário adaptado (feminino/masculino) 01 sanitário para uso dos funcionários 03 sanitários femininos e 02 masculinos 11 laboratórios (01 laboratório de física, 01 laboratório de química, 01 laboratório de biologia, 01 laboratório de hidráulica e pneumática, 01 laboratório de usinagem, 01 laboratório de eletricidade, 04

	laboratórios de informática e 01 laboratório de informática aplicada). Prédio administrativo: 01-COTEP, 01-Sala técnica 01- CORES, 01-SMO, 01- Audiovisual e Reprografia, 01-DEPEN, Comunicação, Extensão, Pesquisa e Assistentes de alunos, 01-COINF, 01-Direção geral e Coordenação de estágios e egressos, 01- DEPAD, COMPRAS e DOF, 01-Grêmio.
Área Total: 50.700 m²	**Área Construída:** 2.037 m²

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PRONATEC (2012) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PFRH-PB29 (Programa de Formação de Recursos Humanos da Petrobrás). (2012)	**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO** 1. PRÉ-IFBA (2011) 2. OFICINA DE LEITURA (2012) **VISITAS TÉCNICAS (período de 2011a 2012)** 1. MUSEU DECIÊNCIA E TECNOLOGIA 2. LAPEG 3. (Laboratório de Petróleo e Gás) 4. III Extreme Cyber Fight(promovido pela Faculdade Área 1) 5. Data Center da Gerência TIC-BA (PETROBRAS) 6. Colégio Municipal Teodoro Sampaio (Santo Amaro) 7. Bioóleo Comercial e Industrial S/A **EVENTOSEXTERNOS À INSTITUIÇÃO (2012)** 8. II FORUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (Em Florianópolis – Santa Catarina); 9. VII CONNEPI (Em Palmas – Tocantins) **EVENTOSINTERNOS À INSTITUIÇÃO (2012)** 10. V SEMAD (SEMINÁRIO DE ENERGIA,MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO) 11. I WRTP (WORKSHOP REGIONAL DE 12. TECNOLOGIAS EM PROTÓTIPOS) 13. I ConLocus (Conferência de Jogos)

ATIVIDADES DE PESQUISA- 2012

Programa Institucional	Órgão Fomentador: IFBA através da PRPGI
Programa Institucional Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) Órgão Fomentador: CNPq	
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Órgão Fomentador: CAPES	
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC e PIBIC Jr.) Órgão Fomentador: CNPq	

PARCERIAS EXTERNAS

ACARBO
ADALBERTO DE ALMEIDA CERQUEIRA ME - ACESSO INFORMÁTICA
ANA MARIA FEREIRA DA SILVA – MULTIPEÇAS PRODUTOS E SERVIÇOS
ASTM– ESCOLA DE SOLDAGEM DE SANTO AMARO
AVICCA
BEMPNET INFORMÁTICA LTDA
CALDERARIA E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
CASA DO SAMBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE
CETREL S/A
CHEMTECH SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SOFTWARE LTDA

COCA-COLA S.A.
CONSELHO TUTELAR
CONSÓRCIO INTEGRAÇÃO
CONTEFLEX DO NORDESTE LTDA
COPAM INFORMATICA LTDA
EMBASA – EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
ESCOLA POLIVALENTE DE SANTO AMARO
ESCOLA TEODORO SAMPAIO
FAFEN – FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS
FOFEX INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA
FUNDIÇÃO SÃO ROQUE LTDA
GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA
GERAL TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
GESTÃO DE TALENTOS SERES CINELÂNDIA LTDA
GRUPO AS CONSTRUÇÕES LTDA
GRUPO SERES CONSULTORIA DE RECURSOS HUMANOS
IFBAIANO
INSTALAÇÕES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
INSTITUTOEUVALDO LODI –IEL
J&J MONTAGENS E MANUTENÇÃO LTDA
LEDQUADROS ELÉTRICOS LTDA
M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
MACALTEC - MANUTENÇÃO TÉCNICA EM CALDEIRARIA E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
MARIA ANUNCIAÇÃO CELINO RIBEIRO – NOIVANET
MEGMAN COMPRESSORES LTDA
MICROELETRÔNICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA – GILSOM TRANSFORMADORES
MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A – YAMANAGOLD INC
PAMPA MONTAGENS E MANUTENÇÃO LTDA
PENHA PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA
PERFORMANCE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A –PETROBRÁS
PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO BRASIL LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURITIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA
RM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA
SPEED.COM
SYSTEM INFORMÁTICA
TC INFORMÁTICA
UNIÃO INDUSTRIAL AÇUCAREIRA LTDA –UNIAL
VIAMATIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
VIDEOTRON SERVIÇOS ELETRÔNICOS E PEÇAS LTDA

14. Campus de Seabra

Breve Histórico

O Campus de Seabra foi inaugurado em 2011, oferecendo dois cursos técnicos: Informática, na forma integrada, e Meio Ambiente, na forma subsequente.

De acordo com o Guia Chapada Diamantina (2006/2007), suas formações são constituídas por um extenso planalto que possui picos de até 2030m, o que favorece a formação de grandes vales e cânions. É uma região heterogênea, de vegetação diversificada, com florestas de planícies, campos rupestres, agrestes e caatingas. A região é ainda o grande divisor de águas entre a bacia do Rio São Francisco e rios que rumam para o Oceano Atlântico, como o rio Paraguaçu, que responde pelo abastecimento de água de todo o Recôncavo, Feira de Santana e da Grande Salvador.

Em contraposição à beleza cênica e abundância da flora, fauna e recursos hídricos, existem situações sociais gravíssimas: populações e comunidades em situação de extrema pobreza, baixa renda e falta de perspectivas de emprego, gerando exclusão ocupacional somada à falta de qualificação para o mercado de trabalho. O status quo foi herdado após a queda do ciclo de mineração na Chapada, que durou até os primeiros anos do século XX, quando as jazidas começaram a se esgotar. Em 1985, foi fundado o Parque Nacional da Chapada Diamantina, com a intenção de proteger a região e incentivar a pesquisa científica e o turismo, porém esta ação deixou a desejar no que se refere às questões socioeconômicas.

Ao mesmo tempo, a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) nas cidades situadas na Chapada Diamantina aumenta a cada ano e a inadequação do destino destes resíduos gera sérios problemas socioambientais, que vão desde surtos e epidemias causadas pelo acúmulo dos RSU em lixões e aterros a céu aberto, até a contaminação de aquíferos subterrâneos, do solo e da qualidade atmosférica. É um grande desafio e uma ação premente a implantação de um sistema de coleta seletiva, que esteja associada à destinação destes resíduos, seja no que tange ao reaproveitamento, seja na transformação dos mesmos em matéria prima para o seu retorno à cadeia de vida útil.

Economia

O Município de Seabra, polo da 27ª região da Bahia, consolidou-se como centro regional da Chapada Diamantina, devido a sua expressão comercial e econômica. Hoje seu comércio é tido como um dos mais expressivos da região, tornando-se sede de representações de órgãos governamentais em níveis regional, estadual e federal, assim como destaca-se na área de prestação de serviços financeiros, industriais, comerciais, educacionais e de saúde, além de concentrar a maior infraestrutura de telecomunicações e a maior frota de veículos (SEPLANTEC, 2007). A Chapada Diamantina, região de reconhecimento nacional e internacional, corresponde a uma das sete áreas turísticas da Bahia.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Meio Ambiente.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Meio Ambiente.

Caracterização do Campus de Seabra

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Seabra, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iraquara, Jussiape, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Piatã, Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Ibitiara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Palmeiras, Rio de Contas, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga e Wagner: 24 ao todo
NÚMERO DE HABITANTES	Seabra : 40.543 hab. Todo território da Chapada : 376.467 hab. (Fonte:http://www.territoriosdacidadania.gov.br)
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Agroextrativismo, ecoturismo, mineração, comércio
PERFIL DOS INGRESSOS	Estudantes de escola pública e privada, moradores da zona rural e da zona urbana. Aprox. 60% da zona urbana da cidade de Seabra, 30% da zona rural da mesma cidade, de povoados diversos, 10% de cidades do entorno, tais como Boninal, Palmeiras e Iraquara.
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	Nível Superior : UNEB, UNOPAR, UNIFACS Nível Médio : Escolas Estaduais e municipais, escolas da iniciativa privada. Técnico: Escolas Estaduais e instituições da iniciativa privada.
IDEB DO(S)MUNICÍPIO(S)	Seabra (2011) : 3.9 IDH MÉDIO: 0,63.
DATA DE IMPLANTAÇÃO	Novembro 2010. Ocupação: outubro 2011.
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	S. de aulas: 11;Auditório: 01; Camarins: 02; Biblioteca: 01; Sala Audiovisual: 01; Sala de Desenho: 02; Sanitários: 20; Lab. de informática: 02; Lab. Química: 01; Lab. Física: 01; Lab. Biologia: 01; Lab. Matemática: 01; Outros Lab.: 01; Refeitório: 01; Praça de Alimentação: 01; S. Professores: 01; S.de Reuniões: 01; S. Diretor: 01; S. Chefe Gab.: 01; Sala de Estar: 01; S. de Coordenação de Curso: 04; S. de Protocolo: 01; S. Comunicação Social: 01; S. Servidor de Informática: 01; S. Diretoria de Ensino: 01; S. Registro Escolar: 01; S. Diretoria Administração e Patrimônio: 01; S. de Administração: 09; S. Videoconf.: 01; Guarita vigilância: 01; Copas: 02; Portaria de Alunos: 01; Garagem: 01; Almoxarifado: 01; Manutenção PC: 01; S. de Coord. de Transporte: 01; S. Manutenção/ Equipamentos : 01; S. Conservação Limpeza: 01.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PRONATEC, Mulheres Mil 2011-2012.	**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO** Projeto CVT -Foco: Tratamento de Resíduos Sólidos, aprovado na primeira etapa, aguardando parecer final da SETEC/MEC Projeto Informática Básica para Terceirizados, Projeto Monitoria em Português e Matemática, Projeto Monitoria em Coleta Seletiva – aguardando recurso da PROEX
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES Pré IFBA atendeu 210 alunos de agosto a novembro de 2011, I Jornada Pedagógica – 27 e 28 de fevereiro de 2012, I Semana do Meio Ambiente – 5 a 7 de junho de 2012, I Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura – 22 a 26 de outubro de 2012 , I Semana Preta: quilombos e periferias – 19 a 22 de novembro de 2012	

NÚMERO DE PROFESSORES	19	NÚMERO DE TÉCNICOS- ADMINISTRATIVOS	16
ORÇAMENTO ANUAL	R$ 2. 048.169,00 (dois milhões, quarenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais)		
PARCERIAS EXTERNAS	Prefeituras Municipais de Seabra, Ibitiara, Palmeiras, Lençóis, Souto Soares, Mucugê, DIREC 27, UNEB Campus XXIII, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação do Comércio de Seabra.		

15. Campus de Simões Filho

Breve histórico

O município de Simões Filho, antigo distrito de Água Comprida, tem sua história marcada pelo cultivo de cana-de-açúcar, que perdurou entre os séculos XVI e XVII. Antes pertencente ao município de Salvador, o distrito foi emancipado em 7 de novembro de 1961, passando a ser denominado Simões Filho, em homenagem ao jornalista Ernesto Simões Filho. Integrando a Região Metropolitana de Salvador em 1973, por lei federal, a partir de então recebeu a instalação de diversas indústrias, sendo registrados mais de mil empreendimentos.

Economia

Pode-se considerar o Centro Industrial de Aratu - CIA e o Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC como os dois marcos mais importante para a economia local. Para o município de Simões Filho, o CIA foi um dos mais relevantes fatores de dinamismo, pois, recém emancipado, não tinha em sua organização econômica segmentos industriais, exceto uma fábrica de cimento. Sua população era essencialmente rural. Com a implantação do CIA, a economia do Município ganhou destaque na Bahia. Na década de 60 a população era em torno de 10 mil habitantes e atualmente é estimada em 121.416 habitantes, numa área territorial de 192,163km². A atividade agropecuária, com baixa representatividade, também se faz presente no município, destacando-se o cultivo de banana, coco-da-baía, manga, goiaba, laranja e a criação de bovinos, suínos e ovinos. O Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE publicado pela SEI (2006) mostra o município de Simões Filho como a sétima economia baiana. Comparado aos demais municípios da RMS, o município classifica-se como a quinta economia da região.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Metalurgia;
- Técnico em Petróleo e Gás;
- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Mecânica.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Manutenção Mecânica Industrial;
- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Petróleo e Gás;
- Técnico em Metalurgia.

Cursos Superiores:

- Licenciatura Tecnológica em Eletromecânica.

Caracterização do Campus de Simões Filho

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Simões Filho
NÚMERO DE HABITANTES	População estimada em 2005 era de 107.561 habitantes
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Principal atividade: Industrial (Centro Industrial de Aratu – CIA). Simões Filho aparece como a quinta economia baiana.
PERFIL DOS INGRESSOS	– 47% Escola particular e53% Escola pública – 36% Salvador, 44% Simões Filho e 20% Outros – 62% Feminino e 38% Masculino – 33% trabalham (integrado) – 11% < 1 SM, 63% 1-3 SM, 14% 3-6 SM e 12% > 6 SM
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	– FACE - FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS – Organização Tecnológica de Ensino (OTE)
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	2011: 3,8
DATA DE IMPLANTAÇÃO	2001
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	O campus possui uma estrutura de 340 mil m² tendo 16 mil metros desta área construída. Idealizado pelo arquiteto Pasqualino Magnavita, o campus dispõe de 07 oficinas de mecânica, 01 laboratório de tratamento térmico, 04 laboratórios de química e 21 salas de aula,02 anfiteatros, 01 auditório e 01 biblioteca especializada.

16. Campus de Valença

Breve histórico

O Campus de Valença se encontra no município de Valença, região que tem forte vocação para o turismo, pela disponibilidade de ricos cenários naturais, destacando-se nas áreas de Aquicultura e Pesca. O município, com população de 88.729 habitantes e área de 1.193 Km², sedia o Campus de Valença.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Aquicultura;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Guia de Turismo.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Informática;
- Técnico em Aquicultura;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Eletromecânica.

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Computação;
- Licenciatura em Matemática.

Caracterização do Campus de Valença

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	VALENÇA		
NÚMERO DE HABITANTES	89.509		
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	– Produção de camarão em cativeiro, de que é o principal produtor da Bahia; – Cultura e beneficiamento de cravo da Índia, pimenta do reino e de azeite de dendê.		
PERFIL DOS INGRESSOS	Alunos de escolas públicas, com 41% das inscrições por isenção		
OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	Ifbaiano, Fazag, Uneb, Face, Factiva, ITEP		
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	3.2 (2011)		
DATA DE IMPLANTAÇÃO	1996		
ESTRUTURA FÍSICA (m², laboratórios, salas de aula, quadras, biblioteca, etc)	50000m^2 com 8lab. / 21 salas / 01 ginásio / 01 biblioteca		
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL **PROEX 2011:**Inclusão digital dos produtores rurais das cooperativas vinculadas ao DRS – Banco do Brasil; Mulheres Mil; PRONATEC; NIC.		**OUTROS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO** **PROEX 2011**: I Encontro de Educação Inclusiva e Tecnológica de Valença; Monitoramento de parâmetros físico-químicos e biológicos em um cultivo de Tilápias da Comunidade do Gereba, Valença/BA . **PROFROTA com Camaçari**	
ATIVIDADES DE PESQUISA **Nupa(Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura). / FAPESB**			
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES **PETI/OOP/PROJOVEM** **FLISOL** I Seminário de educação, sustentabilidade e formação cidadã I Seminário de Economia Solidária Filosofia no Pátio: Agora Agora Exposição de experimentos de física em Valença I Encontro de Educação Inclusiva e Tecnológica do campus Valença			
NÚMERO DE PROFESSORES	60 efetivos e7 substitutos.	NÚMERO DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	22
ORÇAMENTO ANUAL	R$ 3.382,158,00 (PLOA 2013)		
PARCERIAS EXTERNAS	**PETI - PROJOVEM** Parceria com o Município de Valença Parceria com o Município de Vera Cruz Parceria com a ONG Organização Parceiros da Sociedade (OPS)		

17. Campus de Vitória da Conquista

Breve histórico

O Campus de Vitória da Conquista está localizado no município de Vitória da Conquista, cuja população total é de 306.374 habitantes e a extensão territorial é de 3.406 Km². Terceiro mais importante município do Estado da Bahia, localizado na região sudoeste, sua influência econômica abrange aproximadamente 90 municípios, estendendo-se até o norte do Estado de Minas Gerais.

Economia

As principais atividades econômicas são a agropecuária e o Distrito Industrial dos Imborés, localizado a 5 Km do centro da cidade, bem como o setor de serviços educacionais.

Cursos Oferecidos

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

- Técnico em Eletromecânica;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Meio Ambiente.

Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Técnico em Edificações;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico em Manutenção Eletromecânica;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Meio Ambiente.

Caracterização do Campus de Vitória Da Conquista

MUNICÍPIO(S) NO(S) QUAL(IS) ATUA	Vitória da Conquista (polariza os municípios da região Sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais)
NÚMERO DE HABITANTES	306.866
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	Setor Educacional Setor de Serviços Agricultura (Café) Pecuária
PERFIL DOS INGRESSOS	Estudantes que buscam a qualidade do ensino para alcançarem a formação técnica e/ou prosseguirem nos estudos em área afim no IFBA ou em outra instituição. E há muitos que só se interessam pelo IFBA para ingressarem no ensino superior sem nenhuma conexão com a área técnica

OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E/OU SUPERIOR PRESENTES NA REGIÃO	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Universidade Federal da Bahia – UFBA/ campus Anísio Teixeira CETEP (escola técnica do Estado) Faculdade Juvêncio Terra FAINOR FTC Escolas técnicas particulares de Enfermagem			
IDEB DO(S) MUNICÍPIO(S)	3,2 (2011)			
DATA DE IMPLANTAÇÃO	1994			
NÚMERO DE PROFESSORES EFETIVOS	Doutores 20	Mestres 52	Especialistas 29	Graduados 04
NÚMERO DE PROFESSORES EFETIVOS **(Brumado)**	Doutores -	Mestres 05	Especialistas 05	Graduados 03
NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	41			
ORÇAMENTO ANUAL				
PARCERIAS EXTERNAS				
Projetos de Extensão	12			
PIBIC-2011/2012 – Campus Vitória da conquista (Vigência – 01/08/2011 a31/07/2012)	17			
PIBITI - CNPq / IFBA – 2011/2012 - (Vigência 01/09/2011 a 31/08/2012)	14			
PIBIC-ic -2012/2013 – Cota Fapesb	15			
PIBIC-ic -2012/2013 – Cota IFBA	04			
PIBITI -2012/2013 – Cota CNPq	16			
PIBITI -2012/2013 – Cota IFBA	03			
PIBIC-ic/CNPq -2012/2013	04			

17.1. Campus de Brumado

Breve Histórico

Em 22 de Maio de 2009 o Núcleo Avançado de Brumado foi instalado neste município. Vinculado ao Campus de Vitória da Conquista, este Núcleo Avançado passará a ser Campus de Brumado durante a execução dos projetos previstos na Fase III de Expansão da Rede Federal de Educação.

Cursos Oferecidos

- Cursos Subsequentes ao Ensino Médio:
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Mineração.

18. Campi de Santo Antônio de Jesus e Lauro de Freitas

Está prevista a implantação de campi do Instituto Federal da Bahia nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Lauro de Freitas até o ano de 2014, de acordo com o previsto para a Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação.

REFERÊNCIAS

- ABRECHT, R.**A Avaliação Formativa**. Porto: Edições ASA. 1994.
- ANDRADE, Liza Maria Souza. **Princípios de Sustentabilidade para a Reabilitação de Assentamentos Urbanos**. Apostila do Curso de Reabilitação Ambiental Urbana – Reabilita. Brasília, 2007.
- ARANHA, M. L. DE A. e MARTINS, M. H. P. **Filosofando, Introdução à Filosofia.** 3 ed. Editora Moderna: 2003.
- ARANHA, Maria S. F. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e Letramento: questões sobre avaliação. In: Pró-Letramento.** 2007.
- BATISTA, A. A. G. **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Linguagem**. ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/Secretaria de Educação Básica - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 364p.
- BATISTA, A.M.P. **Critérios de Avaliação com Enfoque no Ensino Médio**. SEED: 2008.
- BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: Uma Experiência em Educação Profissional**. 3ªedição, SP. Corte, 2003.
- BLOOM, B.S.; HASTINGS, J.T. e MADAUS, G. **Handbook on Formative and Summative Evaluation of Student Learning.**New York: McGraw-Hill,1971.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.
- BRASIL. **Lei nº 4.024**, 20 de dezembro de 1961. Brasília.
- BRASIL. **Lei nº 5.540**, 28 de novembro de 1968. Brasília.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073**, de 30 de janeiro de 1942. Brasília.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Brasília.
- BRASIL. **Decreto 7.234,** de 19 de julho de 2010. Brasília**.**
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 16**, 5 de outubro de 1999. Brasília
- BRASIL. **Resolução CNE-CEB nº 02**, de 30 de janeiro de 2002. Brasília.
- BRASIL. **Resolução CNE-CEB nº 04**, 02 de outubro de 2009. Brasília.

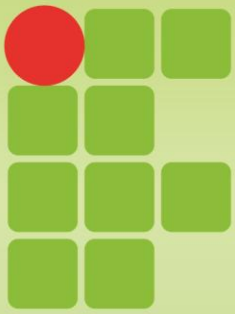
- BRASIL. **Resolução CNE-CEB nº 06**, de 20 de setembro de 2002. Brasília.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998.
- BRASIL. **Políticas Públicas para a Educação Profissional**. Brasília. 2004.
- BRASIL. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes**. 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos.** Coordenação Geral de Raquel Ronik e Renato Balbim, Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/SDS/PNEA. **"Agenda Ambiental na Administração Pública"**. Brasília, 2001.
- BRASIL, **Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Lei n. 10.257, de 10 de Julho de 2001, 3ª Edição, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).**
- CAMARGO, Alzira Leite Carvalhaes. **O Discurso Sobre A Avaliação Escolar do Ponto de Vista do Aluno. Campinas**, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões? Ocultas, Ciência para uma Vida Sustentável**. São Paulo: Pensamento / Cultrix, 2002.
- DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.
- DIAS SOBRINHO, J. Balsan. N. C. **Avaliação Institucional: Teorias e Experiências**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FERNANDES, D. **Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Práticas e Políticas.** Cacém: Texto Editores, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra,1996.
- FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, M. **Anais do I Seminário Internacional Itinerante de Educadores/ 2ª Jornada Pedagógica da Escola Cidadã – Grupo de Estudos e Organização de Eventos Políticos Pedagógicos**. Alegrete e Uruguaiana, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HADJI, Charles. **A Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré – escola à Universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 18ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MATUI, Jiron. **Construtivismo Teoria Construtivista Sócio-Histórica Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Moderna, 1995.
- MEC/SETEC, CONCEFET, CONDAF, CONDETUF, SINASEFE. **Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica: Por uma Profissionalização Sustentável**.
- MELCHIOR, M. C. **Avaliação Pedagógica: Função e Necessidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as Abordagens do Progresso**. São Paulo, EPU, 1986.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 10ª Ed. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.
- NOIZET, G. CAVERNI, J. **Psicologia da Avaliação Escolar**. Coimbra: Coimbra Editora.1995.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 320 p. Alegre: Artmed, 1999.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto.
- PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o Papel da Escola na Formação para a Democracia**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Políticas de Avaliação do MEC e suas Repercussões em Sala de Aula**. In: BARBOSA, Raquel L. Leite (org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- REGISTER, Richard. **Ecocities, building cities balance with nature**. Berkeley: Berkeley Hills Book, 2002.

- ROMÃO, José C. **Avaliação Dialógica: Desafios e Perspectivas**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROMERO, Marta B. **O desafio da construção de cidades**. AU - Arquitetura & Urbanismo, Editora Pini, São Paulo, ano 21, nº 142, p. 55-58, jan. 2006.
- ROPOLI, Edilene A. *et al*. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. V. 1 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). 2010.
- ROPOLI, Edilene A. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, 2010.
- ROSINI, A. M. A educação e o Mito do Ensino a Distância no Brasil. **Revista da ISPV**, n. 29, 2004.
- SANTOS, João F. S. **Avaliação no Ensino a Distância. Revista Ibero-americana de Educação**. Número 38/4, de 10 de abril de 2006. Disponível em: http://www.rieoei.org/1372.htm.
- SANTOS, Milton. **Quem está na frente é o povo**. Entrevista concedida aos Cadernos le Monde Diplomatique, jan, 2001.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p. 70.
- SILVA. Gleyson C. L. da.**Atualmentecomo se Encontra Estruturada a Educação Profissional no Brasil?**UFMT. Mato Grosso. 2008.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.**
- VIALLET, F. y Maisonneuve. **80 Fiches d'Evaluationpor la Formation etl'Enseignement. Paris: LesEditionsd'Organization**. 1990.
- VVAA: Brasil 2002: **A Sustentabilidade que Queremos**. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro Projeto Brasil Sustentável e Democracia/CUT/FASE, 2002, 200p.
- ZABALA, Antonio. **A Prática Educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

- CEFET-BA. **Projeto Político Pedagógico do CEFET-BA.**Disponível em http://www.portal.ifba.edu.br/component/option,com_phocadownload/Itemid,196/id,13/view,category/
- IFBA. **Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil**. Disponível em <http://ifba.edu.br/institucional/politica-de-assistencia-estudantil-no-ifba.html> Acesso em 01 abril. 2013.
- SHOR, Ira. **Paulo Freire**. Disponível em http://www.paulofreire.org/vida_obra_textos.htm.
- O QUE É PÓS-GRADUAÇÃO? Disponível em: http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/3018-o-que-e-pos-graduacao. Acesso em 27 de junho de 2013.



www.ifba.edu.br